ANILCE MARIA SIMÕES
CÉSAR AUGUSTO REIS
– ORGANIZADORES –

9

ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA

CADERNOS DE LINGÜÍSTICA E TEORIA
DA LITERATURA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
E TEORIA DA LITERATURA

Anilce Maria Simões
César Augusto Reis
organizadores

ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA

Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura
ISSN - 0101 - 3548

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura
ANO V — Número 9 — Dezembro de 1983
Belo Horizonte - MG - Brasil

Chegamos finalmente à questão da compreensão do homem, através da compreensão da linguagem, enquanto tarefa de nossa época. A compreensão do homem - não sei se do homem atual ou antes apenas do homem simplesmente - deve começar pela compreensão da linguagem, pois o humano começa precisamente pela linguagem.

(E. Coseriu)

A todos aqueles que fazem da linguagem seu objeto de trabalho.

Esta revista está aberta a contribuições.
Prazo: 30 de junho
Endereço para correspondência:
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA E TEORIA DA LITERATURA
FACULDADE DE LETRAS - UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Fone: 443-4077
30.000 - Belo Horizonte - MG

SUMÁRIO

PREFÁCIO

CONCORDÂNCIA VERBAL, TOPICALIZAÇÃO E POSPOSIÇÃO DE SUJEITO 9
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)

ORDEM VS EM PORTUGUÊS: TENTATIVA DE EXPLANAÇÃO 49
Eunice Pontes (UFMG)

EXAME DA CONCEITUAÇÃO DE 'ANÁFORA' E DAS SUAS
RELAÇÕES COM AS NOÇÕES DE DADO/NOVO 71
Lúcia Fulgêncio (UFMG)

DOS PROBLEMAS DE IMPERFEITA SIMETRIA 94
Rodolfo Ilari (UNICAMP)

TOPICALIZAÇÃO E DESLOCAMENTO PARA A ESQUERDA 121
Eunice Pontes (UFMG)

ADJUNTO NOMINAL E COMPLEMENTO NOMINAL: POR UMA
SIMPLIFICAÇÃO DE ANÁLISE 152
Marlene Machado Zica Vianna (UFMG)

HIERARQUIA REFERENCIAL EM LÍNGUAS TUPI 164
Ruth Monserrat e Marília Facó Soares
(MUSEU NACIONAL/ UFRJ)

DAS MUDANÇAS MORFOFONÊMICAS EM PORTUGUÊS 188
Tânia Conceição C. de Souza (MUSEU NACIONAL)

REDUÇÃO DE DITONGO - UMA VARIÁVEL SOCIOLINGUÍSTICA 208
Rosa Maria Assis Veado (UFMG)

RESÍDUOS HISTÓRICOS COMO UM CASO DE VARIAÇÃO
SINCRÔNICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL 230
Marco Antônio de Oliveira (UFMG)

PREFÁCIO

Com a publicação de mais um dos nossos Cadernos de lingüística e teoria da literatura, estamos dando continuidade ao trabalho de divulgação das atividades de investigação lingüística realizadas, em especial, pelos professores do nosso departamento. Neste número temos também a satisfação de contar com contribuições de colegas de outros departamentos da FALE-UFMG, bem como de lingüistas da UNICAMP e do MUSEU NACIONAL.

A revista contém artigos nas mais diversas áreas, tais como Análise do Discurso, Fonologia, Lingüística Histórica, Semântica, Sociolingüística, Sintaxe, apresentando, assim, uma visão de algumas das linhas de pesquisa em lingüística, em andamento no país. Cada trabalho vem acompanhado de um 'Resumo' e um 'Abstract'/'Résumé', o que virá ajudar o leitor a decidir-se pela leitura em profundidade dos artigos de seu interesse.

Manifestamos nossos agradecimentos à Coordenação e Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, da FALE-UFMG, pelo apoio financeiro que nos concederam; somos ainda gratos às professoras Ana Lúcia Almeida Gazolla, do Departamento de Letras Germânicas, e Beatriz Vaz Leão e Consuelo Fortes Santiago, do Departamento de Letras Românicas, pela revisão dos 'Abstracts' e 'Résumé'.

A.M.S.

C.A.R.

Dezembro/83

Maria Beatriz Nascimento Decat

CONCORDÂNCIA VERBAL, TOPICALIZAÇÃO E POSPOSIÇÃO DE SUJEITO

RESUMO

Neste trabalho pretendo mostrar que o fenômeno da concordância verbal em português é melhor descrito em termos da relação tópico/comentário. A partir do exame, em dados da língua oral, da interação da regra de CV com as regras de Topicalização e de Posposição de Sujeito, aventei a hipótese de que a ausência de CV em sentenças com SN posposto (tradicionalmente chamado sujeito) se explica pelo fato de essas sentenças serem constituídas só do comentário, desprovidas, portanto, do tópico, que é aqui estabelecido como o controlador da CV. Em conseqüência da ausência do tópico, a falta de CV revela uma tendência à impessoalização nesse tipo de sentenças.

ABSTRACT

I intend to demonstrate, in this paper, that Portuguese Subject-Verb Agreement can be better described in terms of the relationship topic/comment. Based on the examination of the interaction between the Subject-Verb Agreement rule, on the one hand, and the rules of Topicalization and Subject Postposing, on the other hand, in colloquial Brazilian Portuguese, I advanced the following hypothesis: the absence of Subject-Verb Agreement in sentences with a postposed NP (which is, traditionally, analyzed as the subject of the sentence) can be explained by the fact that in these sentences all we have is comment; i.e., the topic, which we establish as the controller of Subject-Verb Agreement, is lacking. As a consequence of the absence of topic, lack of Subject-Verb Agreement shows a tendency for the impersonalization of this kind of sentences.

1. Em trabalho anterior (Decat, 1981) — em que examinei o fenômeno da concordância verbal (CV) com sujeito posposto, na língua escrita e na língua falada por estudantes e professores universitários — levantei algumas hipóteses para explicar a não-aplicação dessa regra em contextos com verbos existenciais e verbos de movimento. Essas hipóteses postulavam que os "erros" cometidos pelos alunos em suas redações se deviam:

a) ao desconhecimento da regra;

b) a uma variação lingüística (análise de Lemle & Naro, 1977), causada ora pelo fator morfológico — ligado à maior ou menor diferença fônica entre as formas verbais de terceira pessoa do singular e do plural — ora pelo fator estilístico, que atribui à posição do SN sujeito a responsabilidade para a aplicação da CV;

c) à identificação da noção funcional de sujeito com a noção semântica de agente e ao conseqüente desconhecimento de outras funções temáticas que um SN sujeito pode assumir;

d) ao sentimento de perda de "status" de sujeito por parte do SN posposto, conforme postulado por Perlmutter(1976);

e) à concentração de foco de interesse no predicado, isto é, no fato em si, mais que no sujeito.

Entretanto, nenhuma dessas explicações mostrou-se satisfatória e exaustiva o bastante para se chegar a conclusões mais definidas.

Neste trabalho pretendo reexaminar o fenômeno da CV, em sua interação não só com a posposição de sujeito mas também com o fenômeno da topicalização, objetivando caracterizar aquela regra em termos da relação tópico/comentário, e não da relação sujeito/predicado, como tem sido postulado pelas gramáticas do português. No que diz respeito ao fenômeno da topicalização, tomarei como base a análise feita por Eunice Pontes em seus recentes trabalhos[1], cujos pontos essenciais passo a resumir.

A autora verificou que a incidência, em português, de construções com SN topicalizado é enorme, o que poderia colocar nossa língua entre as línguas de proeminência tópica (em que a estrutura das sentenças alcança melhor descrição em termos de tópico e comentário), ou, pelo menos, como uma língua de proeminência de tópico e também de sujeito (em que a estrutura da sentença, então, é melhor descrita em termos de sujeito e predicado). Um outro ponto importante apresentado nos trabalhos de Pontes é o de que não é fácil distinguir, em português, entre construções com topicalização e construções em que houve simplesmente o deslocamento de um SN para a esquerda, distinção que é mantida por muitos lingüistas com base na presença, ou não, de um pronome-cópia e na existência de pausa entre o sintagma nominal deslocado e o verbo. Segundo Pontes, essa distinção não é nítida em português, pois nem sempre há o pronome e a pausa é opcional. Assim, ela considera todas as ocorrências estudadas como ocorrências de topicalização. Conseqüentemente, na análise de Pontes, serão igualmente tratadas sentenças como:

(1) "Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco (dele)"
(2) "Essa casa bate bastante sol."[2]

Nos parágrafos que se seguem vou examinar o comportamento

da regra de CV em português, a partir de sentenças em que há SN topicalizado — nos termos de Pontes — e/ou SN posposto ao verbo, a fim de verificar em que medida a função de tópico, e não de sujeito (pelo menos nos termos da Gramática Tradicional), é importante para a caracterização da regra de CV.

2. A concordância verbal é freqüentemente usada, tanto nas gramáticas e nos livros didáticos, quanto pelo professor de português em suas aulas, como critério (às vezes o único)para identificação do sujeito da sentença. Assim, para Câmara Jr.(1964:81), "A Concordância verbal é só o que assinala em português um substantivo como sujeito". Dessa forma, não deveria haver nenhum problema para a identificação de um SN sujeito que se encontre posposto ao verbo. Em outras palavras, se a relação entre sujeito e predicado "é um caso especial da relação DETERMINADO-DETERMINANTE, que cria o sintagma" (Câmara Jr., 1964:175), e a concordância é "Princípio, vigente em muitas línguas, segundo o qual, num sintagma, o vocábulo determinante se adapta a certas categorias gramaticais do determinado" (Câmara Jr., 1964:81), não deveria constituir problema para o aluno — depois de ele dominar as noções acima — identificar o sujeito de uma sentença como

(3) Apareceu um cachorro lá em casa

e, conseqüentemente, efetuar a CV do determinante (o predicado — nesse caso, o verbo] com o determinado (o sujeito), produzindo, assim, uma sentença do tipo de

(4) Apareceram dois cachorros lá em casa.

Entretanto, já mostrei anteriormente (Decat, 1981) que, nas

sentenças coletadas de redações de alunos de primeiro,segundo e terceiro (universitário) graus, ou mesmo de conversas informais entre pessoas de nível universitário (alunos e professores de cursos de Letras), o verbo não aparecia em sua forma de terceira pessoa do plural quando a ele se pospunha um SN sujeito também plural, como mostram os seguintes exemplos (5) e (6), de língua oral e (7) e (8), de língua escrita:

(5) Nessa minha pesquisa vai entrar tópicos
(6) Outro dia eu fiz um bolo e sobrou quatro claras

(7) ... quando chegou ao engenho suas primas francesas...
(8) ... aí então começa os maiores problemas

A partir de dados como esses, muito freqüentes em português, não mais poderíamos usar da CV como critério para identificação do sujeito da sentença. Além do mais, a própria gramática tradicional considera a possibilidade de, em certas estruturas, o verbo não concordar com o sujeito, mas com um sintagma que esteja exercendo alguma outra função sintática, como no caso de sentenças com o verbo <u>ser</u>, em que "o sujeito do verbo <u>ser</u> é um dos pronomes <u>isto</u>, <u>isso</u>, <u>aquilo</u>, <u>tudo</u> ou <u>o</u> (=<u>aquilo</u>) e o predicativo vem expresso por um substantivo no plural" (Cunha,1976: 472). Para tal tipo de construção, postula-se que o verbo concordará com o predicativo, como no exemplo de Cecília Meireles abaixo, retirado de Cunha (1976:472):

(9) "Tudo eram sonhos de Arcádia,
ilusões da vida em flor..."

Observe-se que aqui já não se pode dizer que está sendo levada

em conta, para a aplicação da regra de CV, a relação determinado-determinante. Isso porque o predicado (nesse caso, o verbo — o determinante) não se adaptou às categorias gramaticais do sujeito (o determinado); houve, sim, dentro do elemento determinante, ou seja, o predicado, uma adaptação do verbo às categorias de outro elemento que o integra. Segundo Cunha (1976:472),

> *Tal concordância se explica pela tendência que tem o nosso espírito de preferir destacar como sujeito o que representamos por palavra nocional, pois esta alude a realidades mais evidentes.*

A única coisa que me parece evidente, nesse caso, é a incoerência daquele autor na explicação do fenômeno. Ao mesmo tempo em que ele postula como sujeito do verbo ser os pronomes isto, tudo, etc., ele admite que "nosso espírito" prefere destacar "como sujeito" a palavra nocional. Afinal, qual seria, segundo aquele autor, o sujeito da frase acima: o SN tudo ou o SN sonhos de Arcádia, ilusões da vida em flor? Ao mesmo tempo ele admite (assim como outros gramáticos) que

> *(...) também não é raro aparecer o verbo no singular, em concordância com o pronome demonstrativo ou com o indefinido. São de GONÇALVES DIAS os seguintes passos:*
> *Tudo é flores no presente.*
> *... Já tudo é cinzas (Cunha, 1970:345)*

e dá a seguinte explicação para o fato:

> *Nestes exemplos, o poeta, com o singular (isto é, colocando o verbo em concordância com o pronome indefinido), procura realçar um conjunto, e não os elementos que o compõem, a fim de sugerir-nos as diferentes realidades transformadas numa só coisa (Cunha, 1970:345).*

A propósito de sentenças com o pronome tudo, veja-se o que nos diz Said Ali (1966:287):

Empregando-se com o pronome tudo a inversão, isto é, começando-se pelo verbo ser, êste tomará a forma do plural, como em eram tudo memórias de alegria (Camões, Lus. 3,121), mas pode também conservar-se no singular concordando com o pronome: Tratemos do que cumpre e não seja tudo floreos se me nam quereis estilar (Eufr. 19).

Nos exemplos acima expostos, o pronome indefinido é o sujeito da oração, pois representa aquilo de que se quer comunicar alguma cousa ao indivíduo ouvinte. Não tem aí lugar o torcer a frase e o pensamento, a fim de dar, por amor à regularidade da gramática normativa, como sujeito o nome no plural enunciado espontâneamente por último.

Tenho observado que esse tipo de concordância acima mencionado é, na língua oral, mais freqüente do que aquela em que o verbo ser concorda com o sintagma que está depois dele. Se há, ou não, intenção de "realçar um conjunto" não podemos afirmar. Creio ser mais prudente dizer que sentenças como

(10) No princípio tudo é flores...

são mais naturais no que diz respeito à estrutura da língua, do mesmo modo que são naturais as sentenças abaixo, em que o verbo não está concordando com o SN que está depois dele:

(11) Saiu as notas de matemática

(12) Foi feito duas viagens

Do mesmo modo, em (13)

(13) Essas roupas não saem tinta

o verbo não está concordando com o SN tinta que, nos termos da Gramática Tradicional, seria o sujeito da sentença, o qual, por sua vez, iria determinar a CV, já que o sintagma essas roupas seria tratado como adverbial, originado de um sintagma dessas

roupas, através da supressão da preposição. No entanto,em (13), apesar de haver o SN depois do verbo, a CV se deu com o SN que o precede. Discussões mais detalhadas sobre essas sentenças serão feitas mais adiante.

Do que se considerou até aqui, pode-se constatar, por um lado, a circularidade no tratamento desse fenômeno nas análises tradicionais: ao mesmo tempo em que se usa a CV como traço definidor de sujeito, usa-se do sujeito para determinar a CV. Por outro lado, viu-se que a aplicação dessa regra nem sempre parece ser determinada, ou CONTROLADA, pelo SN sujeito, mas por outros SNs que estejam próximos ao verbo, como nos casos arrolados nas gramáticas, em que a CV se dá, por exemplo, com o predicativo. Sendo assim, não nos parece coerente considerar a CV como único traço para a identificação do SN sujeito. Do contrário, não teríamos como identificar o sujeito das sentenças (5)-(8), (11)-13), ou mesmo de outras, também ocorridas em linguagem oral, como

(14) Foi proibido a participação de pessoas estranhas à secretaria.
(15) Foi lido seus direitos antes de saírem?
(16) Que bem pode lhe fazer essas lembranças?

em que não houve a CV com o SN que está depois do verbo, o qual, segundo as análises correntes, é um SN sujeito.

Uma possível explicação para o fato é a de que os SNs a participação, seus direitos e essas lembranças (das sentenças acima), pospostos ao verbo, não exercem mais a função de sujeito, o que justificaria a ausência da CV com esses sintagmas. Isso viria reforçar a análise de Perlmutter (1976), para dados do português,

segundo a qual ocorre a perda de "status" de sujeito por parte do SN que sofreu Rebaixamento[3]. Entretanto, ainda que se adote essa análise para o português, a questão de se saber se o SN posposto continua, ou não, sujeito está fora dos propósitos deste trabalho. De fato, poderíamos dizer que aqueles SNs, ao serem pospostos aos verbos das sentenças, perderam, entre outras, a propriedade sintática de sujeito, qual seja, a posição de início de sentença. Ainda que ocorram casos de o verbo concordar com o SN que está depois dele, isso não constitui evidência de que esse SN é sujeito, como se pode verificar através dos exemplos dados por nossas gramáticas, em casos como:

(17) Isto são ossos do ofício

ou mesmo em outros do tipo:

(18) O professor sou eu

em que os SNs ossos do ofício e eu não são necessariamente sujeito. Aqui nos encontramos novamente diante do problema da circularidade da Gramática Tradicional ao tratar da definição de sujeito e de CV. Isso porque, nas sentenças (17) e (18), não temos como determinar qual é o sujeito e qual é o predicativo, a não ser pela própria CV.

Resta-nos indagar, então, o que importa para a CV. Em outras palavras, qual o elemento, na estrutura da frase, que controla a CV: o SN sujeito? o SN imediatamente antes do verbo? o SN que carrega em si a noção de agente? Antes de passar à discussão desse ponto, será importante verificar as condições em que se dá a CV em sentenças com SN posposto e/ou SN topicalizado.

3. Observemos os seguintes grupos de sentenças:

Grupo I:

(19) ... vinte minutos de jogo e já aconteceu duas alterações no time do Nacional

(20) Não está aqui os melhores exemplos

(21) No jornal de domingo apareceu duas páginas de greve

(22) ... ficou as camadas mais fortes

(23) Está faltando mesmo condições de alimentação

Grupo II:

(24) tá claro nesta assembléia duas posições

(25) tá previsto cinco meses

(26) seja tirado uma comissão

(27) "Deve ser inserido... uma frase..."

Grupo III:

(28) ... entrou eu, o Sérgio e o Túlio...

(29) ... nós fomos no Rio Vermelho (...) foi eu, Túlio Césa r...

Grupo IV:

(30) me chateou certos votos

(31) Dá muito trabalho essas coisas

(32) "Começou a fazer efeito mesmo, os remedios"

Todos os grupos acima apresentam sentenças de língua oral em que não se efetuou a CV com o SN posposto. Tal fato já é conhecido, principalmente quando nas sentenças há verbos existenciais e de movimento, todos intransitivos[4] — como é o contexto

das sentenças do Grupo I — ou quando a sentença está na forma passiva (sentenças (26) e (27)), ou o verbo (ser, estar, ficar, etc.) está seguido de um adjetivo ou particípio (sentenças (24) e (25)). É o caso, por exemplo, das sentenças do Grupo II, em que não houve nem mesmo a concordância do particípio (ou do adjetivo) em gênero, o que, segundo Pontes (1982:110), é um "fenômeno de evolução da língua freqüente na língua oral e na escrita menos policiada."

O Grupo III apresenta exemplos que contrariam inteiramente o que é postulado pelas nossas gramáticas. Segundo elas, o verbo — na sentença (28), por exemplo — deveria estar ou na forma de primeira pessoa do plural — por haver, no sujeito posposto e composto, um pronome de primeira pessoa, que tem primazia sobre os demais SNs — ou na forma de primeira pessoa do singular, concordando com o SN mais próximo — no caso, o SN eu. Tal não aconteceu, entretanto. Tanto em (28) quanto em (29), o verbo aparece na terceira pessoa do singular, sem concordar com o sujeito posposto, a exemplo do que ocorre em sentenças dos tipos apresentados nos grupos I e II acima.

O mesmo fenômeno da falta de CV se repetirá em sentenças com verbos transitivos, como as do Grupo IV, em que às vezes o SN sujeito posposto é do tipo "afterthought", como em (32), isto é, vem no final da sentença porque o falante, segundo Hyman, "se lembra, depois de um ponto relevante no discurso,de que falta certa informação"[5] (apud Ochs, 1979:71).

Desse modo, todos os casos arrolados acima constituem evidência de que a CV nem sempre se dá com o SN sujeito posposto. Conforme mencionei anteriormente, esse fenômeno, freqüente na língua oral, encontra-se também na língua escrita, como podemos ver nas sentenças dos grupos abaixo, correspondentes aos diver-

sos tipos na língua oral:

Grupo I':

(33) "Não existe duas línguas exatamente iguais. Existe algumas expressões iguais"

(34) No restante da lista não consta nomes de membros do Partido Comunista

(35) Paralelamente a esta situação surgiu os cursinhos

(36) São poucas as pessoas que no nosso tempo consegue chegar onde sempre sonhou

Grupo II':

(37) "É proibido a entrada"

(38) "Permitido carga e descarga"

Grupo IV'

(39) ... comparação com o que apresenta as Gramáticas Normativas

(40) ... escapa a ele as noções...

A ausência de um Grupo III' se deve ao fato de, nas redações examinadas, não terem surgido casos de SN posposto e composto por nomes e pronomes.

4. Consideremos, agora, os dois grupos de sentenças abaixo:

Grupo A:

(41) <u>Essa cerveja</u> eu acho muito boa

(42) Esses brinquedos os meninos gostam muito

(43) Meus móveis esse ano eu vou arrumar

(44) Essas duas coisas eu não quero abrir mão

Grupo B:

(45) Minhas gavetas não cabem mais nada

(46) As minhas canetas acabaram a tinta

(47) Os meninos cresceram a barba

(48) Essas torneiras não saíram água até hoje

(49) Será que não podemos construir uma escada onde a subida caiba todos nós juntos? (língua escrita)

Os SNs sublinhados nos exemplos acima são tópicos das sentenças, conforme a análise de Pontes, a que fiz referência no início deste trabalho. A diferença entre os dois grupos é que no Grupo A encontram-se sentenças em que houve somente a Topicalização de um SN. Já no Grupo B, diremos que foi aplicada, além da Topicalização, a regra de Posposição de Sujeito. No primeiro caso, a CV aplicou-se normalmente, isto é, com os SNs eu (nas sentenças (41), (43) e (44)) e os meninos (na sentença (42)), que estão exercendo a função de sujeito das frases. No segundo caso, de conformidade com o que estabelecem nossas gramáticas a respeito de verbos tais como caber, acabar, sair — todos intransitivos — o sujeito de uma sentença como (45) seria o SN mais nada. O mesmo se pode dizer sobre os SNs a tinta, a barba (a barba dos meninos, de acordo com a Gramática Tradicional) e água. Entretanto, em nenhuma dessas sentenças a CV se deu com esses SNs, mas com os SNs topicalizados. Estamos, assim, diante de um impasse: ora a CV se dá com o sujeito, ora se dá com o tópico.

Volto, agora, à pergunta feita anteriormente: o que interessa à CV quando de sua aplicação?

Nos parágrafos que se seguem, passarei a discutir esse ponto mais detalhadamente.

5. Vimos, anteriormente, que a definição tradicional de CV se baseia na relação sujeito/predicato (ou determinado/determinante). Essa é, nos termos da teoria gerativa, uma relação básica de estrutura profunda. Outro ponto ressaltado foi o de que a CV tem sido tomada como o fator básico para a identificação do sujeito. E isso é uma conseqüência da identificação do fenômeno da concordância verbal com concordância do verbo com o sujeito, o que é, no entender de Givón (1976), "uma visão infeliz do fenômeno".

Estabelecendo a CV nesses termos, deparamo-nos com um outro problema, que é o da definição de sujeito. Costuma-se lançar mão ora de noções semânticas, ora de noções formais, ora de noções pragmáticas, levando a confusões e incoerências. Assim, é freqüente o uso da noção semântica de agente, para identificação do sujeito. Já tive oportunidade de mostrar[6] que, em sentenças com verbo intransitivo e um SN posposto, como em

(11) Saiu as notas de matemática
(46) As minhas canetas acabaram a tinta
(50) "Olha, germinou alguma coisa aqui"

o falante normalmente não identifica nos SNs as notas de matemática, a tinta e alguma coisa a idéia de agente. Pelo con-

trário, eles são interpretados como pacientes (e de fato o são).

É bom lembrar aqui o que nos diz Chafe (1976:114) sobre as noções agente/paciente, na dicotomia processo/ação. Segundo ele, "estados y procesos van acompañados de pacientes, pero acciones de agentes." Assim, segundo aquele autor, para distinguirmos processo de ação, adotaremos o seguinte procedimento: a uma oração de ação, aplica-se a pergunta "O que fez N?", em que N é um nome. E a uma oração de processo, aplica-se a pergunta "O que aconteceu a N?". Por conseguinte, em relação a uma sentença como (11),poderíamos perguntar

(11') O que aconteceu com as notas de matemática?

mas não

(11'')* O que fizeram as notas de matemática?

Temos, portanto, em (11), um processo — no qual o SN as notas de matemática é um paciente — e não uma ação, em que esse mesmo SN funcionaria como agente.

Por outro lado, no caso de sentenças passivas, o sujeito também não assume a função de agente; e nem por isso a CV deixa de se efetuar com ele, como em

(51) Os livros foram colocados na estante.

Outras noções como sujeito lógico, sujeito formal (gramatical) e sujeito temático são também utilizadas no momento de se definir como a CV se aplica. Numa sentença como (43), que repito,

(43) Meus móveis esse ano eu vou arrumar

o SN meus móveis é o sujeito temático, isto é, "é o ponto de partida ou de referência na formulação da frase. Ou, em outros termos, é o TEMA do que se vai comunicar" (Câmara Jr.,1964: 176), ao passo que o SN eu é o sujeito formal ou gramatical e que, por isso, está determinando a concordância, conforme o que costuma postular a Gramática Tradicional. Esse SN eu é também o sujeito lógico, exercendo a função semântica de AGENTE.

E assim podem ser analisadas todas as sentenças do Grupo A acima.

Como já disse anteriormente neste trabalho, não é meu objetivo discutir a noção de sujeito visando a uma redefinição dessa função na língua portuguesa. Esse é um assunto que, por sua complexidade e por seu relacionamento com vários outros aspectos da estrutura da língua, merece um estudo à parte. Por esse motivo, o uso que faço aqui de certos termos em relação ao sujeito — tais como temático, gramatical, lógico — baseia-se em definições já estabelecidas na literatura lingüística. Assim, o sujeito temático, de acordo com Lyons (1977), é a expressão que o falante usa para anunciar o tópico de seu enunciado. Em outras palavras, é o tema, o tópico sobre o qual se está falando. O sujeito lógico é a expressão que se refere ao agente; é o sujeito da estrutura profunda, nos termos da teoria transformacional standard tal como esboçada em Chomsky (1965). Já o sujeito gramatical é, segundo a própria teoria transformacional, o sujeito da estrutura superficial, e cuja caracterização vai variar de língua para língua. A definição mais freqüente é a de que sujeito gramatical é o nome que determina a concordância verbal, de acordo com Lyons (1977). Nesses termos é que têm sido

estabelecidas tradicionalmente as definições de sujeito em nossas gramáticas.

Esses três tipos de sujeito arrolados acima estariam assumindo relações funcionais em três níveis, conforme o que postula Dik (1980). Esse sujeito gramatical é o que a Gramática Funcional (nos termos dados em Dik) chama simplesmente de sujeito, e que estaria assumindo uma relação funcional sintática (como também estariam o predicado, o objeto, etc.). Essa função sintática é apenas um dos níveis de relações funcionais, uma vez que os constituintes das sentenças numa língua estarão também assumindo funções semânticas (tais como Agente, Gol, etc.) e funções pragmáticas (tais como tema, tópico, foco, etc.). O importante será termos em mente que entre os constituintes haverá relações de proeminência, a qual poderá, por um lado, coincidir nos três níveis. Assim, algum AGENTE é SUJEITO (gramatical, nos termos de Lyons) e é também TÓPICO. Exemplo disso é o SN o menino numa sentença como:

(52) O menino comeu o bolo

Por outro lado, a função de tópico (= sujeito temático, de acordo com Lyons) pode ser atribuída a um termo não-sujeito (ou seja, não sujeito gramatical), como acontece com o SN essas duas coisas em:

(44) Essas duas coisas eu não quero abrir mão

Em resumo, todas as vezes em que eu estiver usando a expressão sujeito gramatical estarei me referindo àquela noção sintática de sujeito, dada não só pela Gramática Funcional mas

também pela Gramática Tradicional, de que é o termo que determina a CV (embora minha análise não se faça nesses termos). Já o sujeito temático será aquele que tem a função pragmática de tópico da sentença.

6. Essas considerações a respeito do sujeito são relevantes para retomarmos a postulação de Givón (1976) de que a identificação da concordância gramatical com concordância verbo-sujeito é uma visão infeliz do fenômeno. Realmente, as sentenças examinadas até aqui constituem evidência de que "the underlying reality upon which grammatical agreement rises is that of topic-verb agreement" (Givón, 1976:151) ("a realidade subjacente sobre a qual a concordância gramatical se baseia é a concordância do verbo com o tópico"). Em outras palavras, enquanto a definição tradicional de CV se baseia na relação sujeito/predicado, que é, como já vimos, uma relação básica de estrutura profunda, podemos, em contrapartida, estabelecer a CV em termos da relação TÓPICO / COMENTÁRIO, que é uma relação básica da estrutura superficial, em que o falante anuncia um tópico e em seguida diz alguma coisa sobre ele.

Quero deixar claro que estou tomando, aqui, o termo tópico referindo-se não ao tópico do discurso — o assunto — mas ao tópico da sentença (conforme definido nos trabalhos de Pontes), ao elemento de uma construção sintática, aquele elemento que, muitas das vezes, vai identificar-se com o sujeito (sujeito gramatical), conforme postula Lyons (1977:501):

> *The speaker announces a topic and then says something about it... In English and the familiar languages of Europe, topics are also subjects and comments are predicates.* (O falante anuncia um tópico e em seguida diz

> *alguma coisa sobre ele... Em Inglês e nas línguas conhecidas da Europa, tópicos são também sujeitos e comentários são predicados*]

Esse tópico será, segundo vários autores, o sujeito temático,que poderá, como já vimos, coincidir com o sujeito gramatical.

Passemos, agora, à análise de alguns tipos de sentenças do português com base nessa relação tópico/comentário.

A partir das definições acima, numa sentença como (52), que repito.

(52) O menino comeu o bolo

o tópico é o SN o menino; e o comentário é comeu o bolo.

O tópico — ou sujeito temático —,por ser a informação velha, vem no início da sentença. Essa posição inicial é, segundo Halliday (apud Lyons, 1977), a condição necessária para o "status" temático de um SN. Por outro lado, em (52) o SN o menino será visto pela Gramática Tradicional como o sujeito gramatical, ou seja, aquele termo que, segundo ela, determina a CV.

Apesar de o tópico ser tomado como ponto de partida para uma comunicação qualquer, não implica que ele esteja sempre presente. Em outras palavras, é possível que uma sentença seja constituída só do comentário, a exemplo do que Gruber (1966:443) estabelece:

> *A predicate sentence would be one that describes a situation without specifying any element of that situation as the thing which the sentence is about. It would be a subjectless or topicless sentence.* [*Uma sentença predicativa será aquela que descreve uma situação sem especificar qualquer elemento daquela situação como aquilo de que trata a sentença. Ela será então uma sentença sem sujeito, ou sem tópico*]

Assim, numa sentença como:

(54) Há flores no jardim

"o falante focaliza logo a essência da sua comunicação,e formula uma frase reduzida a um predicado" (Câmara Jr., 1964:177). Sentenças como (54) são chamadas impessoais, e sua análise em termos dessa relação tópico/comentário não parece oferecer problema.

Consideremos, no entanto, as seguintes sentenças da língua oral, em que aparecem verbos ditos "existenciais":

(55) ... não acontece nada disso
(56) ... surgiu (...) esse conflito todo
(57) Surge o problema

De acordo com a Gramática Tradicional, os SNs nada disso, esse conflito todo e o problema são sujeitos das sentenças (55), (56) e (57), respectivamente. E, como se pode verificar, esses sujeitos estão pospostos ao verbo.

Admitindo-se a possibilidade de ocorrência desses SNs antes do verbo — originando-se, assim, as estruturas abaixo:

(58) Nada disso acontece
(59) Esse conflito todo surgiu
(60) O problema surge

— e comparando-as com as sentenças (55), (56) e (57), vemos evidenciada aí a tendência universal de se colocar no início da sentença a informação velha, que constituirá, assim, o tópico da

sentença. Por conseguinte, em (55), (56) e (57) o tópico é o verbo, ao contrário de (58), (59) e (60), em que o tópico é o SN que antecede o verbo. Em outras palavras, quando o verbo vem antes do sujeito, o tema é a própria ação verbal. Essa é, segundo Givón (1976), a função apresentacional exercida por esse tipo de verbo.

Convém ressaltar que as sentenças (58), (59) e (60) me parecem menos naturais do que as sentenças (55), (56) e (57), em que o SN está posposto ao verbo. Acho mesmo que elas são um pouco estranhas. E essa estranheza pode dever-se ao fato de termos, nessas sentenças, verbos com função apresentacional, os quais exigiriam que os SNs viessem pospostos exatamente pela impossibilidade de eles serem considerados como portadores de informação velha.

Na mesma análise feita acima poderemos englobar os seguintes casos:

a) sentenças com verbos de movimento (ou de início e fim de existência, etc.), como em:

(61) :..já saiu esse povo todo(...)não vai entrar outro no lugar dele(...)não entra ninguém
(62) ...levanta todo mundo e sai
(63) Sumiu tudo: sumiu aeromoça, sumiu comissário
(64) Começou outra?
(65) ...num (es)tava pintando taxi
(66) Caiu uma pedra no capô do carro

b) sentenças com verbos como <u>ser</u>, <u>estar</u>, <u>ficar</u>, etc.,seguidos de adjetivo, particípio (sentenças passivas) ou expressão adverbial, como em:

(67) Estão abertas as inscrições

(68) É fácil limpar essa roupa

(69) Estão aqui os ganhadores do concurso

(70) Foi previsto um ataque à região

Em todas essas construções o verbo está exercendo a função apresentacional. Em outras palavras, pode-se dizer que o foco de interesse do falante está no fato em si, sendo que o que se segue ao verbo é de importância secundária.

Uma análise alternativa seria a de dizer que nesse tipo de sentença só temos o comentário, que é o próprio fato, isto é, o processo é "apresentado em si mesmo, independentemente de um ser que lhe sirva de marco de referência" (Câmara Jr., 1964:177).Isso, entretanto, vai alterar pouco para o que pretendo mostrar em relação à CV. Essa alternativa permitirá, no entanto, que englobemos, numa só análise, as sentenças com verbos impessoais, as sentenças com verbos intransitivos seguidos de um SN (tradicionalmente considerado o sujeito), as sentenças passivas também com sujeito posposto, etc. Em todos esses tipos reduz-se a frase ao comentário, focalizando-se, assim, a essência da comunicação, ou seja, apresenta-se o processo em si mesmo.

7. Vou retomar, agora, as sentenças (45)-(49) — que repito — constituintes do Grupo B citado anteriormente:

(45) Minhas gavetas não cabem mais nada

(46) As minhas canetas acabaram a tinta

(47) Os meninos cresceram a barba

(48) Essas torneiras não saíram água até hoje

(49) Será que não podemos construir uma escada onde a subida caiba todos nós juntos? (língua escrita)

Todas são exemplos de estruturas com tópico (os SNs sublinhados) e comentário. Observemos, no entanto, que no comentário há um SN que, segundo as análises tradicionais, é o sujeito do verbo que, por sua vez, em todos os exemplos, é um verbo intransitivo. De acordo com a definição tradicional de CV como a concordância que se efetua entre o verbo e seu respectivo sujeito, não teremos como explicar a CV nos exemplos acima. Já vimos que o tratamento da CV nesses termos não se revelou eficaz, uma vez que ela pode se dar com outro SN que não o sujeito. Se, por outro lado, admitirmos que o sujeito não é o único a controlar a CV, chegaremos a uma explicação do que ocorreu nas sentenças acima. E essa explicação terá por base a relação tópico/comentário.

Podemos verificar que, em (45)-(49), a CV efetuou-se com o SN topicalizado e não com os SNs pospostos, todos sujeitos, em termos tradicionais, de verbos intransitivos. De acordo com a Gramática Tradicional, esses SNs seriam aqueles termos que deveriam determinar a CV, portanto, os sujeitos gramaticais das referidas sentenças. Se se partir do pressuposto de que é o sujeito gramatical(e esse sujeito gramatical possui a propriedade sintática que é a posição antes do verbo, conforme postulado em Lyons, 1977) que determina a CV, pode-se dizer, então, que os SNs sublinhados nas sentenças acima são, além de sujeitos temáticos (na qualidade de tópicos), os sujeitos gramaticais, pois é com eles que o verbo está concordando. Assim, esse é um caso em que tópico e sujeito se identificam; melhor dizendo, em que sujeito temático e sujeito gramatical coincidem.

Além disso, em sentenças do tipo de (45)-(49), a possibi-

lidade de se identificar o SN posposto ao verbo como sujeito é bem menor, tendo em vista que: a) ao ser posposto, esse SN teria perdido a propriedade sintática de sujeito — a posição — o que, nos termos de Perlmutter (1976), é uma perda de "status" de sujeito; b) esse SN deixou também de exercer a função de tópico.

Normalmente, o tópico é o sujeito, dada a Hierarquia Universal de Topicalidade, postulada por Givón (1975) da seguinte maneira:

Hierarquia Universal de Topicalidade

a. *humano* *não-humano*
b. *definido* *indefinido*
c. *participante mais envolvido* *participante menos envolvido*
d. *1a. pessoa* *2a. pessoa* *3a. pessoa*

Essa hierarquia fará com que o sujeito seja o elemento mais preponderantemente topicalizado e, sendo assim, o candidato mais provável para a concordância, por manter muitas das funções do tópico.

Um outro tipo de estrutura de tópico/comentário é aquele apresentado pelas sentenças (41)-(44), que repito:

(41) Essa cerveja eu acho muito boa
(42) Esses brinquedos os meninos gostam muito
(43) Meus móveis esse ano eu vou arrumar
(44) Essas duas coisas eu não quero abrir mão

Nelas o tópico é o SN sublinhado, e o comentário é o resto da

sentença, como mostra o quadro abaixo:

TÓPICO	COMENTÁRIO
essa cerveja esses brinquedos etc.	eu acho muito boa os meninos gostam muito etc.

Observe-se que o próprio comentário é constituído de sujeito e predicado (sujeito tomado aqui nos termos tradicionais, como o SN com o qual o verbo concorda, ou seja, o sujeito gramatical). Nessas sentenças haverá, de acordo com o que vimos até agora, um sujeito temático (o SN topicalizado) que não se identifica com o sujeito gramatical. Esse, pelo contrário, é o SN que precede imediatamente o verbo em cada um dos exemplos dados.

As sentenças (41)-(44) parecem, à primeira vista,constituir problema para a análise que acabo de dar para o comportamento da regra de CV em português, qual seja, a de que a CV é controlada pelo tópico. Isso porque naquelas sentenças o verbo não concordou com o tópico — o SN sublinhado — mas com o outro SN, chamado de sujeito gramatical ou formal, que é o SN que imediatamente precede o verbo nas sentenças dadas. Esses são casos de sentenças com ocorrência do que muitos chamam "duplo sujeito" — um sujeito temático (o tópico) e um sujeito gramatical (aquele com o qual a CV está se efetuando).

Podemos, no entanto, alcançar maior generalização se postularmos que nessas sentenças há dois tópicos, em níveis dife-

rentes, representados na forma do diagrama abaixo:

S_1

Tópico Comentário

S_2

Tópico Comentário

Assim, a sentença (41), por exemplo, teria dois tópicos, a saber: o SN essa cerveja seria o tópico num nível mais alto, ou seja, no nível de S_1; e o SN eu seria o tópico num nível mais baixo, ou seja, de S_2. E a CV poderá, então, ser determinada pelo tópico que imediatamente precede o verbo, o que permitirá maior generalização.

8. Feitas essas considerações, volto a examinar sentenças com verbos intransitivos, sejam existenciais, sejam de movimento. Já vimos ser comum nesses casos que o SN dito "sujeito" apareça posposto ao verbo, dada a característica apresentacional desse.

Tomemos os seguintes exemplos, encontrados no português oral de falantes de nível universitário:

(71) Foi ontem sete peças pra Brasília
(72) Faltava dez minutos ainda pra começar a aula
(73) Ficou umas cinco pessoas
(74) Está me surgindo umas idéias
(75) Está circulando algumas informações

(76) Existe problemas entre os professores

(77) Continua sem explicação as formas em ũ

(78) Bateu saudades e eu vim

(79) Pintou as lembranças daquele tempo

e outras, citadas anteriormente, que repito:

(11) Saiu as notas de matemática

(20) Não está aqui os melhores exemplos

(23) Está faltando mesmo condições de alimentação

(40) Escapa a ele as noções (língua escrita)

Em todas elas, o verbo está em sua forma de terceira pessoa do singular, embora se encontre depois dele um SN no plural, e que é analisado na Gramática Tradicional como sujeito. Em outras palavras, a CV nesses exemplos não está se efetuando de conformidade com as regras postuladas pela Gramática Tradicional. Resta a pergunta: por que, numa sentença como (11)

(11) Saiu as notas de matemática

o verbo sair não concordou com o SN as notas de matemática? Se esse SN estivesse anteposto ao verbo, tal concordância existiria, como podemos comprovar em:

(80) As notas de matemática saíram.

A freqüência desse fenômeno da ausência de CV com SN posposto na língua oral examinada, e sua comparação com ocorrências com SN anteposto, nas quais se efetua a CV, levaram-me a acreditar que não se trata realmente de um simples desconhecimento da

regra, ou de um problema decorrente de fator morfológico(a maior ou menor diferença fônica entre as formas de terceira pessoa do singular e terceira do plural), como querem alguns autores, conforme tive oportunidade de mostrar em Decat (1981).

Creio que a situação detectada nos exemplos acima poderá alcançar melhor descrição e generalização se examinada à luz da relação tópico/comentário.

Já ressaltei a possibilidade de existência de sentenças que se reduzem ao comentário, isto é, em que o foco de interesse é o processo em si mesmo. Ora, se postularmos (como o fiz anteriormente), que a CV se dá com o tópico, e sabendo que o tópico vem no início da sentença, torna-se evidente que a falta de CV nos casos acima se deve ao fato de essas sentenças apresentarem só o comentário. Comparando (11) e (80), poderemos comprovar o que acabo de aventar. O SN <u>as notas de matemática</u>, que, em (80), é o tópico (e é também o sujeito gramatical, se quisermos ainda manter essa nomenclatura), perdeu a função de tópico ao ser posposto, como em (11). Se, ao se dar essa posposição, o verbo não concorda com esse SN, podemos concluir seguramente que o que importa para a CV não é só a condição de sujeito gramatical do SN, mas a sua condição de tópico.

As estruturas acima poderão ser equiparadas a sentenças ditas <u>impessoais</u>, o que nos fará alcançar maior generalização. Poder-se-ia argumentar que os verbos daquelas sentenças são intransitivos e pessoais e que, para tratá-los como impessoais, teríamos que admitir que o SN que está depois do verbo é um <u>objeto</u>. Ora, não vejo por que não dizer que houve uma <u>impessoalização</u> desses verbos, sem que, com isso, seja necessário admitir que o SN posposto é objeto. O fato de o SN ter perdido, com a posposição, o "status" de sujeito, não quer dizer necessariamente

que ele passe a ser objeto. Melhor seria admitir que o SN perdeu seu "status" de tópico, mesmo que continue a ser considerado o sujeito.

Essa generalização permitirá que englobemos, numa mesma análise, os seguintes casos, além do que acaba de ser visto:

19) sentenças passivas (sem SN agente), com SN posposto. Nessas, a perda de "status" de tópico por parte do SN posposto evidencia-se até pela falta de concordância nominal (do particípio) como mostram alguns dos exemplos abaixo

(81) Foi encontrado cerveja e guaraná
(82) ...seja tirado uma comissão

ou em

(12) Foi feito duas viagens
(15) Foi lido seus direitos antes de saírem?

29) sentenças com verbos com ser, estar, ficar, etc., seguidos de particípio, adjetivo ou expressão adverbial — como em (24)-(27), citadas anteriormente.

É interessante ressaltar que essa falta de concordância do verbo (ou do particípio) com o SN posposto não é um fenômeno tão novo na língua, tendo sido até registrado em língua escrita de escritores arcaicos (embora, muitas vezes, esse fenômeno tenha sido atribuído a um erro do tipógrafo) como nos atesta Brandão (1963:178-179):

> *Nos melhores escritores deparam-se exemplos de verdadeiras discordâncias, as quais se podem interpretar como inadvertências do autor, explicáveis pela influência exercida no espírito dêle por um dos têrmos da proposição, quase sempre aquêle que psicològicamente tem mais valor. [...] Exemplos há, porém, que são erros manifestos ou do tipógrafo ou do escritor. Para êstes não há justificação, e não devem absolutamente ser imitados. Incorrem nesta censura entre outros os seguintes além de muitos outros por nós coligidos:*
> *"Mais VAL amigos na praça que dinheiros na arca"[F.Vasconcelos, Eufr., p.42]. "...não lhe VINHA recados nem nova alguma de Godifert" [Id., Mem., 19].*
> *[...] "...duzentos reais... lhes ABASTA"[Cast., Hist. da India, I, XIV, 37] [...] "FALTA-me posses para me ostentar" [Camilo, Regicida, 72] [...] Tais discordâncias ocorrem a miúdo com adjetivos e particípios, postos no masculino, quando deveriam concordar no feminino ou no plural dêste: "POSTO nos navios tôdas as BITALHAS [= vitualhas]" [F.Lopes, D. João I, IQ, 68].*
> *"...em vida dêle não foi alguma cousa ESCRITO" [Ibidem, 100].*

Essa análise em termos de tópico/comentário permitirá, inclusive, que expliquemos a falta de CV em casos como os de (28) e (29) — que repito:

(28) ...entrou eu, o Sérgio e o Túlio

(29) ...nós fomos no Rio Vermelho (...) foi eu, Túlio César...

em que no SN posposto há um pronome e a CV não se efetuou com ele, o que é uma das possibilidades postuladas pela Gramática Tradicional normativa.

Ainda que adotássemos a análise segundo a qual o tópico dessas sentenças é o verbo — que teria a função apresentacional — a explicação da não-concordância do verbo com o SN posposto fica inalterada. É óbvio que, se a CV se dá com o tópico — e o tópico é o próprio verbo — esse ficará na forma de terceira pessoa do singular, sem estar concordando com nenhum SN. Diríamos até que topicalizar o verbo é uma maneira de impessoalizar a frase.

Podemos estabelecer um paralelo entre essas construções a que estou chamando de "impessoalizadas" e as construções impessoais do francês, do tipo "il + V", como nos exemplos (83a.) e (84a.) abaixo, dados por Vet (1981:143-163):

(83) a. "Il arrive deux trains"
b. "Deux trains arrivent"

(84) a. "Il est difficile de corrompre la concierge"
b. "La concierge est difficile à corrompre"

Do exame das sentenças acima, conclui-se que o verbo concorda com "il" e não com o SN que o segue.

Entre os autores que analisam esse tipo de construção em francês, há controvérsias quanto à função do SN que está depois do verbo. Alguns o dão como "sujeito real", sendo que o "il" é o "sujeito aparente". Outros vêem esse SN como uma espécie de objeto (embora haja argumentos contra isso), por causa da posição que ele ocupa na frase. Já outros, como Eskénazi (apud Vet, 1981), analisam o "il" como um elemento introdutor qualquer, e o SN como um elemento "dessintaticizado", isto é, um elemento que perdeu sua função sintática. Essa visão assemelha-se à análise de Perlmutter (1976), quando postula a perda de "status" de sujeito por parte do SN posposto ao verbo. De qualquer forma, aqui não nos interessa solucionar o problema da função desse SN. Interessa-nos, sim, verificar o comportamento da concordância verbal em sentenças semelhantes no português, como (85) e (86),

(85) a. Chegou duas caixas de vinho
b. Duas caixas de vinho chegaram

(86) a. É fácil lavar essas roupas

b. Essas roupas são fáceis de lavar

embora não haja, em português, um pronome semelhante ao pronome "il" do francês. Mesmo assim podemos dizer que há, em ambos os casos, a idéia de impessoalidade. E a maneira formal de indicar isso em português será colocar o verbo na terceira pessoa do singular, não concordando, portanto, com o SN que vem depois.

9. Finalmente resta explicar aqueles casos em que ocorre, na língua escrita e mesmo na língua falada, a concordância do verbo com o SN à sua direita, como nos exemplos abaixo:

(87) Pintaram uns grilos na minha cuca

(88) Faltaram livros (língua escrita e também língua oral)

(89) Lá foram servidas as bebidas (língua escrita)

(90) Existem dois pontos de vista

À primeira vista essas sentenças parecem servir de contra-argumento à hipótese desenvolvida até agora, que é a de que a CV é controlada pelo tópico.

Entretanto, novamente chamo a atenção para a possibilidade, apontada por nossas gramáticas, de o verbo concordar com SNs pospostos que tenham outra função que não a de sujeito, por exemplo a função de predicativo, expresso por um nome ou um pronome, como nos exemplos já citados neste trabalho:

(9) "Tudo eram sonhos de Arcádia,
ilusões da vida em flor..."

(17) Isto são ossos do ofício

(18) O professor sou eu

A concordância do verbo haver — que é dado como impessoal — com o objeto direto é um fenômeno já registrado por alguns gramáticos, como nos diz Brandão (1963:22-23):

> *Certos escritores costumam empregar como pessoal o verbo haver em frases existenciais, dando-lhe por sujeito o que propriamente é objeto direto: "Tais HAVIAM que certificavam que o Mestre era morto." (Fernão Lopes, D. João I, 19, 48). "HAJAM festas de prazer. HAJAM cantos para ouvir" (Camões, Auto de el rei Seleuco, no 2º vol. das Obras, p. 474)*

e conclui logo em seguida: "Não é sintaxe digna de imitar".

O fato é que, tanto na língua oral quanto na escrita, quando há um SN posposto ao verbo — seja esse SN sujeito ou não — a CV ora se faz com esse SN, ora não se faz, ficando o verbo na terceira pessoa do singular. Em outras palavras, quando a sentença se reduz ao comentário, o comportamento da CV se dá como nos casos de sentenças impessoais, em que o verbo fica na terceira pessoa do singular, o que nos permite englobar, numa mesma descrição, sentenças com verbos intransitivos, do tipo exemplificado abaixo,

(11) Saiu as notas de matemática

(75) Está circulando algumas informações

(79) Pintou as lembranças daquele tempo

ou sentenças com verbo transitivo, entre os quais inclui-se o verbo haver, como nos exemplos abaixo:

(31) Dá muito trabalho essas coisas

(16) Que bem pode lhe fazer essas lembranças?

(54) Há flores no jardim

Essas evidências, aliadas a todas as outras apontadas neste trabalho, levam-me a concluir que a CV é uma regra que se aplica ora para trás, e, nesse caso, OBRIGATORIAMENTE — quando o verbo concorda com o SN que imediatamente o precede, isto é, com o tópico que imediatamente precede o verbo — ora para a frente, e, nesse caso, OPTATIVAMENTE, quando então o verbo concorda com o SN que se lhe segue, e que não é necessariamente o sujeito da sentença. Essa aplicação optativa permitirá que englobemos satisfatoriamente numa mesma análise as ocorrências abaixo:

(91) a. Foi feito duas viagens

b. Foram feitas duas viagens

(92) a. Está pronta as malas

b. Está pronto as malas

c. Estão prontas as malas

(93) a. Caiu dois carros no abismo

b. Caíram dois carros no abismo

(94) a. Tudo é flores

b. Tudo são flores

(95) a. aí chegou eu, o Marco e a Belisa

b. aí cheguei eu, o Marco e a Belisa

c. aí chegamos eu, o Marco e a Belisa

E poderemos, ainda, explicar a concordância do verbo haver (existencial) — considerada errada pela gramática normativa —

do mesmo modo que acontece com verbos do tipo de existir, como nos pares abaixo:

(96) a. Havia muitos manifestantes na praça
b. Haviam muitos manifestantes na praça

(97) a. Existe várias explicações para isso
b. Existem várias explicações para isso

Esse caráter optativo da CV com SN posposto pode dever-se a um fenômeno de evolução da língua, e que passa despercebido. Duas formas coexistem, até o momento em que uma delas irá sobrepujar a outra. E essa coexistência de formas já era registrada em períodos mais antigos de nossa língua, como nos mostra Said Ali (1966:305):

> *Em alguns escritores notáveis do século XIX têm-se apontado vários exemplos de orações existenciais com houveram, houvessem, etc., no plural. Mas a novidade vem de mais longe. De Matias Aires (1752) são estes passos:*
>
> > *Quantos Achilles terão havido, cujas notícias se acabarão só porque não tiverão Homeros que as fizessem durar hum certo tempo...? (Vaid. 29) - De quantas acções fará menção a historia, que já mais se virão?... E de quantos nomes, que nunca houverão? (ib. 363) - Deste modo he que antigamente havião Nobres, porque em todo o tempo houverão poderosos (ib. 396) - Emquanto houverem cores, sombras e pretextos, hão de padecer a verdade, a justiça, e a virtude (ib. 327)*
>
> *Outros autores contemporâneos de Matias Aires evitaram, escrupulosos e fiéis à tradição, escrever orações existenciais com o verbo haver no plural. Que esta forma alternava com o singular na linguagem falada daquele tempo, depreende-se destes passos de Antônio José da Silva:*
>
> > *Se não houvessem boas almas, já o mundo estava acabado (Alecr.38) - Para que não hajam dúvidas no dote, assentai-vos e sabereis o que haveis de levar (ib.47)*

10. Neste trabalho examinei o fenômeno da concordância verbal em português, tentando encontrar explicações para o comportamento dessa regra em sentenças,em que duas outras regras se aplicavam: a Topicalização e a Posposição de Sujeito. Mostrei que o tratamento dado à regra de CV na Gramática Tradicional é circular, uma vez que, para explicar essa regra, toma-se como base a noção de sujeito, ao mesmo tempo em que se usa da CV como fator básico (e às vezes único) para a identificação do sujeito de uma sentença.

Da análise dos dados da língua oral de falantes de diversos níveis (primeiro grau, segundo grau e universitário) e da comparação desses dados com a língua escrita, aventei a hipótese de que a concordância verbal encontrará melhor descrição em termos da relação tópico/comentário. Assim, cheguei às seguintes conclusões:

1º) a CV, em português, é normalmente controlada pelo tópico;

2º) havendo mais de um tópico, em níveis diferentes, a CV se dará com o tópico que imediatamente precede o verbo. Esse é o caso que muitos consideram como de "duplo sujeito", em que um deles é o sujeito temático (que podemos identificar como o tópico de nível mais alto) e o outro é o sujeito gramatical (que é o tópico de nível mais baixo). A CV, nesse caso, aplica-se para trás, e é OBRIGATÓRIA;

3º) em sentenças constituídas só do comentário,a CV se aplicará OPTATIVAMENTE para a frente, isto é, com o SN que se

pospõe ao verbo (seja esse SN sujeito — em termos da Gramática Tradicional — ou não). A essas sentenças constituídas só do comentário chamarei de construções impessoalizadas, nelas englobando:

a) sentenças com verbos impessoais como, por exemplo, o verbo HAVER;

b) sentenças com verbos intransitivos (existenciais ou de movimento) seguidos de um SN;

c) sentenças com verbos transitivos, incluindo-se, aí, as sentenças passivas (sem agente expresso).

Em outras palavras, o que importa para a CV é a condição de tópico do SN, sendo a regra, nesse caso, de aplicação obrigatória. Não havendo tópico — entendido como uma construção sintática — a tendência verificada no português é a de não se efetuar a concordância (embora nesse caso ela possa ser considerada de aplicação optativa com o SN que segue o verbo, o que explica a ocorrência alternada das formas verbais de singular e plural na língua falada e também na escrita). As sentenças serão interpretadas, então, como impessoais.

Essa análise permite uma maior generalização não sobre as normas ditadas pela gramática, mas sobre os fatos lingüísticos em si, tal como se apresentam na manifestação espontânea da linguagem. Como nos diz Said Ali (1966:80), as dificuldades que muitas vezes encontramos nas análises que fazemos não têm origem nos fatos em si, mas

> *resultam antes de estarmos sempre propensos a subordinar e amoldar todos os fatos gramaticais a certas dou-*

trinas tradicionais estabelecidas a priori. Em vez de aceitarmos os fenômenos lingüísticos tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da linguagem um têrmo reclamado por um princípio apriorístico. Fantasiamos possibilidade, socorremo-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, lingüisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise.

NOTAS

1. Cf. Pontes (1981a), (1981b), (1982).
2. Os exemplos entre aspas, que não venham com referência direta do autor, foram recolhidos dentre os dados apresentados nos trabalhos de Pontes (1981a), (1981b), (1982).
3. Essa é a tradução que estou dando para "Subject Downgrading", que é a regra que, segundo Perlmutter (1976), faz com que o SN (tido como sujeito na estrutura profunda) movimentado para depois do verbo deixe de comportar-se como sujeito, ou seja, perca as propriedades de sujeito como, por exemplo, a posição inicial e a função temática como tópico da sentença.
4. Para maiores detalhes, ver Decat (1981).
5. Essa e outras traduções que aparecem no decorrer do trabalho são de minha inteira responsabilidade.
6. Cf. nota 4.
7. O grifo é meu.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Cláudio. Sintaxe clássica portuguesa. Belo Horizonte, UFMG, 1963.

CÂMARA, Jr., J. Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. 2a. ed. Rio de Janeiro, Ozon, 1964.

CHAFE, Wallace L. Significado y estructura de la lingua. Barcelona, Planeta, 1976.

CHOMSKY, N. Aspectos de la teoria de la sintaxis. Madrid,Aguillar, 1970.

DECAT, M. B. N. Verbal agreement differences in spoken and written Brazilian Portuguese and their consequence for the teaching of composition. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (5): 25-39, 1981.

DIK, Simon C. Studies in functional grammar. London, Academic Press, 1980.

GIVÓN, T. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, Charles, ed. Subject and topic. New York, Academic Press,1976.

GRUBER, J. S. Topicalization in child language. In: REIBEL, D.A. & SCHANE, S. A. Modern studies in English. New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

LEMLE, M. & NARO, A. Competências básicas do português. Rio de Janeiro, MOBRAL, Fundação Ford, 1977.

LYONS, J. Semantics 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T., ed. Syntax and semantics. New York, Academic Press, 1979. vol. 12.

PERLMUTTER, D. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jurgen, ed. Readings in Portuguese Linguistics. Amsterdam, North Holland LInguistic Series 22, 1976.

PONTES, Eunice. Da importância do tópico em português. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 5, Rio de Janeiro, 1981 a. (Comunicação)

———. Topicalização e deslocamento para a esquerda. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 6, Rio de Janeiro, 1981 b. (Comunicação a sair)

———. A ordem VS em português. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (7): 90-137, 1982.

SAID ALI, M. Dificuldades da língua portuguesa. 6a. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966 a.

———. Gramática histórica da língua portuguesa. 6a. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1966 b.

VET, Co. Subject assignment in the personal constructions of French. In: BOLKENSTEIN, Dik et alii. Predication and expression in funcional grammar. London, Academic Press, 1981.

Eunice Pontes

ORDEM VS EM PORTUGUÊS: UMA TENTATIVA DE EXPLANAÇÃO[1]

RESUMO

Neste texto, apresento uma tentativa de explanação para o fenômeno da ordem VS em português, que procurei descrever em um trabalho anterior (Pontes(1982)). Proponho primeiro uma explicação funcional, baseada nas propostas de Givón para outras línguas e, em seguida, investigo a hipótese, formulada por esse autor, de que a ordem VS seria mais antiga nas línguas românicas.

ABSTRACT

This essay is an attempt to explain the VS order in Portuguese, which has been previously described by me (Pontes(1982)). A functional explanation is formulated on the basis of Givón's theories, followed by a discussion of the hipothesis, which he has presented, that the VS order is older than the SV order in the Romance languages.

Examinando-se a lista de regras que a Gramática tradicional aponta para a colocação do sujeito no final, tem-se a impressão de que são um grupo de regras que não têm nada a ver umas com as outras.

A tarefa do lingüista, como de todo cientista, é buscar as generalizações que estão por trás de fatos aparentemente desconexos:

> *Explicar, estabelecer cierta relación de dependencia entre proposiciones aparentemente desvinculadas, poner de manifiesto sistemáticamente conexiones entre temas de información variados: tales son las características distintivas de la investigación científica.* (Nagel, 1974:18)

1. Generalizações

A primeira generalização a respeito da ordem VS é que ela pode ocorrer nos ambientes em que não seja necessário recorrer à ordem SVO para distinguir sujeito de objeto, como dissemos no início deste trabalho. Daí ela ser mais encontrada com verbos intransitivos.

Outra generalização é que a ordem VS, como ensina a gramática, ocorre em orações interrogativas, exclamativas, optativas, relativas, existenciais, reduzidas de particípio, gerúndio, infinito, ou seja, orações que de alguma maneira diferem da oração declarativa neutra, afirmativa, ativa. Os gramáticos assinalaram este fato. Tanto Cunha (1976) como Thomas (1969) dizem expressamente que a ordem SVO é a das orações declarativas, que eles consideram como básicas[2]. Arlene Berman, ao discordar de Mc Cawley (1971) que quis demonstrar que o inglês era basicamente VSO baseado no argumento da simplicidade das transformações necessárias para gerar as orações do inglês, diz o seguinte:

> *The problem is not that having SF (subject first) as well as the various inversion rules complicates the grammar*

> *in terms of rule count. One reason for setting up SVO structures and producing inverted patterns transformationally was that, intuitively, it was felt that VS constructions were in some way "marked", deviant from the norm. With the possible exception of yes - no questions, all cases of VS order are dependent on other transformations [Wh-fronting, Adverb Preposing, etc] having applied. In other words, the inversion rules are secondary processes, optional and/or obligatory under differing circumstances [1974:404].*

Givón (1979) considera que a intuição dos gramáticos tradicionais e gerativistas está correta, e tenta justificá-la mostrando que a oração declarativa afirmativa, ativa, neutra, é a menos marcada nas línguas, sob vários aspectos. Segundo ele, ela é "menos pressuposicional", definindo complexidade pressuposicional como "o grau de dificuldade que o falante pensa que o ouvinte terá para atribuir referência única a um argumento no discurso." (p.49)[3]

Ele estabelece uma escala de pressuposicionalidade, pela qual a mais marcada é a oração interrogativa com pronome interrogativo. Em seguida vêm as orações interrogativas com pronome, as truncadas, as pseudo-truncadas, as relativas e as interrogativas simples[4]. As variantes mais pressuposicionais

> *apresentam maior complexidade sintática, exibem maiores restrições distribucionais, são gramaticalizadas mais tarde pelas crianças e tendem a exibir conservadorismo sintático, mais comumente na área da ordem das palavras.(p. 49)*

Outra justificativa, segundo ele, para considerar a oração declarativa como básica é que ela é a mais freqüente no discurso.

A segunda generalização que podemos fazer, portanto, a respeito da ordem VS em Português é que ela ocorre em orações marcadas, ou seja, não-declarativas, ativas, afirmativas, neutras.

Ainda é possível depreender uma outra generalização: é que, como os gramáticos observaram, a ordem VS costuma ser concomitante com a topicalização de algum elemento da S que não o sujeito: quando o predicativo, ou o objeto, ou um adjunto adverbial vai para a primeira posição da sentença, o sujeito vai para o final. Creio que se pode considerar também como casos de topicalização as interrogativas e relativas que começam com pronome não sujeito. Givón observou esta concomitância da topicalização com VS também em outras línguas:

> *the left-fronting (topic-shifting) of a non-subject constituent, be it an object or adverb-phrase, precipitates VS syntax, which should be viewed as a consequence of lowering the relative topicality of the subject via making another constituent more topical* (1977:192)

Assim ele define topicalidade relativa:

> *Relative topicality should be equated, roughly, with the degree to which a constituent of a proposition is or is not the focus of "new information". "More topical" is then "less new information".* (1977:244)

2. Explicação funcional

Givón tenta, portanto, chegar a uma explanação do fenômeno VS a partir de propriedades do discurso. Para ele, "a sintaxe não pode ser explicada sem referência a seu uso na comunicação." (1979:49)

Esse tipo de explicação, embora tenha sido desprezado pelos gramáticos gerativos, que pareciam acreditar que o único modo de explicação científica era o dedutivo, é, assim como o histórico, perfeitamente válido. O filósofo da ciência Ernest Nagel considera válidos quatro modelos de explicação científica: o dedutivo, o probabilístico, o funcional ou teleológico e o genético ou histórico. O primeiro é mais comum nas ciências naturais, o

terceiro nas ciências biológicas e humanas, o quarto nas ciências históricas. Um exemplo de explicação histórica que ele dá é um exemplo lingüístico: "por que o inglês tem tantas palavras de origem latina?" Depois da ênfase que os gerativistas deram à explicação dedutiva, desacostumamo-nos a pensar na história como um tipo de explicação científica. Nagel (1974:34) defende também as explicações probabilísticas como sendo às vezes as únicas explicações a que se pode chegar em determinados campos.

Givón usa sobretudo a explicação funcional (apelando para a função da linguagem, de comunicação) e a histórica. Ele afirma: "all other things being equal, environment in which the subject is of low relative topicality will tend to remain VS longer, and thus exhibit more conservative syntax along this continuum" (1977:238).

Essencialmente, Givón tenta explicar a ordem VS como ocorrendo em ambientes em que o sujeito é a informação nova. Esta explicação coincide com o ensinamento da Escola de Praga. Firbas acredita que o "dinamismo comunicativo" aumenta em relação ao final da S:

> *Sentence linearity is an indisputable fact. It makes the speaker writer arrange the linguistic elements in a linear sequence, in a line, and develop the discourse step by step. I believe to be right in assuming that the most natural way of such gradual development is to begin at the beginning and proceed in steady progression, by degrees, towards the fulfilment of the discourse. If this assumption is correct, then a sequence showing a gradual rise in degrees of CD (i.e., starting with the lowest degree and gradually passing on to the highest degree) can be regarded as displaying the basic distribution of CD.* (1971: 138)

Bolinger expressa ponto de vista semelhante:

> *yet we see the same principle at work: that which is presupposed, but needs to be stated in order to clarify or remind, precedes; that which is new, unexpected, informative and contrastive follows. The "point" of the utterance is toward the end.(1954:48)*

Este era o ponto de vista de Mattoso Câmara Jr. com relação à colocação do sujeito no final:

> *Há um princípio básico, que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo. Notem-se, por exemplo, as diferenças de informação entre as seguintes colocações diferentes para uma mesma frase: a) eu saio às três horas (a que horas?); b) às três horas eu saio (que faço?); c) às três horas saio eu (quem sai?). (1976:250)*

Pode-se constatar a validade desta doutrina comparando-se os exemplos seguintes:

Mentiroso é ele!

Mentiroso ele é.

Ele é mentiroso.

Parece-me que fica muito claro nos dois primeiros exemplos, em que mentiroso vem no início da S, que já se deve ter falado antes esta palavra, ou seja, mentiroso é tópico, é dado. Também me parece evidente que ele no final do primeiro exemplo é a informação nova. Poderíamos continuar essa S do seguinte modo:Mentiroso é ele, não eu. Já a segunda seria diferente:Mentiroso ele é, mas não é invejoso. Quanto ao terceiro exemplo, mentiroso é novo, não se pressupõe que foi falado antes. O que é dado é ele, do mesmo modo que na segunda. É importante notar que a única ocasião em que ele, um pronome pessoal, é novo, é na posição final.

Givón discute esses fenômenos do discurso e estabelece uma hierarquia das estratégias de continuidade do tópico. Para ele,

nós construímos o discurso

> *by stringing together chains of proposition/clauses that [a] comprise the same theme, and [b] tend to repeat the same participant/topic over a stretch of clauses, whereby that recurring topic tends to be construed as the main clausal topic. Topic continuity - or topic predictability - is thus the unmarked case in human discourse. On the other hand, topic change - discontinuity, surprise - is the marked case in discourse.*[1981:5]

Sua escala decrescente de continuidade é: anáfora zero; pronomes presos/não acentuados ou concordância gramatical; pronomes acentuados/independentes; SN definido deslocado para a direita; SN definido simples; SN definido deslocado para a esquerda;movimento de Y/topicalização contrastiva; construções de foco/truncadas(p.7).

Como estratégias de descontinuidade, ele alista (sem ordem): modificadores restritivos de um SN; variação de ordem VS/SV ou OV/VO; orações passivas X ativas; orações subordinadas X principais; orações finitas X não-finitas, participiais, nominalizadas; SNs indefinidos, construções existenciais - apresentativas.

Note-se que, em Português, as orações em que ocorre a ordem VS coincidem com as que Givón alista como estratégias de descontinuidade. Vimos, ao analisar textos de língua escrita e oral, (cf. Pontes, 1982) que as idéias de Givón se confirmaram, pois as estratégias de continuidade são a norma (o não-marcado) e as de descontinuidade a exceção (o marcado).

Para ilustrar um pouco mais essa explicação funcional, quero dar um exemplo tirado de um diálogo gravado, em que se vê bem como o SN indefinido, novo, é introduzido no discurso através de VS e como se constata a função "apresentacional" do verbo:

> Eu tava... M. tava no nosso time, ele na rede; M. também. Veio uma bola mais de dois palmos do nosso lado. M. pegou e não sei se foi com manchete ou o que que foi, pegou a bola aqui e jogou prá cima...

Aqui, vê-se como o SN uma bola (indefinido) é introduzido no texto através de VS e depois passa a ser o tópico de várias sentenças. Eu não transcrevi todas as Ss, mas a bola continuou sendo ainda repetida (a repetição do SN é evidentemente uma estratégia de continuidade de tópico) por várias Ss seguintes.

Segundo Contreras (1976) os verbos "apresentativos" foram extensamente estudados por Hatcher (1956) "que os divide em categorias como as seguintes": a) existência-presença (viver, habitar, abundar); b) ausência (faltar, sobrar); c) começar;d)continuar, permanecer; e) produzir (nascer, brotar), f) ocorrência (ocorrer, acontecer, passar); g) aparecer (chegar); h) vir, chegar (p.53-54). Sua função é "to introduce the patient, to present it, so to say, to the addressee's consciousness".(p. 54)

Robert Hetzron (1975: 376) acha que "existe uma tendência nas línguas para colocar em posição final elementos que o falante deseja manter à mão para referência posterior". Ele chama essa tendência universal de movimento apresentativo. Eu acho que o fundamental, o constante nos exemplos estudados, é a novidade do SN em posição final, independentemente de ser ou não usado posteriormente. Por exemplo, em observações ocasionais,encontrei vários exemplos de construção VS com verbos do tipo existencial-apresentativo (como em "Sumiu minha escova!", "Caiu uma mosca na minha sopa!") sendo que não se continuou depois a falar desses elementos. O constante foi o fato deles serem mencionados pela primeira vez. Outra observação foi a intuição de

que de algum modo o verbo parece ter um relevo especial em certos casos. Quando o verbo vem no início da sentença, seguido de um SN indefinido, às vezes o falante sente que o mais importante é o verbo e que o SN que se segue é secundário. Susan Steele (1975) acha que há duas forças em jogo na sentença, relacionadas com as noções de primazia (precede) e comando de Langacker. A noção de primazia explicaria a importância da primeira posição na sentença. A noção de comando estaria ligada à centralidade do verbo, que atrai elementos para si (como os modais). As sentenças em que os falantes sentem a maior importância do verbo parecem ser aquelas em que o verbo ocorre no início da S, não havendo elementos topicalizados. É possível, inclusive, que o verbo receba nesses casos um acento especial, que lhe dá um destaque maior. Mattoso Câmara Jr. considera que "a anteposição do verbo tem um valor estilístico muito nítido, que consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação." (1976:252)

3. A explicação histórica

Resta examinar a explicação histórica. Givón (1977, 1979) considera que a ordem VS é mais antiga nas línguas que ele estudou e diz textualmente sobre as línguas românicas:

> *I think there is an excellent possibility that Romance has gone through a stage of... VS... syntax, the strong mark of which remains to this day in Spanish, Portuguese, Italian and Romanian.* (1977: 249)

Esta hipótese estaria dentro da sua teoria de que

> *the major mechanism for word-order change involves the "downward" reevaluation of more marked pragmatic word*

> *orders involved in various topic-focus operations, so that eventually they are re-interpreted as the neutral pattern.* [1979: 83]

Para ele, o que desencadeia a passagem de VS para SV é a maior topicalidade do sujeito. Ou seja, quando o sujeito é menos tópico do que qualquer outro elemento (mais novo) ele tende a ir para o fim, mas se ele é mais tópico ele vai para o começo. Daí Givón acreditar que o sujeito se origina do tópico. Creio que se pode ver isso acontecendo hoje em Português, em orações que discuti em dois artigos precedentes (1980, 1981).

Em orações do tipo de "Essa casa bate bastante sol", "A Belina cabe muita gente", "O rádio estragou o ponteiro", pode-se assistir, atualmente, a uma reavaliação do tópico como sujeito e da frase como SVO: elas funcionam como se o primeiro SN fosse sujeito (pois há concordância) e o último fosse objeto[5]. Semanticamente, "essa casa", "a Belina" e "o rádio" não são agentes, nem o verbo é de ação, nem os SNs pós-verbais são pacientes de nenhuma ação. Essas orações correspondem a outras, em que a ordem é VS:

> Bate bastante sol nessa casa.
> Cabe muita gente na Belina.
> Estragou o ponteiro do rádio.

Se tomarmos as Ss acima como básicas (elas são sentidas como tais por alguns falantes), consideraremos que os adjuntos adverbiais e o adjunto adnominal foram "alçados" para a posição de tópico e daí passaram a ser considerados como sujeitos (pode-se ter: Essas casas batem bastante sol, Os carros cabem muitas pessoas, Os rádios estragaram os ponteiros) e a frase como SVO.

Isso é justamente o que Givón ensina.

Para verificar a hipótese de Givón, de que a ordem VS seria mais antiga nas línguas românicas, pesquisei o assunto nos livros de Gramática Histórica Portuguesa. Não encontrei esclarecimento a respeito nessas obras, que em sua totalidade tratam da Fonética ou da Morfologia, mas praticamente não tocam em Sintaxe (examinei as obras de J. J. Nunes, Leite de Vasconcellos, Carolina Michaelis e Serafim da Silva Neto, arroladas na bibliografia). Também em obras que tratam do Latim é difícil encontrar referência à ordem das palavras. Nem mesmo a Sintaxe Latina de Mariano Bassols de Climent (2 tomos) trata especificamente deste assunto. Encontrei uma referência histórica sobre a ordem VS no que se refere ao infinitivo dependente de verbos causativos, em Maurer Jr.:

> *Na língua antiga o infinito precede, com raras exceções, o substantivo a que se prende (e.g. vi chegar um estranho). Nesse caso, mesmo a língua moderna usa normalmente o infinito invariável - já o vimos. O infinito posposto ao substantivo é bem mais raro, mas também aí só conseguimos documentar a forma invariável.* (1958:58)

Maurer Jr. dá, em seguida, exemplos de infinitivo com o sujeito anteposto, tirados do Livro de Linhagens, da Demanda do Santo Graal e de outros textos medievais, em que o infinito se mantém sem flexão, o que é a norma nesses textos. Segundo ele, é em Camões que se encontra o infinito flexionado mais vezes (com sujeito anteposto, em geral), mas mesmo aí é comum ele vir sem flexão (p. 59ss.).

Em outra parte do livro, o autor relembra:

> *Não se esqueça que neste emprego da forma flexionada temos um uso da língua moderna. Na língua antiga o subs-*

> *tantivo raramente vinha anteposto ao infinito, mas mesmo aí se emprega normalmente a forma invariável(p.174)*

Segundo ele, a anteposição do sujeito se encontra mais ou menos esporadicamente nos clássicos antigos (p.175). Há uma relação entre o infinito flexionado e a anteposição do SN: pelo que diz o autor, a anteposição precedeu a flexão do verbo. Ele diz textualmente:

> *A generalização do infinito flexionado resulta naturalmente dessa posição nova do substantivo, que, anteposto ao infinito, tende a ser sentido como o seu verdadeiro sujeito, determinando a concordância estabelecida entre a forma verbal e o substantivo a que se prende.(p. 175)*

Parece-me que esta evolução do infinito flexionado documentada por Maurer Jr. vem confirmar também a hipótese de Givón: à medida que o SN, que originariamente vinha depois do verbo no infinito, passou à posição de tópico, ou seja, aumentou sua topicalidade relativa, ele passou a ser sentido como sujeito e o verbo veio a concordar com ele.

Já Epiphanio Dias nos dá uma informação que parece conflitar com a de Maurer Jr.. Ele nos diz que a colocação posposta do sujeito no caso do particípio absoluto é que é moderna: "Esta regra é do português moderno... anteriormente o sujeito antepunha-se ou pospunha-se indiferentemente..."(1959:312)

Fica a pergunta: se ambos estiverem corretos, qual é a explicação para estes fatos? Teria a posição do sujeito em relação ao infinito tido uma evolução diferente da do particípio?

O único autor da língua portuguesa em que encontrei referência mais extensa em relação à ordem VS foi Silveira Bueno.Ele dedica um capítulo em sua obra A Formação histórica da língua

portuguesa (1958) à "ordem das palavras na frase" e afirma.

> *A prosa arcaica, porque mais próxima dos modelos latinos, apresenta muitas inversões, preferindo a ordem indireta. Não só o verbo termina a frase, como também os adjetivos, na sua maioria, precedem ao substantivo.* (p. 223)

> *Pelo uso de colocar o verbo no final da frase são numerosas as inversões, os deslocamentos do sujeito e do objeto direto. Não obstante isso, temos também verbo, sujeito, complemento, quando não verbo, complemento, sujeito. Nas narrativas da "Vida de S. Nicolau", do século XIV, ou na "Vida de Santa Pelágia", da mesma época, são freqüentes frases como estas: "Foron-se os monges aa cidade de Mirra (verbo, sujeito, complemento), "quando lhi a ventura contraron" (complemento, indireto, direto, predicado."* (p.225)

O mais importante, penso eu, dos ensinamentos de Silveira Bueno, é que ele toma cada um dos casos arrolados pelos gramáticos como de posposição do sujeito, ou seja, orações gerundiais e participiais, intercaladas, interrogativas, e estilo narrativo - e afirma que a posposição do sujeito foi fixada pela língua clássica. Antes encontravam-se as duas possibilidades.No caso particular do particípio, sua doutrina vem coincidir com a de Epiphanio, que vimos anteriormente.

Seu exemplo de oração gerundial na língua arcaica é interessante, porque coincide com o que encontramos hoje na língua oral: "Eles indo assim, seus companheiros... ouviron...".

Também o exemplo arcaico para a oração intercalada pode-se ouvir hoje: "O filho lhe disse: madre..."

Quanto às orações interrogativas, diz ele que já se encontra VS na poesia arcaica. Gil Vicente, na transição clássica,usa VS na interrogativa: "Onde se criou tal flor?" Mas quando procura reproduzir a fala do povo, já não faz a posposição,que era

de cunho literário: "O nosso hortelão não vem?" "E se vós morreis?" "Esta dama onde mora?"

O problema com os exemplos arrolados por Bueno é que muitos têm pronome, que obrigatoriamente antepõe-se ao verbo. Além disso, neste último exemplo o autor não notou (como outros também não notaram) que há uma topicalização. Se se tratasse simplesmente de sujeito anteposto ao verbo, a S seria: "Onde esta dama mora?".

O autor faz outras duas observações importantes: que, no Brasil, mesmo na literatura, já não se observa esta ordem dos clássicos e que na língua falada a posposição do sujeito cheira a hipercorreção.

Quanto à primeira afirmação, creio que minha pesquisa mostra o contrário: pelo menos em uma revista de boa circulação e em dois autores conceituados (um em prosa, outro em poesia), as regras dos gramáticos são seguidas. Concordo com ele em que é possível encontrar também a anteposição nesses casos, mas foi freqüente a posposição.

Quanto à segunda afirmação, minha pesquisa demonstrou que a posposição do sujeito é menos freqüente na língua oral do que na escrita.

Em resumo, Silveira Bueno mostra que ambas as colocações existiam na língua arcaica. Que as regras de posposição do sujeito tal como se encontram nas gramáticas só foram fixadas a partir dos clássicos. Sua observação a respeito de Gil Vicente e seus exemplos de língua arcaica parecem apontar para uma maior semelhança entre a língua oral de hoje e a língua oral arcaica. Acho que Bueno apontou na direção certa: as regras de VS nas

gramáticas são, desde os clássicos, baseadas na língua literária. A dificuldade em se ter uma idéia da situação arcaica é que Bueno sempre afirma que a anteposição também existia, em todos estes casos, na língua arcaica, mas não apresenta dados de freqüência. Ele considera que havia flutuação, mas haveria preponderância de SV sobre VS? O quadro que ele pinta é pouco claro.

Não vou aprofundar esta questão histórica, porque teria de fazer outro trabalho. Examinei um dos documenos mais antigos da língua portuguesa, o testamento de D. Afonso II, do século XIII, que foi transcrito por Leite de Vasconcellos (1926) e considerado por ele como refletindo melhor a língua quotidiana do que as poesias dos Cancioneiros (cheias de provençalismos). Carolina Michaelis de Vasconcelos (1946) considera que este documento é superior aos precedentes em estilo e correção, e que a língua nele contida é a portuguesa, com algumas formas de latim bárbaro. Neste documento, a maioria esmagadora de sentenças é SV. Encontrei apenas um exemplo de VS (o documento é bem extenso,tem 110 linhas):

"e as duas partes agiã meus filios e mias filias,"(p.69)

Mesmo um infinitivo passivo, dependente de causativo, tem o sujeito anteposto:

"faza aquesta mia māda seer cōprida." (p.70)

Encontrei inversões em dois outros textos do mesmo livro, uma poesia de Paay Soares (do Cancioneiro de Colloci-Brancuti,sec. XII - XIV) e uma poesia de D. Denis (Cancioneiro do Vaticano).

Na primeira encontrei:

"Ay mha senhor, assi moir'eu!" (p.107)
"Como morreu quem foi amar." (id.)

Na segunda:

"Quer eu en maneira de Provençal
fazer agora hum cantar d'amor."
"Ca mha senhor quiso Deus fazer tal,
e por esto non sey oi'eu quen."(p.110)

Estes exemplos, porém, são de poesia e tanto Leite de Vasconcellos como Carolina Michaelis advertem que não refletem tão bem a língua portuguesa quanto o texto em prosa. Pelo testamento, pode-se deduzir que a ordem SV estava bem estabelecida no Português arcaico.

Pelo que posso entender dessas informações um pouco escassas, a ordem SV tem sido a norma do Português desde os primórdios e a ordem VS é provável que tenha sido sempre a marcada. Estudos de outros textos do português arcaico são necessários para que se possa ter uma certeza maior.

Em relação ao Latim, foi Bourciez quem me forneceu esclarecimentos interessantes. A respeito da "fase romana primitiva" do Latim, eis o que ele diz quanto à ordem das palavras:

> *Dans la phrase verbale, il s'est avant tout produit un changement de l'ordre des termes, qui s'annonçait dès la fin de la période impériale [...] Tandis qu'en latin le terme complété ne venait ordinairement que le second [ce qui est un ordre synthétique], il tendit ensuite à prendre la première place [cf. Petri liber devenant liber de Petri, § 109 a]. De l'ordre du latin archaïque et populaire Paulum ferit Petrus, combiné avec celui du latin classique qui était plutôt Petrus Paulum ferit, est sorti peu à peu un troisième tour Petrus ferit Paulum, où le sujet s'est fixé définitivement en tête*

> *tandis qu'entre lui et le complément le verbe occupait la place intermédiaire.*[1946:254]

Por esta citação, vemos que o latim arcaico e popular era OVS, que o clássico era preferentemente SOV e que a ordem SVO, como Givón sugere, é a mais nova e foi precedida pela OVS. Como as línguas românicas são um desenvolvimento do Latim popular, não é de se estranhar que elas sejam predominantemente SVO. Segundo ainda Bourciez, a ordem VSO se manteve mais tempo na Gália:

> *Toutefois l'ordre archaïque doit s'être maintenu plus longtemps en Gaule qu'ailleurs,* [*a. fr. Pol fient Pierres*] *et c'est là ce qui explique en partie que les langues du moyen âge y aient encore connu une sorte de déclinaison.*[*id. ib.*]

É interessante que Bourciez creia que OVS tenha se mantido na Gália, mas não ligue a ocorrência de VS no espanhol à ordem OVS do Latim arcaico e popular. Ao se referir à estrutura da frase no espanhol, ele diz:

> *Il se manifeste, pour l'ordre des termes adoptê en espagnol, une tendance qu'on ne retrouve guère dans les autres langues romanes, et qui consiste à rejeter le sujet derrière le verbe. C'est donc celui-ci qui souvent vient en tête, même dans les phrases principales:* Contó *el ventero a todos* [Cervantes]; *preguntóle un día su padre* [V. Balaguer]; *vive el hipocampo en el agua,etc.* (p. 457)

No entanto, não me parece de espantar que a ordem VS se mantivesse mais tempo na Península Ibérica, uma vez que os estudiosos sempre ressaltaram o caráter conservador dessa região, periférica no Império Romano.

Em resumo, o que resulta dessa pesquisa histórica preliminar é que a ordem VS nas línguas românicas parece bem mais antiga do que SV, o que confirma a hipótese de Givón. Acredito que

a mudança de VS para SV já estava completa no Português arcaico, mas é possível que em certos casos (como os alistados pelos gramáticos) houvesse ainda flutuação nessa época e os clássicos tenham optado pela ordem VS, fixando-a na língua literária. Na língua oral a evolução é mais evidente, porque certos tipos de oração são nela menos freqüentes.

4. Conclusão

Parece claro que a língua portuguesa hoje é predominantemente SV. A ordem VS se mantém em casos especiais, sobretudo em orações marcadas em relação à oração declarativa, afirmativa, neutra. Sua função no discurso está ligada à introdução de elementos novos. O fator surpresa, ou descontinuidade do tópico, está presente na maioria dos casos. Nota-se uma co-ocorrência elevada de certo tipo de verbos com a ordem VS. Pelo exemplo de reanálise encontrado na língua oral contemporânea (orações do tipo "O rádio estragou o ponteiro") a tendência para enquadrar as orações no padrão dominante SVO continua, o que mostra que a tensão VS/SV está viva na língua.

NOTAS

1. Esta é a segunda parte de um trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC - R.J. 1982, cuja primeira parte foi publicada nos Ensaios de Lingüística, Belo Horizonte, UFMG, 1982. Naquele texto eu examinei as regras da gramática para a posposição do sujeito, em seguida um corpus de língua escrita e outro de língua oral, a fim de verificar

se essas regras são atuais. Verifiquei também a freqüência de ordem VS em ambas as variedades de língua e esbocei uma explicação funcional para o fenômeno. Quero agradecer a Rosália Dutra a gentil colaboração na remessa do artigo de Givón.

2. O Português tem outras das características que Lehman (1978) arrola como de língua VO: preposições em vez de posposições, modificadores nominais seguindo os nomes, a oração relativa seguindo seu antecedente, e o possuidor seguindo o possuído nas construções genitivas.

3. Tradução da autora.

4. cf. Givón, 1979:77

5. Segundo o que Comrie (1981) propõe, o SN seria sujeito, porque, além da concordância, também a coordenação assim aponta: "Essa casa bate bastante sol e é agradável". O predicativo, nesse caso, refere-se inequivocamente a "essa casa", não a "sol", o que mostra que o sujeito é "essa casa".

REFERÊNCIAS

BERMAN, Arlene. On the VSO hypothesis. Linguistic Inquiry, Cambridge, Mass., 5 (1): 1-38, 1974. Apud: NAPOLI, D. J. & RANDO, E. Syntactic argumentation. Washington, D. C., Georgetown University Press, 1979.

BOLINGER, D. L. Meaningful word order in Spanish. Boletín de Filología, Universidad de Chile, Tomo 8.

BOURCIEZ, J. Elements de linguistique romaine. 4ème.ed. Paris, Klincksieck, 1946.

CLIMENT, Mariano Bassols de . Syntaxis latina. 3a. reimpressão. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1971. Tomos I e II.

COMRIE, Bernard. Universals and linguistic typology. Chicago, University Press, 1981.

CONTRERAS, Heles. A theory of word order with special reference to Spanish. Amsterdam, North Holland, 1976.

CUNHA, Celso. Gramática da língua portuguesa. 3a. ed. Rio, Fename, 1976.

DIAS, Epiphanio da Silva. Syntaxe histórica portuguesa. 4a. ed. Lisboa, Clássica, 1959.

FIRBAS, J. On the concept of communicative dynamism in the theory of functional sentence perspective. In: Sbornik Prague Filosofichê Faculty Brnenskê University, A 19, 1971

GIVÓN; T. The drift from VSO to SVO in Biblical Hebrew: the pragmatics of tense-aspect. In: LI, C., ed. Mechanisms of syntactic change. Austin, The University of Texas Press, 1977.

———. On understanding grammar. New York, Academic Press, 1979.

———. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. MS, July, 1981.

HETZRON, R. The presentative movement or why the ideal word is V.S.O.P. In: LI, C., ed. Word order and word order change. Austin, The University of Texas Press, 1975.

LEHMAN, W. P. The Great underlying ground-plans. In: ——— ed. Syntactic typology:studies in the phenomenology of language. Austin, The University of Texas Press, 1978.

———. English: a characteristic SVO language. In: ———.,ed. Syntatic typology: studies in the phenomenology of language. Austin, The University of Texas Press, 1978.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. Um caso de colocação. In: ———. Dispersos. Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1976.

MAURER Jr., T. H. O infinito flexionado em português.São Paulo, Nacional, 1968.

MCCAWLEY, J. English as a VSO language. Language, 46:286-299,1971.

NAGEL, Ernest. The structure of science. New York, Harcourt Brace, s.d. (Trad. esp. de MIGUEZ, Nestor. 2a. ed. Buenos Aires, Paidós, 1974).

NETO, Serafim da Silva. História do latim vulgar. Rio, Acadêmica, 1945.

NUNES, J. J. Compêndio de gramática histórica portuguesa. 4a. ed. Lisboa, Clássica, 1957.

PERINI, M. A. Um aspecto da interpretação do tópico em português. Série Estudos, Uberaba, 1980.

PONTES, Eunice. Da importância do tópico em português. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 5, Rio de Janeiro, 1981. (Comunicação)

———. A problem in teaching first language: topicalization in oral Portuguese. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (5): 40-50, 1981.

———. A ordem VS em português. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (7): 90-137, 1982.

SCHWARTZ, A. Verb anchoring and verb-movement. In: LI, C., ed. Word order and word order change. Austin, The University of Texas Press, 1975.

SILVEIRA BUENO, A formação histórica da língua portuguesa. 2a. ed. Rio, Acadêmica, 1958.

STEELE, Susan. On some factors that affect and effect word order. In: LI, C., ed. Word order and word order change. Austin,The University of Texas Press, 1975.

VASCONCELLOS, J. Leite de. Lições de filologia. 2a. ed. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. Lições de filologia portuguesa. Porto, Ocidente, 1946.

Lúcia Fulgêncio

EXAME DA CONCEITUAÇÃO DE 'ANÁFORA' E DAS SUAS RELAÇÕES COM AS NOÇÕES DE DADO/NOVO[1]

RESUMO

Neste trabalho é examinada a definição de anáfora com base na característica de "presença do antecedente na 'consciousness'"; são observados exemplos onde não é possível explicar a interpretação da anáfora com base neste princípio, uma vez que nem sempre os elementos anafóricos possuem o status 'dado' (de acordo com a definição deste termo apresentada em Liberato, 1980). É observado também, em alguns casos, o relacionamento das anáforas com conceitos que fazem parte de um esquema evocado, e que são trazidos a um nível mais superficial da memória juntamente com o referente do item léxico explícito no texto. É examinado o papel do predicação nos casos onde existem concorrentes viáveis a antecedente, mostrando-se o seu funcionamento como um filtro de ambigüidades.

ABSTRACT

This paper examines the definition of anaphora in terms of the characteristics of "the presence of the antecedent in 'consciousness'". It is observed that in certain cases it is not possible to explain the interpretation of the anaphora on the basis of this principle, since sometimes the anaphoric expressions do not have the status 'given' (according to the definition of this term presented in Liberato (1980)). The anaphoric relationship with concepts that are part of an evoked schema, which are brought to a more superficial level of memory, together with the referent of the explicit word, is also discussed. Predication is examined in examples where there are viable competitors to function as antecedent, in which cases it works as a filter for ambiguity.

1. Introdução

Quando se faz um estudo das relações anafóricas, geralmente parte-se do princípio que o referente de uma anáfora está sempre expresso lingüisticamente, sendo inclusive comum que se procure identificar a qual sintagma se liga um determinado elemento anafórico. Supõe-se, além disso, que o antecedente seja sempre sugerido pela parte do texto anterior à enunciação da anáfora. Porém, podemos observar que muitas vezes não se encontra no texto precedente nenhuma menção a um elemento que tenha o mesmo referente da anáfora em questão. Isto não acontece somente em casos de dêiticos, onde é feita a referência ao ambiente físico, mas em diversas outras situações, como veremos mais adiante. Desta forma, mostra-se necessário o exame de um ponto fundamental na conceituação das anáforas: a relação dos elementos anafóricos com as noções de "consciousness" e de dado e novo.

2. Conceituação e tipos de anáforas

A anáfora pode ser definida, inicialmente, como um elemento que retoma um referente que já estava presente na mente do ouvinte no momento da comunicação. Seguindo a nomenclatura de Chafe (1974), isto quer dizer que o referente da anáfora deve estar presente na "consciousness" dos participantes do discurso. A "consciousness", por sua vez, é a parte da memória-de-longo-termo (MLT) dos indivíduos, que é focalizada ou colocada em evidência num determinado ponto da conversação, isto é, aquilo sobre o qual "se está pensando".

O fato de que determinado item se encontra na "consciousness"

acarreta certas repercussões de ordem lingüística, que justificam falar-se do fenômeno da anáfora. Se dissermos, seguindo Chafe, que um item presente na "consciousness" é dado (em oposição a um item não presente na "consciousness", que é novo), poderemos afirmar que itens dados são expressos lingüisticamente através de formas características, a que chamaremos elementos anafóricos, ou mais abreviadamente anáforas. Toda anáfora deve ser, portanto, necessariamente um elemento dado. Vejamos um exemplo:

(1) *Eu aprendia flauta com um professor que eu tinha, o Ricardo. Ele é maestro também.*[2]
— *anáfora: ele (dado)*

Parece também que a recíproca é verdadeira, ou seja, todo elemento dado é também uma anáfora, na medida em que a compreensão do item dado depende também da presença de conceitos introduzidos anteriormente na mente do indivíduo. Por esta razão, vou adotar a convenção de chamar 'anáfora' a qualquer item dado, muito embora o uso mais comum restrinja a denominação 'anáfora' a elementos semanticamente polivalentes, de matriz semântica nula ou reduzida, como ele, isto, aí, etc. O caso típico de anáfora é o dos pronomes e das elipses, como nos exemplos seguintes:

(2) *João está doente. Ele vai ter de tomar uma porção de injeções.*

(3) *Eu usei lente. Tenho lente lá em casa. Pergunta se eu consigo usar* β[3].

Há ainda outros casos de anáforas citados na literatura, como o de verbos-PRO:

(4) *Carlos pediu demissão. Eu nunca teria coragem de fazer isso.*

Pelo que foi possível observar, parece que os verbos-PRO não aparecem sozinhos, mas vêm acompanhados de outras anáforas como

isso em (4).

São também um tipo de anáfora os SNs definidos no contexto, como no exemplo que se segue:

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.*

Em (5) o SN a cozinha é definido pelo contexto como sendo 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou'.Segundo Nash-Webber (1977), o SN a cozinha em (5) é uma anáfora, uma vez que este sintagma não pode ser entendido isoladamente, ou seja, ele só pode ser compreendido de forma adequada em relação ao contexto no qual se insere. Isto quer dizer que, no exemplo em questão, o SN a cozinha só poderá ser interpretado integralmente se estiver ligado ao item apartamento que aparece na primeira sentença. Caso contrário, não seria possível saber de qual cozinha se está falando. Convém lembrar, inclusive, que o status definido com que é expresso este sintagma evidencia a capacidade do ouvinte de identificar o seu referente[4].

Halliday e Hasan (1976: 275) tratam também de um outro tipo de anáfora, que seriam as chamadas "anáforas lexicais",como no exemplo (6):

(6) *"Henry parece convencido de que se pode ganhar dinheiro produzindo laticínios. Não sei de onde ele tirou essa idéia."*

Segundo estes autores, o nome idéia possui uma referência generalizada, e exerce uma importante função coesiva, sendo que "a estrutura inteira 'o + nome genérico' funciona como um item de referência anafórica".

Todos esses elementos anafóricos relacionados (pronomes, elipses, verbos-PRO, SNs definidos no contexto e anáforas lexi-

cais) funcionam como uma estratégia usada pelo falante para maximizar a velocidade de transmissão da informação, uma vez que uma pequena palavra, como um pronome, pode recuperar uma série enorme de informações[5]. Além disso, as anáforas exercem uma importante função coesiva, ao relacionar e interligar elementos do discurso, dando textura aos enunciados.

2.1. Anáforas tipo "troço"

Ao analisarmos o português oral, encontramos expressões que julgo tratarem-se de anáforas, apesar de não estarem incluídas entre os elementos citados acima. Este é o caso de palavras como coisa, trem, negócio, troço, que não têm sentido próprio, mas que são, como os demais tipos de anáforas, semanticamente polivalentes, com uma matriz semântica pouco especificada e inseridas no texto em substituição a um determinado segmento. Geralmente esse tipo de palavra é usado quando o falante não consegue se lembrar imediatamente do vocábulo adequado, mas acredita que o ouvinte consiga depreender o seu significado e identificar o seu referente, através do contexto e da paisagem mental que o ouvinte vai criando a partir dos elementos evocados. Observe-se o exemplo (7):

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em sequência.*

Neste exemplo a palavra negócio, usada aqui com caráter anafórico, refere-se a 'projetor de slides'.

As palavras como troço caracterizam-se pelo tipo de expectativa do falante com relação à interpretação do ouvinte. Até onde posso ver, o falante usa esse tipo de anáfora segundo dois

critérios:

(a) *ele acredita que o ouvinte possa inferir o sentido dessa anáfora imediatamente, a partir de "dicas" do contexto ou por conhecer o assunto de que se fala tão bem quanto ele e por isso o falante não precisa se deter e demorar-se na busca do termo exato;*

(b) *o falante não se preocupa se o ouvinte vai encontrar ou não o referente (apesar de ele ter informações contextuais ou pragmáticas para chegar ao significado da anáfora), porque a informação contida na anáfora é tão pouco relevante para o desenrolar do diálogo que não há nenhum prejuízo para a comunicação principal, se o ouvinte não interpretar corretamente a anáfora. O falante usa, então, uma palavra polivalente, para não perder tempo procurando na memória o termo conveniente para se referir à entidade pensada por ele. Esta informação seria secundária, não tendo peso ou implicações importantes dentro do tema do discurso.*

Suponho que o falante tenha consciência de que a insistência em tentar lembrar o termo exato para a entidade à qual quer se referir pode trazer prejuízos maiores à comunicação do que simplesmente a utilização de uma anáfora sem antecedente no discurso, arriscando um possível erro ou impossibilidade por parte do ouvinte na identificação do referente.

É fácil observar que expressões como troço não são usadas tão freqüentemente na língua escrita quanto na língua falada porque: em primeiro lugar, o escritor não joga com nenhuma premência temporal como o falante, isto é, o escritor dispõe de todo o tempo necessário para procurar lembrar-se do vocábulo que lhe convém; em segundo lugar, escritor e leitor, ao contrário de falante e ouvinte, possuem relativamente pouca informação em comum. Isto impede que o escritor se utilize de anáforas de base pragmática na mesma proporção que o falante, pois ele não pode fazer quase nenhuma suposição quanto ao tipo de conhecimento do leitor; em outras palavras, o falante é muito mais seguro das

suposições que pode fazer do que o escritor.

2.2. Catáforas e exóforas

Este mesmo elenco de itens classificados como anafóricos pode ter ainda outro tipo de referência dentro do texto (ou endofórica): é a referência catafórica. São chamados de catáforas os elementos anafóricos que se relacionam a um elemento que ainda virá mais adiante no discurso; são casos de referência "para a frente", isto é, quando a apresentação do antecedente é feita posteriormente na frase (ou, em casos mais raros, também no discurso), como no exemplo seguinte:

(8) *Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.*

Há ainda outro tipo de referência, que é a exofórica, ou seja, a referência a elementos que pertencem ao contexto situacional. Este é o caso dos dêiticos ou exóforas, onde as expressões anafóricas apontam para o ambiente físico, referindo-se ao contexto extra-lingüístico, como no exemplo seguinte:

(9) *Quebrei o amortecedor nele outro dia.*
(situação: o falante aponta para um buraco na rua)

Como é bastante evidente, tanto as anáforas (no sentido de referência "para trás") quanto as catáforas e as exóforas são manifestações de um mesmo fenômeno e, portanto, partilham de características bastante semelhantes que devem ser analisadas paralelamente, sob pena de se perder uma importante generalização. Assim sendo, podemos tomar o termo "anáfora" para se referir a todos esses três tipos, dando-lhe um sentido mais geral e abrangente; sigo aqui a tradição adotada por Lyons (1977:659): "Vamos aderir ao uso mais tradicional, segundo o qual 'anáfora' cobre tanto a referência anafórica normal 'para trás' quanto a refe-

rência anafórica menos normal 'para a frente' ou antecipatória."

3. Primeira observação: referentes não presentes na "consciousness"

Segundo a definição mais corrente na literatura, apresentada no início deste trabalho, depreende-se que:

> (a) *o referente do elemento anafórico deve estar presente na "consciousness" do ouvinte no momento em que a anáfora é enunciada e, conseqüentemente,*
>
> (b) *toda anáfora deve possuir necessariamente o status "dado".*

Este enfoque, no entanto, mostra-se insuficiente para explicar todos os casos de relações anafóricas. Como veremos agora, existe também o uso de elementos anafóricos que não podem ser considerados dados segundo a definição habitual desse termo. Isto acontece em situações controladas, bem definidas, onde inclusive a predicação pode exercer um papel fundamental na identificação do referente.

Há pelo menos dois casos em que um antecedente de um pronome não está presente na "consciousness" do ouvinte, no momento em que a anáfora aparece no discurso[6]. O primeiro deles é o caso de anáforas cujo antecedente se recupera com base em informação não explícita compartilhada por emissor e receptor.

Suponhamos uma situação em que um indivíduo entra numa sala e, dirigindo-se ao seu colega, diz:

(10) *Ela não quis me dar o ofício!*

Se esta frase for entendida pelo ouvinte, com o reconhe-

cimento da pessoa à qual se refere o pronome ela, isto deveria significar que o referente desta anáfora já estava na "consciousness" do ouvinte. No entanto, se a sentença for interrompida logo após a enunciação deste pronome, isto é, se o falante disser somente "Ela...", muito provavelmente será impossível identificar a quê ou a quem se refere este pronome. Neste caso,como será explicado mais adiante, é a parte da frase enunciada posteriormente ao pronome ela que determina o referente da anáfora, delimitando-o dentre um número praticamente ilimitado de possíveis candidatos.

Outros exemplos semelhantes a este são os casos das anáforas do tipo troço, como por exemplo em (7), que repito:

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em seqüência.*

É importante observar que a palavra projetor, substituída por negócio, nunca tinha sido mencionada neste diálogo, e, no entanto, pôde ser recuperada com uma anáfora que,conseqüentemente, não tinha antecedente lingüístico.

Temos ainda o caso das anáforas expressas por SNs definidos no contexto:

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.*

O que acontece em (5) é que a anáfora a cozinha vem introduzir uma noção que ainda não havia sido mencionada no discurso. Uma das conclusões que se tira daí é que,conseqüentemente, este sintagma não pode possuir o status dado, o que vem contrariar todas as generalizações feitas a respeito das condições que permitem o emprego de elementos anafóricos.

O segundo caso de ausência do antecedente na "consciousness" ocorre em exemplos de catáfora, onde a referência é feita "para a frente". Em (8), que repito,

(8) *Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.*

a catáfora isso está relacionada anaforicamente a elementos que só são mencionados mais adiante no discurso. Portanto, o referente não estava na "consciousness" do ouvinte no instante em que a anáfora foi enunciada.

Concluimos, então, que a presença do referente na "consciousness" não é uma condição necessária para que seja possível o emprego de uma anáfora, nem em caso de catáfora, nem no de anáfora propriamente dita.

O corolário deste fato é que, assim sendo, também a condição de dadidade das anáforas fica em questão. Isto porque a noção de dado/novo prende-se exclusivamente à condição de presença na "consciousness". Como define Liberato (1980:19), "informação dada é aquela que o falante presume que está na 'consciousness' do ouvinte no momento da comunicação."

Como já foi mencionado, acreditava-se que todo elemento anafórico era necessariamente dado. No entanto, a partir das observações aqui feitas, somos levados a admitir também a existência de anafóricos não-dados. Isto acontece nos casos de catáfora e nos casos de anáfora sem antecedente no discurso, mas onde ou a) a anáfora é expressa por SNs definidos no contexto, como no caso de (5) (nestes casos há menção explícita, embora reduzida, do elemento a ser recuperado); ou b) a predicação é suficientemente definida a ponto de descartar as possíveis ambigüidades, delimitando um único candidato a referente, como nos casos (7) e

(10) (nestes casos não há necessidade de menção explícita do elemento a ser recuperado).

4. Segunda observação: o relacionamento de anáforas a itens pertencentes a um esquema

4.1. Utilização do esquema na resolução de antecedente não explícito no discurso

Existe uma observação que me parece pertinente com relação à definição de anáfora apresentada no início e que pode ser exemplificada pela situação expressa na sentença (10):

(10) *Ela não quis me dar o ofício!*

A interpretação do pronome ela, sem antecedente no discurso anterior, depende de dois pontos: o conhecimento de um fato, partilhado pelos participantes da conversação; e certas indicações ou pistas que permitem ao ouvinte buscar na sua MLT o indivíduo ao qual o pronome se refere, trazendo-o a um nível mais acessível da memória.

No exemplo (10), a dica na qual o pronome ancora a sua delimitação de significado consiste na informação de "não querer dar o ofício ao falante". Parece que, ao se emitir esta informação, o ouvinte aciona todo um complexo mecanismo de conhecimentos adicionais relacionados a esta situação e não expressos claramente na frase emitida, mas que já foram transmitidos ao ouvinte em outras ocasiões e que ele tem guardados na sua MLT. Esta situação - que chamarei de "X = 'dar o ofício ao falante'"

- deve trazer a um nível mais superficial da memória do ouvinte diversos elementos que se ligam a ela, como por exemplo:agente de X, motivo de X, etc. É essa carga adicional de informações que vêm como que "grudadas" a uma determinada situação, e que permitem que se estabeleçam as conexões adequadas para a compreensão de um texto, que é chamada de "esquema" (Rumelhart e Ortony, 1976), "script" (Schank, 1978) ou "frame" (Minsky, 1975). Embora haja diferenças entre as colocações de cada um desses autores, há por outro lado uma convergência com relação ao ponto fundamental que orienta esses estudos: trata-se da crença de que a memória tem de ser organizada de forma a permitir ao indivíduo ter acesso a informações relevantes que se ligam a um estímulo, mas que não estão, elas próprias, explícitas na situação apresentada.

Perini (inédito), reestudando as noções expressas originalmente por esses autores, define um esquema como uma fatia do mundo dos conceitos que pode ser estimulada por uma expressão lingüística. Os esquemas são compostos de informações que estão ligadas umas às outras, num processo interativo, compondo uma espécie de "circuito mental".

Assim como quando se menciona um determinado indivíduo ou evento, este passa a fazer parte da "consciousness" do ouvinte, assim também todas as informações possuídas pelo ouvinte e que se ligam a estes indivíduos ou eventos também são trazidas, automaticamente, a um nível mais superficial da memória.

A explicação da interpretação correta de uma sentença como (10), onde não existe um antecedente explícito para a anáfora, baseia-se num mecanismo de inferência que se apóia, por sua vez, nos esquemas depreendidos através das expressões lingüísticas: o referente do pronome faz parte do esquema da situação X, enunciada posteriormente ao pronome, e que traz à lem-

brança do ouvinte o referente do agente de X.

Um outro exemplo semelhante, em que é possível a compreensão de uma anáfora cujo antecedente não foi expresso no texto, mas que pode ser determinado com base nos esquemas, é o seguinte:

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel -né?- vai colocando em sequência.*

A palavra slide usada anteriormente no discurso, somada à palavra carrossel que caracteriza negócio, fez com que o ouvinte inferisse corretamente o significado da expressão, interpretando o nome negócio como se referindo a 'projetor de slides'. Essa noção expressa pela anáfora não aparece no discurso em momento algum e só pode ser recuperada com base nos esquemas propostos pelos itens léxicos presentes no texto.

A explicação para a interpretação correta de SNs definidos no contexto também tem base nos esquemas. Voltemos ao exemplo (5):

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.*

Em (5) o sintagma a cozinha é compreendido como 'a cozinha do apartamento que Roberto alugou', devido a dois fatores: em primeiro lugar, por causa do Princípio Cooperativo,formulado por Grice (1967)[7], associado à nossa imposição de organização do mundo, que nos levam a admitir que duas frases juntas devem formar um texto, e que este texto deve conter alguma lógica; em segundo lugar, por causa do conhecimento do mundo possuído pelos participantes da conversação, que compreende informações como, por exemplo, que apartamentos têm cozinhas. Em outras palavras, o item apartamento gera a expectativa de que haja também uma co-

zinha. O ouvinte é então capaz de inferir que a cozinha em questão pertence certamente ao apartamento ao qual se faz referência na primeira sentença.

Vemos, então, que os possíveis antecedentes de anáforas não são somente os itens lingüísticos explícitos no discurso, mas também os itens que fazem parte de um esquema proposto num enunciado. Deve-se lembrar aqui também o caso dos dêiticos, onde é o ambiente físico, extra-lingüístico, que evoca certos elementos referenciais que possibilitam a identificação do significado da anáfora.

Se os elementos que compõem um esquema também fazem parte da "consciousness", ou seja, se eles são trazidos ao nível da "consciousness" juntamente com o item léxico explícito que constitui o seu núcleo, é uma possibilidade a ser mais estudada. Isto, no entanto, não é de fundamental importância na conceituação das anáforas, uma vez que já mostramos que é possível, também em outros casos, a utilização de um elemento anafórico sem que o seu referente esteja presente na "consciousness" do ouvinte.

4.2. Utilização do esquema na resolução de antecedente presente no texto, porém ambíguo

Podemos observar que os casos onde somente é possível interpretar a anáfora após a sua enunciação, através de informações adicionais semânticas ou pragmáticas, não são raros. Vejamos ainda outro exemplo:

[11] *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.*

Até o momento em que aparece o pronome ele na sentença, é impossível afirmar a qual indivíduo é feita referência, se a

Mário, a Antônio, ou ao carro, uma vez que, se a sentença fosse:

(12) *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele detesta andar a pé.*

o pronome ele seria interpretado como [='Antônio'] . Se fosse:

(13) *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele enguiçou e só Antônio sabe consertá-lo.*

ele seria ['o carro'] . Já na sentença original (11), [ele = 'Mário'] .

Vemos então que o pronome é ambíguo até o momento em que é enunciado, e que só se pode chegar à identificação do significado desta anáfora a partir das informações veiculadas posteriormente ao pronome, que determinam restrições à interpretação. Portanto, o que ocorre, também neste caso, é um recurso ao esquema evocado para que seja possível desambiguar o pronome, elegendo-se um único antecedente para a anáfora.

Esses exemplos evidenciam que nem sempre o contexto anterior à anáfora é suficiente para que se possa identificar o seu antecedente; muitas vezes é imprescindível buscar um apoio no contexto posterior, para que o ouvinte consiga resolver certas ambigüidades de referência.

5. A importância da predicação

Vê-se então que nem sempre é possível interpretar a anáfora no momento em que é enunciada ou então isolada de outros indicadores lingüísticos ou extra-lingüísticos. Para reforçar este ponto, vamos retornar ao exemplo (5), acrescentando-lhe algumas modificações:

(5) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.*

(14) *?Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a coisa é que é pequena.*

(15) *Roberto alugou um apartamento muito bom Mas o negócio lá só tem vaga para um carro.*

o negócio='a garagem do apartamento que Roberto alugou'

As sentenças de (14) e de (15) são muito semelhantes.Porém, o exemplo (14) não é tão compreensível quanto (15), porque em (14) não é possível estabelecer-se, claramente e com precisão, um único referente para a anáfora coisa; o mesmo, no entanto, não acontece em (15), onde é perfeitamente possível identificar o significado de negócio, apesar de não existir no texto um antecedente explícito para esta anáfora. O nosso problema consiste então em explicar: a) porque o ouvinte não tem a mesma facilidade em interpretar (14) e (15), e b) porque, para se referir à 'cozinha' numa sentença como (14), não é possível usar uma anáfora do tipo troço, mas é necessário o emprego de um SN definido no contexto, como acontece em (5).

Em todos os três casos, a anáfora relaciona-se a um conceito que é "trazido à tona" juntamente com o conceito de 'apartamento', ou seja, faz parte do esquema cujo núcleo é 'apartamento'. Ora, a noção de 'cozinha', por exemplo, não é a única que vem ligada a este item léxico. Além dela, vêm inúmeras outras informações que ajudam a compor a noção que cada indivíduo tem de 'apartamento'. Algumas são mais generalizadas, do domínio de um maior número de pessoas, e outras mais individualizadas, dependendo da vivência e do conhecimento de cada um. Como,então, seria possível em (14) saber a qual dos conceitos ativados refere-se a anáfora coisa? Ela poderia substituir tanto a palavra cozinha, como também 'sala', 'garagem', 'porta' e assim por

diante. O texto (14) fica ambíguo, uma vez que não é possível conferir à anáfora um significado único.

Mas agora temos de explicar porque foi possível em (15) o emprego de uma anáfora do tipo troço, em condições semelhantes às de (14), onde isto não foi possível.

Observe-se que a diferença entre (14) e (15) é a predicação que caracteriza a anáfora. Podemos supor, portanto, que ela influi decisivamente na escolha de a qual dos elementos do esquema é feita a referência, desambiguando a anáfora. Com efeito, podemos observar que a anáfora a cozinha do exemplo (5), que é um SN definido no contexto, não pode sofrer uma redução maior da sua matriz semântica - isto é, não se pode utilizar neste caso uma anáfora do tipo troço (como no exemplo (14)) para se referir à cozinha em questão - porque a predicação é pequena é demasiadamente inespecífica para poder delimitar um único referente entre os muitos ativados no esquema de apartamento. Já no exemplo (15), a predicação é suficiente para definir só um entre os referentes potenciais, porque o único elemento do esquema de apartamento que pode 'só ter vaga para um carro' é,obviamente, a garagem. Por isso é que foi possível em (15), utilizar uma anáfora com uma matriz semântica pouco especificada,relacionada a um conceito não presente explicitamente no texto, mas incluído no esquema ativado.

Podemos concluir, a partir dessas observações, um outro fato importante: parece que as anáforas relacionadas a partes do esquema diferentes do seu núcleo necessitam de um ancoramento duplo no texto, para que seja possível a depreensão correta do seu significado. O primeiro ancoramento teria a função de ativar na memória do receptor o conceito a ser recuperado pela anáfora (no exemplo (15), seria o item lêxico apartamento); o segundo teria

a função de restringir o significado do elemento anafórico, descartando todos os referentes potenciais menos um, apontando então para este elemento já ativado, de forma a caracterizá-lo e a defini-lo (no exemplo (15), corresponde à informação de 'ter vaga para carro').

Mostrei acima a importância da predicação em casos de relacionamento de uma anáfora (com uma matriz semântica pouco especificada) a elementos pertencentes a um esquema levantado num texto. Porém, não é este o único caso em que a predicação tem uma importância decisiva. Resumindo, pode-se dizer que a predicação exerce um papel crucial nos seguintes casos:

a) *quando é feita a retomada (através de anáfora tipo troço, por exemplo) de um elemento que compõe um esquema, mas não é o seu núcleo (apenas o núcleo vem explícito no texto).*
Por exemplo:

(7) *Aí eu fui entregar os "slides" pro homem, porque o negócio é carrossel - né?- vai colocando em sequência.*

b) *quando o referente da anáfora não está presente na "consciousness" (exceto em caso de SN definido). Por exemplo:*
(8) *Quero que você faça isso: copie 200 vezes essa palavra para não errar mais.*

(10) *Ela não quis me dar o ofício!*

c) *quando o antecedente aparece literalmente no texto anterior à anáfora, mas existem vários candidatos possíveis a antecedente desta anáfora, como nos enunciados do tipo (11), (12) e (13). Por exemplo:*

(11) *Mário emprestou o carro a Antônio porque ele não usa mais.*

Em todos os casos citados (a, b e c), encontramos um ponto comum: em todos eles existem diversos candidatos a referente da anáfora; logo, sem a predicação, a anáfora seria ambígua. Pode-se

concluir daí que a predicação exerce um papel fundamental em casos onde existem concorrentes viáveis a antecedente da anáfora; a predicação funciona, portanto, como um filtro de ambigüidades.

6. Conclusão

Vimos, então, que:

> *nem sempre uma anáfora recupera um referente citado explicitamente no discurso;*
>
> *nem sempre uma anáfora retoma noções introduzidas anteriormente no discurso e, conseqüentemente, o referente anafórico nem sempre está na "consciousness" do ouvinte no momento da sua enunciação;*
>
> *em certos casos a predicação exerce uma função essencial na determinação do significado da anáfora, pois é ela que carrega, no esquema dos itens que a compõem, o referente desta anáfora.*

A partir dessas observações concluimos que o papel da "consciousness" não é como se acredita: em primeiro lugar, é possível jogar com inferências, relacionando as anáforas a partes do esquema não citadas literalmente no texto; em segundo lugar, é possível usar anafóricos sem que o antecedente esteja na "consciousness" de maneira nenhuma. Este caso se subdivide em catáforas (aliás, algo raras em português) e casos como (10), resolvidos pela predicação (existência de vários candidatos a antecedente).

Convém lembrar que a definição de "consciousness", proposta por Chafe (1974) e discutida por Liberato (1980), exclui da "consciousness" todos os itens que não aqueles que constituem o nódulo central dos esquemas evocados.

Concluimos, então, que, uma vez que as anáforas podem se re-

ferir a elementos não presentes na "consciousness", a definição de anáfora como um item dado não se mantém. Aí temos duas saídas possíveis: ou a definição de dado/novo (baseada em presença na "consciousness") precisa ser refeita, ou o uso de anafóricos não depende pura e simplesmente da dadidade.

Resta saber se há razões para se manter a definição de dado/novo com base em presença na "consciousness". Se sim, teremos anafóricos não-dados; se não, a própria utilidade da noção de "consciousness" fica em questão.

Podemos então reformular a nossa conceituação inicial de anáfora, sobretudo porque ela não pode mais se prender radicalmente à condição de presença do referente na "consciousness".Podemos dizer, então, que a anáfora é um elemento polivalente, com uma matriz semântica pouco preenchida e que, para se identificar o seu referente, é necessário relacioná-lo com outro elemento fornecido pelo contexto lingüístico ou extra-lingüístico. É possível identificar pelo menos duas maneiras pelas quais o contexto lingüístico pode definir o significado de uma anáfora: ou o antecedente aparece literalmente no contexto, ou é denunciado pela predicação.

NOTAS

1. Este trabalho resume alguns aspectos tratados na minha dissertação de Mestrado, intitulada O Problema da Interpretação dos Elementos Anafóricos (1983), orientada pelo prof. Dr. Mário A. Perini, a quem agradeço a inestimável colaboração.

2. Estou adotando a convenção de sublinhar a anáfora que será analisada em cada exemplo.

3. O símbolo Ø é colocado para marcar o lugar onde ocorre a elipse.

4. Veja-se Chafe (1976:39).

5. Veja-se Nash-Webber (1977).

6. Seria possível incluir aqui um terceiro caso, que abrange os dêiticos, mas nestas situações é difícil afirmar com segurança em que momento o referente da anáfora é introduzido na mente do ouvinte: se antes ou depois do aparecimento da anáfora. Como há dúvidas a esse respeito, vamos tratar somente de duas situações que considero inequívocas.

7. Apud Clark & Haviland (1977).

REFERÊNCIAS

CHAFE, Wallace L. Giveness, contrastiveness, definiteness, subject, topic and point of view. New York, Academic Press, 1976.

———. Language and consciouness. Language, 50 (1), 1974.

CLARK, Herbert & HAVILAND, Susan E. Comprehension and the given new contract. In: FREEDLE, R. O., org. Discourse production and comprehension. Ablex, 1977.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.& MORGAN, J. L., org. Syntax and semantics. New York, Academic Press, 1975. vol. 3.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. Cohesion in English. London, Longman, 1975.

LIBERATO, Yara G. Sobre a oposição dado/novo. Belo Horizonte, FALE-UFMG, 1980. (Dissertação de Mestrado).

LYONS, John. Semantics. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P., org. Psychology of computer vision. McGraw-Hill, 1975.

NASH-WEBBER, Bonnie L. Anaphora: a cross disciplinary survey. Urbana-Champaign, University, of Illinois, Center for the study of reading, 1977. (Technical Report, 31)

RUMELHART, David E. Schemata: the bulding blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, W. F., org. Theoretical issues in reading. Hillsdade, Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

SCHANK, Roger C. Predictive understanding. In: CAMPBELL, R. N. & SMITH, P. T., org. Recent advances in the psychology of language. New York, Plenum Press, 1978.

Rodolfo Ilari

DOS PROBLEMAS DE IMPERFEITA SIMETRIA

RESUMO

Sentenças contendo um predicado simétrico como trabalhar na mesma sala que, ser da mesma altura que, ou o ser de igualdade deveriam ser usadas e interpretadas do mesmo jeito, sem interessar qual das duas FN's associadas aparece na posição de sujeito. Entretanto, Eu adoto a mesma teoria que Chomsky e Chomsky adota a mesma teoria que eu não significam a mesma coisa. Este trabalho é uma tentativa de estabelecer as dificuldades que se encontram nos tratamentos pragmático e semântico de tais construções simétricas.

ABSTRACT

Sentences containing a symmetric predicate like trabalhar na mesma sala que (to work in the same office as) ser da mesma altura que (to be as tall as) or the identity ser (be) should be used and interpreted in the same way no matter which of the two associated NPs appears in subject position. Actually, Eu adoto a mesma teoria que Chomsky (I adopt the same theory as Chomsky does) and Chomsky adota a mesma teoria que eu (Chomsky adopts the same theory as I do) do not mean the same. The paper is an attempt to state the difficulties arising in pragmatic and semantic treatments of such symmetric constructions.

O leitor está provavelmente familiarizado com a escola semântica conhecida como "semântica argumentativa", uma linha de investigação que se desenvolveu entre nós a partir de 1970, sob a influência dos cursos e dos escritos de Oswald Ducrot, e que teve como momentos mais significativos,enquanto investigação da língua portuguesa, O intervalo semântico (Vogt, 1977) e Linguagem, retórica e ideologia (Vogt, 1980).

Entre os numerosos resultados alcançados por esta escola está o de ter mostrado que certas orações que aparecem como sinônimas à primeira vista diferem profundamente em suas condições de emprego, e precisam finalmente ser distinguidas por uma teoria lingüística abrangente. Um dos tantos exemplos é o das orações:

(1) Pedro é ainda mais forte que José
(2) José é ainda mais fraco que Pedro

Suas condições de verdade são idênticas, e seria por isso de esperar que se revelassem intercambiáveis em qualquer contexto ou situação. Ora, para os autores da "semântica argumentativa", toda oração deve ser pensada como parte de um processo de negociação de conteúdos em que um falante procura levar seu interlocutor a aceitar determinadas conclusões. Em face de uma conclusão visada, duas orações distintas e semanticamente independentes podem constituir argumentos com força argumentativa diferente,pelo que se dispõem numa espécie de gradação ou "escala". A noção de escala, alegam os autores da semântica argumentativa, é indispensável para explicar o papel de certas partículas, como até, mesmo ou ainda: dizer

(3) Ao enterro do bombeiro compareceu o comandante da região militar e até mesmo o governador

é apresentar (4) como um argumento mais forte do que (5)em favor da conclusão a que se pretende levar o ouvinte (verossimilmente:a conclusão de que a morte do bombeiro teve uma forte repercussão):

(4) O comandante da região militar compareceu ao enterro do bombeiro

(5) O governador compareceu ao enterro do bombeiro.

Evidentemente, para essa escola, descrever as condições de emprego de uma oração é em grande parte:

1. delimitar o conjunto das orações para as quais pode servir de argumento;
2. localizá-la corretamente na escala que organiza e hierarquiza a classe argumentativa de cada conclusão (isto é: o conjunto de orações que se podem utilizar como argumentos para uma mesma conclusão).

Pode parecer uma tarefa impossível, mas algumas constatações emergem particularmente claras na análise da "semântica argumentativa", e uma dessas constatações é que (1) intervêm num processo argumentativo tal que, dado (6), o locutor pretende chegar à conclusão (7); ao contrário, (2) entra num processo argumentativo em que,dado (8),o locutor visa (9): nos respectivos processos,dizem Vogt e seus associados, (1) e (2) são usadas corretamente e soam apropriadas; não são intercambiáveis de processo a processo: (1) seria inapropriada no processo (B) e (2) no processo (A):

Processo argumentativo (A)

(6) O jogo contra José foi difícil

(1) Pedro é ainda mais forte que José

(7) O jogo contra Pedro vai ser difícil

Processo argumentativo (B)

(8) O jogo contra Pedro foi fácil

(2) José é ainda mais fraco que Pedro

(9) O jogo contra José vai ser fácil.

Em suma, e em outras palavras, (1) e (2), a despeito de serem idênticas quanto às condições de verdade, pertencem a classes argumentativas distintas: se (1) autoriza a concluir um determinado predicado a propósito de Pedro ("o jogo contra ... vai ser difícil), (2) autoriza a concluir de José o predicado contrário.

Esta análise da semântica argumentativa questiona uma aparência de sinonímia mostrando que as duas orações aparentemente sinônimas não se equivalem em seus usos. Acumulando situações deste tipo, a semântica argumentativa advoga a tese de que uma semântica atenta apenas ao sentido literal não esclarece o fenômeno da interpretação e mostra a necessidade de um componente pragmático ou, como preferiu dizer Ducrot, retórico.

Nesta comunicação pretendo apontar dois outros casos de sinonímia fracassada: o sentido geral de minha exposição corre, portanto, paralelo ao exemplo de Vogt. Penso porém que convém deixar claro desde o início que a explicação não parece ser a mesma.

1. Simetria e proeminência

Introduzo a primeira ordem de fatos por meio do diálogo que me chamou a atenção para eles. Certa vez, perguntando (10)ao Dr.

C.S., obtive dele, para minha surpresa, a resposta (11):

(10) Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo.
(11) Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

Havia muitas coisas a estranhar nessa resposta. Em primeiro lugar, se considerarmos as condições de verdade de

(11) a. X trabalha na mesma sala que Y
(11) b. Y trabalha na mesma sala que X

elas coincidem, e isso torna estranho o <u>não</u> com que começa a resposta (11). Em contextos de piada são eventualmente possíveis diálogos como

(12) Você conhece o Carlos?
(13) Não, trabalhei 5 anos na mesma sala que ele.

Mas C.S. não estava fazendo brincadeiras; nunca faz, aliás; é um procurador do Estado que fala e age como um procurador do Estado. (11) apresentava-se, inclusive entoacionalmente, como uma correção de (10): estranha correção, que consistia, à primeira vista, em reafirmar o erro. Na realidade, no contexto, a intenção de C.S. era bastante clara: a sugestão implícita em (11) era que Paulo, a despeito de ser mais idoso, e mais popular no círculo de amigos, tinha chegado ao cargo de procurador do estado ao cabo de uma carreira longa e menos brilhante, e passara a ocupar muito recentemente a sala em que C.S. trabalhava há anos.

Como explicar, lingüisticamente, essa resposta e a sua interpretação? Penso que o lingüista poderia ser tentado a seguir

uma das três linhas seguintes:

1. abrir mão da equivalência de (11a) e (11b), e recorrer ao mecanismo das restrições seletivas;

2. propor para "trabalhar na mesma sala que" algum tipo de decomposição lexical que justificasse o efeito considerado;

3. defender a sinonímia no nível literal e invocar algum procedimento, por exemplo o das implicaturas conversacionais, que origine um "sentido do locutor".

Examinemos uma por uma essas hipóteses.

1.1. A oração

(14) O Zezinho puxou pelo Pedro: tem os mesmos pés chatos.

é ou não razoável dependendo de Pedro ser um antepassado de Zezinho. Para que qualquer frase contendo o verbo puxar (por) significando semelhança faça sentido, é preciso que o indivíduo identificado pelo sujeito descenda em linha direta do indivíduo identificado pelo objeto. Supondo que (14) invertesse a relação genealógica em questão, seria passível de uma correção semelhante à de (10 - (11):

(14) O Zezinho puxou pelo Pedro: tem os mesmos pés chatos.
(15) Não, foi o Pedro que puxou pelo Zezinho: o Zezinho é que é o pai.

A exigência que se faz a puxar pode ser formulada em termos de pressuposições lexicais, na medida em que é uma exigência normal e constante de todos os empregos de puxar por; e analogamente se podem atribuir pressuposições lexicais a imitar, copiar,

plagiar, colar (um desenho) etc.

No caso de (11), entretanto, o recurso das pressuposições lexicais não dá uma explicação adequada. Um problema é que o efeito em questão (sugerir que um dos dois indivíduos que ocupam a sala é ocupante mais antigo) não é um ingrediente obrigatório de "... trabalhar na mesma sala que ...": aparece em (11), não aparece em

(16) Paulo e C.S. trabalham na mesma sala.

Um outro problema, de natureza parcialmente técnica, é que não fica claro, sintaticamente, a que item lexical deveriam ser atribuídas as pressuposições no caso: "... trabalhar na mesma sala que..." é uma expressão complexa, e, sob pena de tornar-se ela própria infinita, uma teoria semântica precisa formular as restrições de seleção, as pressuposições lexicais e, em geral, todas as propriedades semânticas como propriedades de expressões atômicas ou processos básicos de construções gramaticais. Evidentemente, nenhuma teoria semântica pode comprometer-se a tratar de maneiras diferentes as ocorrências de mesmo em orações como: "A trabalha na mesma sala que B", "A trabalha numa sala em que toca a mesma música que na sala em que trabalha B", "A trabalha numa sala em que toca uma música gravada pela mesma banda que toca a música que se ouve na sala em que trabalha B", etc. Nesse sentido, "... trabalha na mesma sala que..." difere sintática e semanticamente de "... é parecido com...", "... puxou por ...", "...imitou...", ainda que todos esses verbos se prestem a evocar efeitos de sentido semelhantes.

1.2. Pode parecer plausível que se tente uma explicação baseada em alguma tentativa de decomposição lexical.

(17) Bernardo e Bianca desquitaram-se

deveria ser equivalente tanto a (18) como a (19)

(18) Bianca desquitou-se de Bernardo
(19) Bernardo desquitou-se de Bianca;

ao contrário, (17) é menos informativa que qualquer uma das duas outras; e "correções" como a de (10)-(11) são possíveis envolvendo as duas últimas.

(20) Soube que o Bernardo se desquitou da Bianca.
(21) Não, foi a Bianca que se desquitou do Bernardo.

A explicação para a falhada sinonímia de (18) e (19) aparece quando se representa desquitar-se de como um predicado complexo do ponto de vista semântico, compreendendo um elemento de causatividade, um agente causador e um estado resultante. Supondo que atribuamos a desquitar-se de a descrição semântica

(22) x CAUSA (PASSA A VIGORAR QUE (NEG (x vive maritalmente com y)))

pode-se facilmente compreender que, embora (18)e (19) descrevam o mesmo "estado resultante", atribuem iniciativa que produz esse estado alternativamente ao marido ou à mulher. Analogamente, explicar-se-iam

(23) Não fui eu que me afastei dele; foi ele que se afastou de mim.
(24) Não foi ele que se desentendeu comigo; fui eu que me desentendi com ele.

Infelizmente essa explicação não é um paradigma adequado para (10)-(11) e a razão é que o componente de causa que a análise explicita em desquitar-se de, afastar-se de, desentender-se com falta em trabalhar na mesma sala que.

1.3. Numa perspectiva griceana, é espontâneo sugerir que o conteúdo semântico que nos chamou a atenção em (11) sai como implicatura conversacional. De fato, o diálogo (10)-(11) realiza a principal condição para a formação de implicaturas conversacionais, a saber, a irrelevância do sentido literal. Como vimos,(11) retoma anaforicamente o conteúdo proposicional da pergunta (10), para declará-lo falso ("Não,") e em seguida acrescenta como alternativa esse mesmo conteúdo, agora assertado como verdadeiro. (11) é, em suma, uma oração contraditória, e é sabido que frases que contêm obviedades, contradições ou falsidades evidentes nos soam geralmente inadequadas como respostas, e desencadeiam por isso mesmo o processo de reinterpretação ao cabo do qual formulamos implicaturas conversacionais. Segundo esta explicação, o diálogo (10)-(11) seria análogo a

(25) Meu primo aplica injeção de tempero no gado para melhorar o gosto da carne.

(26) E meu avô põe para chocar ovos cozidos para nascer frango assado.

Mas para (10)-(11) e análogos o recurso às implicaturas conversacionais não parece tampouco ser o indicado. O problema é, no caso, a extrema previsibilidade dos conteúdos que se derivariam: considerem-se os exemplos abaixo (a série é propositalmente extensa):

(27) a. O protótipo tem o mesmo defeito de fabricação que as peças fabricadas em série.

b. As peças fabricadas em série têm o mesmo defeito de fabricação que o protótipo.

(28) a. As notas impressas pelo Departamento do Tesouro são feitas com o mesmo papel que as notas falsas apreendidas recentemente pela polícia.

b. As notas falsas apreendidas recentemente pela polícia são feitas com o mesmo papel que as notas fabricadas pelo Departamento do Tesouro.

(29) a. Luís Napoleão usou os mesmos bigodes que se tornou moda os franceses usarem na 2a.metade do sec. XIX.

b. Durante a segunda metade do século XIX tornou-se moda os franceses usarem os mesmos bigodes que Luís Napoleão (usava).

(30) a. Napoleão cometeu em 1812 o mesmo erro que a Alemanha nazista ao invadir a Russia em 1944.

b. Ao invadir a Russia em 1944, a Alemanha nazista cometeu o mesmo erro que Napoleão em 1812.

(31) a. A Vênus de Milo tem as mesmas medidas que as moças que ganharam os primeiros concursos de Miss Universo.

b. As moças que ganharam os primeiros concursos de Miss Universo tinham as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

Com base em todos esses pares de orações se podem construir diálogos como aquele que descrevi em (10)-(11); mas as chances são mais fortes de que o diálogo comece com uma das frases da série a., e venha em seguida uma correção na forma de uma variante de b. contendo <u>é que</u>; ao passo que o inverso é pouco provável, cp.

(31) c. A Vênus de Milo tem as mesmas medidas que Miss Bahia '77.

Não, Miss Bahia 77 é que tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

d. (?) Miss Bahia 77 tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

Não, a Vênus de Milo é que tem as mesmas medidas que Miss Bahia '77.

O que justifica a diferença dos vários diálogos que se podem construir a partir das orações (27)-(31) é que dos dois indivíduos que se comparam um constitui por assim dizer um "precedente ilustre" ou um "exemplo melhor". Uso o termo "precedente" de propósito, para tirar proveito da vagueza dessa expressão. De fato, não há homogeneidade total entre os vários exemplos; e na série (27)-(31) pelo menos três casos precisam ser considerados:

1. Um dos indivíduos comparados tem proeminência experiencial maior; é tão obviamente reconhecido como um exemplo típico de sua categoria que soa estranho que se possa aprender algo notável a seu respeito comparando-o com outro;
2. Em outros casos, há uma relação mais ou menos óbvia de causa e efeito (por exemplo, a semelhança entre notas verdadeiras e falsas é proposital numa direção determinada);
3. Em outros casos ainda deve ser considerada uma forma de precedência cronológica ou histórica, etc.

1.4. Até o presente momento, deixei de chamar a atenção para o fato de que a correção contida em (11) se exprime por meio da locução <u>é que</u>. Há uma teoria aparentemente correta, que procurei defender em outro trabalho (1982) mas que tem sido proposta anteriormente por autores como Ducrot (1972) e Lakoff (1968) segundo a qual <u>é que</u> (e seus correspondentes nas línguas estudadas por aqueles autores) separa na interpretação da oração dois ní-

veis de informação, algumas das quais são assertadas ou postas e outras pressupostas. Aplicada a (11), essa teoria resulta em distinguir

I. Pressupostas: alguém trabalha na mesma sala que C.S.
I. Postas: esse alguém é o Paulo.

Em outras palavras, à locução é que está reservada a função semântica de singularizar uma determinada posição de FN dentre as que acompanham o verbo da oração, destacando seu referente. Se, na oração em questão, se singulariza a posição de sujeito e se destaca o fato de que a expressão que desempenha esse papel identifica Paulo é porque não é indiferente, em (11a) e (11b), utilizar Paulo ou C.S. nesse papel, e a diferença parece ser que, se um dos dois indivíduos tem uma proeminência experiencial maior, seu nome deve aparecer na posição de objeto; e (11) insinua dessarte que "trabalhar na mesma sala que C.S." define nos fatos um ponto de referência mais legítimo do que "trabalhar na mesma sala que Paulo".

Devemos por isso entender que os vários predicados complexos que se podem construir por meio de mesmo são assimétricos na totalidade de seus empregos? Devemos ao contrário entender que eles são simétricos em alguns empregos e assimétricos em outros? A primeira saída não faz justiça ao fato de que numa série de casos a escolha do sujeito é sem importância; a segunda saída não faz justiça à impressão de que temos um único predicado semântico, e não dois, a despeito do efeito de sentido discutido.

Habitualmente, dilemas deste tipo são resolvidos por uma decisão que atenta sobretudo para exigências gerais que se fazem à análise, por exemplo, que ela seja o mais possível abrangente

ou o mais possível simples; mas no caso em foco esses meta-critérios são de pouca valia. Volto ao problema dessa decisão depois de considerar a segunda série de exemplos de sinonímia fracassada.

2. Um outro tipo de oração em que pareceria legítimo esperar uma simetria perfeita entre duas FNs são as chamadas "orações equacionais", isto é, orações baseadas no emprego do verbo <u>ser</u> de igualdade definidas pela estrutura sintática

FN_1 ser FN_2

e pelo fato de que é admitida a reversão para FN_2 ser FN_1. Note-se que por essa definição (32) é uma oração equacional e (33) não é:

(32) O Jeremias é o ídolo das menininhas da graduação
(cp. "O ídolo das menininhas da graduação é o Jeremias.")

(33) Esse vizinho tem sido um pai para o Jeremias
(cp. a estranheza de "Um pai para o Jeremias tem sido esse vizinho").

Uma análise espantosamente detalhada das orações equacionais do inglês (<u>equative</u>) é encontrável nas Notes de M.A.K. Hallyday (1967). Muito dessa análise aplica-se também a outras línguas, e o quadro geral que ele traça nos serve para expor mais um caso de imperfeita simetria. Convém assim que a resenhemos por alto.

Segundo Halliday, na análise completa de uma oração equacional se superpõem várias segmentações, correspondentes a papéis estruturais distintos:

A- uma segmentação em identificando e identificador (o identificador é a FN que corresponde à palavra interrogativa da pergunta natural apropriada para a oração):
Quem é o chefe? Pedro é o chefe (identificador:Pedro)
Pedro é quem? Pedro é o chefe (identificador:o chefe)

B- Uma segmentação em sujeito e predicativo do sujeito ou, como Halliday preferiria dizer, em variável e valor (em contextos nos quais não há diferença de número e pessoa, a lição de Halliday autoriza a tomar como critério a segmentação entoacional da pergunta natural associada). Esta segunda segmentação superpõe-se à que foi exemplificada no item anterior; é preciso,portanto, desdobrar cada uma das análises propostas naquele item:

Quem é // o chefe? Pedro é o chefe
(Pedro como identificador e valor)
Quem // é o chefe? Pedro é o chefe
(Pedro como identificador e variável)

C- uma outra constatação é relativa à ordem em que ocorrem na oração os constituintes das duas segmentações acima: a variável pode preceder ou seguir o valor; o identificando pode preceder ou seguir o identificador.

Há ao todo 8 maneiras como Pedro e o chefe podem correlacionar-se numa oração equacional, distintas pelo fato de que um dos termos, digamos Pedro, se caracteriza como variável ou valor, identificando ou identificador, primeiro ou segundo termo na ordem linear. Na realidade, as alternativas de análise possíveis para Pedro dão, em negativo, alternativas de análise para o chefe. Por isso, os tipos de oração equacional se reduzem efetivamente a quatro, que Halliday distingue utilizando a terminologia opera-

tivo/receptivo e encoding/decoding: uma oração equacional é operativa quando adota a ordem valor/variável, receptiva em caso contrário; é encoding quando a variável coincide com o identificador, decoding em caso contrário. O quadro (34) resume a sistematização de Halliday, que é reconhecidamente abstrusa,pouco intuitiva à primeira vista:

(34)	sim: receptivo	A variável coincide com o identificando?	sim:	decoding receptivo
A ordem é variável/ valor?			não:	encoding receptivo
	não: operativo	A variável coincide com o identificando?	sim:	decoding operativo
			não:	encoding operativo

Segundo Halliday, há uma diferença (de sentido ou de uso) a ser considerada entre as alternativas encoding e decoding; ou seja, as orações assumiriam um valor diferente conforme o identificando coincide ou não com a variável (= o sujeito gramatical). Como evidência, alega estas orações do Inglês, distintas pela escolha do sujeito gramatical (veja-se a concordância):

(35) Which is you? / Which are you?
(36) Which am I? / Which is me?
(37) Who can the leader be? / Who can be the leader?

É provável que diante de uma fotografia antiga não seja indiferente perguntar

(38) Quem // é a tia Filismina?
(39) Quem é // a tia Filismina?

Mas a alternativa coding se revela necessária para descrever um outro tipo de estrutura: se utilizarmos a entoação e a concordância de pessoa como critério do sujeito gramatical, e construirmos orações equacionais por meio das FNs Alice e eu, teremos oito possibilidades lógicas, organizadas como no quadro (40):

(40)

i. Quem vai ser / Alice?
(S)
Decoding operativo: Alice vai ser eu (A)
Decoding receptivo: Eu vai ser Alice (B)

ii. Quem / vai ser Alice?
(S)
Encoding operativo: Eu vou ser Alice (C)
Encoding receptivo: Alice vou ser eu (D)

iii. Quem vai ser/ você?
(S)
Decoding operativo: Eu vou ser Alice (E)
Decoding receptivo: Alice vou ser eu (F)

iv. Quem / vai ser você?
(S)
Encoding operativo: Alice vai ser eu (G)
Encoding receptivo: Eu vai ser Alice (H).

Imaginemos agora as duas situações S_1 e S_2, descritas como segue:

S_1 = vai representar-se uma peça, decalcada na história Alice no país das maravilhas; as orações acima fazem parte de

um diálogo ao longo do qual os intérpretes se informam reciprocamente sobre a distribuição dos papéis, um dos quais é precisamente o papel de Alice.

S_2 = Um grupo de alunos, entre os quais Alice, vai representar uma farsa imitando os professores do colégio. O diálogo que se passa entre os professores, objeto dessa imitação, inclui as orações (A) - (H) acima.

Referidas a S_1 e S_2 as orações do quadro (40), sua aceitabilidade resulta afetada. O quadro (41) resume que orações são aceitáveis em cada situação:

(41)

	Em S_1		Em S_2	
	Operativo	Receptivo	Operativo	Receptivo
Encoding	C	D	-	-
Decoding	E	-	-	-
Encoding	-	-	G	H
Decoding	-	-	A	-

Entre as duas metades do quadro (41) a semelhança é grande e sugere a possibilidade de uma representação mais compacta. Essa representação mais compacta é fácil de obter se, ao invés de pensarmos as expressões Alice e eu como maneiras de fazer referência a determinados indivíduos, as encararmos ora como nomes de personagens, ora como nomes de intérpretes. (G), (H) e (A) superpõem-se então de maneira perfeita a (C), (D) e (E), respectivamente, no sentido de que qualquer que seja a situação ou o indivíduo considerado somente se revelam aceitáveis (análises de) orações que fazem coincidir o sujeito gramatical com o nome do intérprete; a possibilidade inversa - de o sujeito gramatical coincidir com o nome da personagem leva, invariavelmente, à ina-

ceitabilidade. Anotemos essa primeira correlação de aspectos da interpretação e aspectos pouco usuais da concordância com ser:

(42)

Sujeito de ser (= termo que determina a concordância de ser)	=	INTERPRETE
Predicativo do sujeito		PERSONAGEM

Há muito de surpreendente em (42) e nas observações que resume. Habitualmente, quando se transporta uma oração de uma situação para outra o que se altera é a denotação das expressões indiciais e/ou o valor de verdade; aqui o que parece afetado é nada menos que a gramaticalidade das próprias orações; volto a seguir a este problema, mostrando que ele resulta da falta de rigor das minhas observações. Limitemo-nos por ora a observar que nos exemplos do quadro (40), ser se revela inescapavelmente assimétrico. Os parágrafos que seguem dedicam-se a esclarecer a natureza dessa assimetria estranha do verbo que exprime igualdade em Português.

Qual a origem dessa assimetria? A resposta mais óbvia consiste em apontar uma origem semântica, afirmando que as duas FNs que ladeiam ser, sujeito e predicativo, são a verbalização de dois papéis semânticos diferentes, a que podemos qualificar de personagem e intérprete, à falta de uma categoria mais abrangente. Esta hipótese é corroborada pela existência de vários fenômenos de concordância envolvendo o verbo ser que se deixam sistematizar de maneira paralela. Assim, exemplos como

(43) a. A cama são essas poucas palhas / Essas poucas palhas são a cama

b. As multinacionais são a causa da inflação / A causa da inflação são as multinacionais

c. O conteúdo da carta eram as três frases que li para você / As três frases que li para você eram o conteúdo da carta.

às vezes lembrados pelas gramáticas escolares como exemplos bissextos de "concordância ideológica" (a expressão me soa engraçada hoje) ou "concordância (excepcional) com o predicativo", aceitam até onde foi possível verificar uma paráfrase mediante constituir, consistir, eis, não passar de e em certos dialetos representar; todas essas paráfrases são claramente assimétricas, sugerindo que cada um desses verbos tem associados a si dois casos semânticos diferentes numa ordem que lhe é própria:

(44) a. A cama consiste nessas poucas palhas.
b.*Essas poucas palhas consistem na cama.
c. Essas poucas palhas constituem a cama.
d.*A cama constitui essas poucas palhas.

(45) a. A cama não passa dessas poucas palhas.
b.*Essas poucas palhas não passam de cama.

(46) a. As multinacionais: eis a causa da inflação.
b.*A causa da inflação: eis as multinacionais.

A mesma FN com que concorda ser em (43 a.-c.), isto é, o sujeito de ser (se nos ativermos à concordância como critério) aparece sistematicamente nas paráfrases como sujeito de constituir e representar, como objeto indireto de consistir, não passar de e eis, mas não vice-versa.

Estes últimos fatos são muito semelhantes àqueles que se têm alegado para afirmar que um mesmo conjunto de casos semânticos (um mesmo "frame") se associa às construções 'A compra B de C por D', 'B vende C a A por D', 'C cobra D de A por B',etc. Parece legítimo tirar partido dessa semelhança e falar que as expressões que ladeiam consistir etc. - e portanto as expressões que ladeiam ser nos exemplos de (43)- verbalizam casos semânticos diferentes. Note-se que uma dessas expressões descreve um objeto em sua totalidade (ex. a cama de (44a.)), e que a outra representa esse mesmo objeto numa visão fragmentada (ex. as palhas de (44a)). Parece legítimo portanto registrar mais uma correlação:

(47) $\frac{\text{Suj. de ser}}{\text{Pred. do suj.}} = \frac{\text{FRAGMENTO}}{\text{GLOBALIDADE}}$

(talvez seja ainda mais adequado chamar aos dois "casos" "VISÃO FUNCIONAL DO OBJETO" e "VISÃO ESTRUTURAL DO OBJETO").

Os exemplos que vim examinando nesta segunda seção sugerem fortemente que 1) ser, o ser de igualdade que costuma ser apontado como paradigma de predicado simétrico, não é de fato simétrico; 2) Pode ser útil aplicar a ser, nos casos de assimetria, uma análise de casos: as hipóteses da gramática de casos aplicam-se naturalmente aos exemplos considerados, em particular a hipótese de que o sujeito gramatical corresponde a um caso profundo determinado, e que ao inverter a relação sujeito-objeto se inverte ipso-facto a relação que os referentes mantêm com os casos semânticos presentes no "frame". Nossa explicação, convém lembrar, consiste em sugerir que entre (48) e (49)

(48) Eu vou ser Alice

(49) Eu vai ser Alice

há uma diferença da mesma natureza que entre (50)e (51)

(50) Os romanos derrotaram os gauleses em Alésia.

(51) Os gauleses derrotaram os romanos em Alésia

Devemos aceitar esta explicação? Podemos generalizá-la a todos os empregos de ser de igualdade? Penso que há duas dificuldades a superar, que podem afetar fortemente nossa resposta:

1) A inversão dos papéis semânticos resulta normalmente em alterações do valor de verdade das orações em que é aplicada; não afeta, entretanto, o caráter gramatical ou agramatical das orações: ora, o quadro(41) foi proposto como sistematização de relações de gramaticalidade; a nossa explicação, que resulta (se for correta) em distinguir valores de verdade, seria insuficiente;

2) Num grande número de construções que não considerei aqui, a inversão das FNs que acompanham ser é absolutamente inócua: considerem-se por exemplo

(52) Os acionistas são os responsáveis pela falência

(53) Os responsáveis pela falência são os acionistas

Não só não parece haver nenhuma diferença nocional (há, mas não é relevante nesta discussão, uma diferença de articulação Tema-Rema), mas parece não haver qualquer motivo para falar em uma diferença de casos associada à escolha do sujeito do predicativo.

É sensato propor uma mesma descrição para (48)-(49) e para (52) (53)?

A resposta que a primeira objeção merece corrobora a hipótese de que ser relaciona duas FNs que exprimem casos semânticos diferentes, e é a seguinte: ao associar as duas situações S_1 e S_2 às orações do quadro (40) caracterizei cada uma dessas situações de maneira tal que certas funções semânticas ficavam automaticamente excluídas: S_1 e S_2 foram construídas, entre outras coisas, como restrições contextuais ao papel semântico das FNs; por exemplo S_1 vale, entre outras coisas, como uma hipótese de que Alice não será entendido como intérprete, e sim como personagem. Ao perguntar no âmbito de cada uma dessas hipóteses pela gramaticalidade das orações em que as FNs desempenhariam, precisamente, o papel semântico proibido, e ao concluir que são agramaticais obtemos um resultado que não deve ser desprezado: a sintaxe da oração torna inescapável o apapel semântico em questão. É um resultado importante, mas diferente dos juízos de gramaticalidade que a sintaxe habitualmente utiliza, e que são formulados sem qualquer restrição.[1] Estabelecendo-se por hipótese que o cordeiro de (54) não pode assumir o papel de agente, ou que o recém-nascido de (55) não pode assumir o papel de causador, (54) e (55) tornam-se agramaticais também, pelos mesmos motivos que as orações sobre Alice:

(54) O cordeiro matou os lobos com um balido nos tímpanos.

(55) O nenên batizou o padre com um empurrão na água benta.

Em suma, a primeira das objeções consideradas não nos traz um verdadeiro problema; traz-nos, ao contrário, o que poderíamos chamar de exceção que confirma a regra.

A segunda dúvida é mais séria. Por que não aparece nenhuma diferença semântica que afete as condições de verdade quando se inverte a ordem dos constituintes em (52) e (53)?

(52) Os acionistas são os responsáveis pela falência?

(53) Os responsáveis pela falência são os acionistas.

Podem-se explorar várias linhas de resposta, para manter que mesmo nesses casos as FNs que acompanham ser exprimem papéis semânticos irredutíveis: vejamos algumas.

Como não é certo que a relação sujeito-predicativo fique alterada pela modificação da ordem dos constituintes (o critério mais forte é a concordância, que aqui não se aplica),poder-se-ia dizer que o sujeito de ambas as orações é os acionistas (ou, se preferirmos, os responsáveis pela falência), e que por essa razão as relações semânticas se mantêm inalteradas. Parece preferível, entretanto, evitar essa solução e admitir como o faria qualquer criança de 5a. série - com uma "espontaneidade" que reflete na verdade a consciência de outros critérios - que o sujeito de (52) e (53) não é o mesmo, sem que por isso o sentido mude.

Uma segunda linha de investigação consiste em mostrar que a diferença de sentido resultante da inversão fica neutralizada em circunstâncias ou condições muito peculiares, acaso realizadas em (52) e (53): poder-se-ia por exemplo invocar o fato de que é praticamente impossível (ressalvada a hipótese de interpretações "intensionais") alterar o valor de verdade de orações cujo verbo exprime relação invertendo-se a ordem dos FNs que o acompanham se essas FNs identificam o mesmo indivíduo, cp.

(56) Nero mandou prender o imperador para deixar embaraçada a guarda pretoriana.

(57) O imperador mandou prender Nero para deixar embaraçada a guarda pretoriana.

Essas alternativas de explicação são pouco convincentes (poupo ao leitor outras elucubrações ainda menos razoáveis): a primeira é inverificável, e a segunda invoca como critério um tipo de oração - contendo 2 FNs correferenciais mas não reflexivas - que é absolutamente excepcional.

Reencontramos assim o mesmo dilema diante do qual nos havíamos detido no final da seção 1.: declarar que as duas FNs que acompanham o verbo simétrico exprimem casos semânticos diferentes apenas nos casos relativamente excepcionais em que um recurso gramatical suplementar - aqui a concordância - marca uma escolha (e assim perder a chance de um tratamento uniforme) ou salvar a unidade lexical do verbo por meio de hipóteses artificiosas. Há um tertius?

3. Ao trabalhar basicamente sobre predicados conversos (A é mais forte que B = B é mais fraco que A), Vogt desfaz uma idéia corrente e simplista de sinonímia invocando uma diferença irredutível de condições de uso. Neste estudo, dediquei-me a duas ou três classes de predicados simétricos (A trabalha na mesma sala que B; B trabalha na mesma sala que A; A é B, B é A) e procurei mostrar que também a propósito destes últimos a idéia de sinonímia faz vistas grossas a uma quantidade de fatos.

Há muitos pontos comuns entre predicados conversos e predicados simétricos; mais exatamente (cp. Reichenbach, 1947)um predicado simétrico é aquele que é capaz de expressar uma relação e a relação conversa correspondente. Entretanto a saída proposta por Vogt - invocar diferenças nas condições de uso - não resolve nossos problemas aqui: os fatos que apontei têm uma natureza evidentemente sistemática, semântica, e nosso problema é de formular a relação entre os empregos mais correntes de certas

palavras ou construções - para os quais dispomos de uma descrição satisfatória - e certos empregos menos usuais.

À primeira vista, a situação é desesperadora (a confirmar que existem mais fatos lexicais, entre sintaxe e interpretação, do que sonha a última reforma do currículo). Mas embora a análise desenvolvida até aqui tenha permanecido em nível relativamente superficial, e os fatos considerados sejam pouco numerosos, uma tendência emerge: um predicado inocuamente simétrico revela-se problemático sempre que uma marca morfológica suplementar (a concordância no caso de ser; o acréscimo de é que nos demais casos) valoriza uma determinada posição sintática. Materiais lingüísticos com uma interpretação definida incorporam novos matizes de significação quando os marcamos formalmente para isso. Isto sugere uma espécie de reciclagem ou de bricolage - em última análise uma espécie de economia.

Estranhamente essa idéia de economia se assemelha a algo que Saussure tinha observado a propósito da mudança fonética: toda vez que a evolução fonética (ou outras causas) faz aparecer formar divergentes, as duas formas acabam por encarregar-se de uma diferença de sentido.

Se essa idéia de economia e reciclagem merece ser aprofundada, e corresponde a algo mais fundamental na natureza da língua (do ponto de vista estrutural e sempre no contexto de reflexão dominado pela figura de Saussure é espontâneo lembrar a tese da bi-planaridade; alternativamente, poder-se-ia pensar na simetria como protótipo, e nas marcas gramaticais que a afetam como "hedges"), ou não passa da recordação avulsa de uma leitura mal digerida é um ponto - não o único - que fica por conta do leitor.

NOTAS

1. Uma questão importante, mas distinta, é a de saber se os juízos irrestritos de gramaticalidade têm qualquer presença no processo de interpretação tal como os falantes o realizam: minha impressão é que não, ou seja, que os falantes não deixam nunca de contar com hipóteses e informações paralelas - na verdade mais complexas do que S_1 e S_2 no momento em que começam a interpretar uma oração. Provavelmente, uma das observações mais sábias sobre a confiabilidade teórica do conceito de gramaticalidade é a de Ducrot, para quem os juízos de gramaticalidade dependem fortemente de nossa capacidade de imaginar contextos em que as orações possam interpretar-se, e falar de gramaticalidade fora de situações concretas é apenas uma maneira insidiosa de esconder a importância dos fatores contextuais. Ao referir as orações do quadro (40) a S_1 e S_2, o que fizemos foi, precisamente, mostrar a importância dos fatores contextuais na interpretação; e na discussão desses fatores deveria ter-se tornado claro também que certas orações que nos parecem ininterpretáveis quando referidas a um contexto "mais usual" - precisamente porque esse contexto inclui hipóteses que bloqueiam as únicas interpretações possíveis - são perfeitamente interpretáveis, e se revelam verdadeiras ou falsas em outros contextos.

REFERÊNCIAS

DUCROT, D. Dire et ne pas dire. Paris, Hermann, 1972.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. Journal of Linguistics, (3): 199-244, 1967.

ILARI, R. Estrutura funcional da frase portuguesa. UNICAMP,1982. (Texto inédito)

LAKOFF, G. Pronouns and reference. Bloomington, IULC, 1968. Parts I & II.

REICHENBACH, H. Elements of symbolic logic. New York, Macmillan, 1947.

DE SAUSSURE, F. Cours de linguistique générale. 2a. ed. Paris, Payot, 1922.

VOGT, C. A. O intervalo semântico. São Paulo, Ática, 1977.

———. Linguagem, retórica, ideologia. São Paulo, Hucitec, 1980.

Eunice Pontes

TOPICALIZAÇÃO E DESLOCAMENTO PARA A ESQUERDA[1]

RESUMO

Neste trabalho, eu analiso uma série de construções de tópico, procurando verificar se é possível em português distinguir, como faz Ross (1968) para o Inglês, dois tipos de construção: deslocamento para a esquerda e topicalização. Apresento primeiro os argumentos sintáticos utilizados para distinguir duas construções em inglês e verifico se eles são válidos para o português. Em seguida, examino as hipóteses que, à luz da teoria do discurso, foram levantadas para distingui-las. Concluo que em português a situação não parece muito clara, embora haja indícios de diferenças funcionais entre as construções estudadas.

ABSTRACT

This paper presents a study of some topic sentences, with the aim of examining, as Ross (1968) did with English examples, the possibility of distinguishing left dislocation from topicalization in Portuguese. Syntactic arguments used to differentiate the two types of construction in English are then discussed, as well as the hypotheses formulated by linguists working with discourse. The conclusion is that the situation in Portuguese is not clear, in spite of some indications of the existence of functional differences between the two constructions.

Em trabalho anterior (Pontes, 1980), eu fiz um estudo das construções de tópico em Português considerando-as todas como uma construção só, seguindo a linha de Li & Thompson (1976). Na literatura americana de origem transformacionalista, os lingüistas costumam distinguir, entre as construções de tópico, aquelas que são geradas através de uma regra de Topicalização (Top) das que o são através de uma regra de Deslocamento à Esquerda (D.E.) Esta distinção foi estabelecida por Ross(1967), que se baseia essencialmente no fato de que, em D.E., aparece um pronome que ele chama de cópia e, em Top., esse pronome não aparece. Segundo Ross, em (1) haveria Top. e em (2), D.E.:

(1) Beans I don't like.

(2) The man my father works with in Boston, he's going to tell the police that...

1. Dificuldades de distinguir D.E. e Top. em Português

Em Português, ao tentar aplicar essa distinção de Ross, esbarra-se numa primeira dificuldade: é que em nossa língua a elipse do pronome é bem mais livre do que em Inglês. Parece que,de modo geral, a elipse do pronome é possível sempre que não haja prejuízo do significado. Daí os nossos gramáticos considerarem o pronome que ocorre na construção de tópico como um pleonasmo e recomendarem que ele seja evitado. Em meus dados, a ocorrência do pronome "cópia" não é freqüente. A opcionalidade do pronome faz com que haja duas possibilidades para a análise dessas construções de tópico:

(a) que exista uma construção só, sendo o pronome opcional. Sua ocorrência seria devida a fatores como:eliminar ambigüidades, tornar mais claro o sentido;

(b) que existam duas construções diferentes, com o pronome sendo opcional numa e na outra, ausente. Ou seja:

a) Top. não tem pronome.
b) D.E. tem pronome, mas este pode ser elidido.

Evidente que, quando se elide o pronome, é difícil saber se se tem uma ou outra construção. Por exemplo, em (3), ocorreu uma S de tópico com o pronome[2]:

(3) Aqueles livros da coleção SS, eu comprei um deles por 40 dólares.

Sabemos que é possível ter-se a mesma S sem o pronome. Ver (4):

(4) Aqueles livros da coleção SS, eu comprei um por 40 dólares.

Parece-me, à primeira vista, que não há diferença entre (3) e (4). Por outro lado, (5) foi falado sem o pronome:

(5) Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco.

Se colocarmos o pronome em (5), parece que não dá diferença no significado. Veja-se (6):

(6) Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco dele.

A dúvida que surge, então, é se o fato de ter ou não ter o pronome indica que temos construções diferentes em Português. É difícil saber se, em (4) e (5), se tem Top. ou D.E. com elisão do pronome.

Por exemplo, num caso parecido, o das orações relativas, é também possível ocorrer o pronome ou não. E ninguém até hoje, que eu saiba, propôs considerá-las duas construções diferentes. Ver (7):

(7) Encontrei o homem que eu gosto { dele / ø }

Considera-se que, em (7), a elipse é simplesmente opcional.

Por outro lado, existem Ss que ocorreram no corpus sem pronome e que não parecem aceitá-lo. Ver (8):

(8) Feijão eu não gosto (*dele).

Para quem simplesmente toma a análise do Inglês e traduz para o Português, (8) seria o exemplo de Top. No entanto, a dificuldade do pronome nesta S pode ser devida ao fato de que feijão tem o significado genérico. Veja-se que, se quisermos continuar o discurso a partir de (8), também o pronome parece estranho, no mínimo:

(8) Feijão eu não gosto.*Ele é ruim.

Se mudarmos o SN para um SN definido, o problema desaparece, embora a construção não tenha mudado:

(9) Essa cerveja eu não gosto (dela).

O mesmo problema de (8) se verifica em (10) (genérico):

(10) Menino não entra! *Ele é chato.

Há outros casos em que o pronome também não ocorreu e não parece plausível que ocorra:

(11) A. Ele só chega uma hora, né?
B. É.
A. Uma hora eu não posso vir.

(12) A. Alguém está com meu livro.
B. Not me!
A. Você eu acho que não está.

(13) A. Essa carne que a gente come todo dia é filet mignon?
B. Não.Filet mignon seu avô é que come.

(14) Não. Trinca na parede aqui não tem não.

Em (11), a dificuldade de ocorrer o pronome deve ser devida ao fato de se tratar de hora: é estranho pronominalizar hora. O pronome seria difícil mesmo em outra oração: *"Ela não é boa".Em (12), se o pronome aparecesse, seria uma repetição. Em (13) e (14) novamente se tem um SN não-definido. Em (14) seria possível colocar "nenhuma" depois de tem, mas não sei se isso seria considerado um pronome cópia.

Um caso interessante é o seguinte:

(15) Esse do Labov - eu quero xerocar esse trem.

O interessante desse exemplo é que esse trem é uma expressão anafórica, mas não é um pronome-cópia. É uma anáfora léxica, porque trem é uma palavra de sentido geral, mais abrangente

do que o SN que ocorreu na posição de tópico. Seria considerada D.E. ou Top.? Esse exemplo indica que não é só um pronome co-referencial que pode ocorrer nessas Ss, mas qualquer expressão anafórica, exatamente como em qualquer S da língua. Uma outra S ocorreu com um pronome anafórico, em que não há co-referência, mas exatamente o oposto. Seria D.E. ou Top.?

(16) A. Mas nós vamos ficar sem casa!
B. Casa a gente arranja outra depois.

Este exemplo se alinha com aqueles que alistei de (9)-(14), porque é também indefinido. No entanto, apresenta um determinante que se liga a ele, por uma relação anafórica, só que de oposição (o que Halliday chama "coesão por referência comparativa"). Obviamente não é pronome-cópia, mas qual a diferença?

Vê-se, portanto, que nas Ss em que o pronome-cópia não parece possível, há razões que estão ligadas ao problema da pronominalização em geral.

Assim, o fato de ocorrer ou não o pronome não nos leva a uma conclusão segura de que há diferença em Português entre D.E. e Top.

2. As restrições de Ross

As razões de Ross (1967) para distinguir D.E. e Top. estão ligadas, porém, a uma teoria mais geral sobre as regras transformacionais. Ele diz que as regras de "cópia" não estão sujeitas a algumas restrições a que as regras de "corte" estão sujeitas. São elas: a restrição de SN complexo (SNC), de estrutura

coordenada (EC), de sujeito sentencial (SS) e do ramo à esquerda (R.E.). Portanto, Top., sendo uma regra de corte, está sujeita a essas restrições, mas D.E. não. Assim, em Inglês são agramaticais, segundo Ross:

(17) a. *This hat I know the boy who was wearing (SNC)
b. *This hat the gloves and were on the table (E.C.)
c. *This hat that he was wearing is certain. (SS)
d. *John's I stole bike (R.E.)

Em Português a situação também não é a mesma.

Examinemos a primeira restrição, SNC. Ela é enunciada por Culicover (1976) informalmente da seguinte maneira: "Nenhuma transformação pode extrair um constituinte de um SN complexo."(p.281) Compare-se a frase (17a) com (18) do Português:

(18) Este chapéu eu conheço o menino que estava usando.

Esta S é gramatical em Português. Se o fato de não ter pronome indica Top., então Top. não está sujeita à restrição de SNC em Português. Note-se que (18) pode ser completado com o pronome ele, o que mostra que a restrição não vigora nesse caso também.

Vejamos a segunda restrição: a da estrutura coordenada, assim enunciada por Culicover (1976:282): "Nada pode ser movido para fora de uma estrutura coordenada". Compare-se (17b)com (19):

(19) *Este chapéu as luvas e estavam na mesa.

Realmente, (19) é agramatical em Português. Mas se puser-

mos o pronome a frase não melhora muito:

(20)? Este chapéu, as luvas e ele estavam na mesa.

Com outro exemplo que Ross dá, no entanto, a frase com pronome é decididamente diferente tanto em Inglês como em Português:

(21) a. "This guitar, I've sung folksongs and accompanied myself <u>on it</u> all my life".
b. Esta guitarra, eu cantei canções e me acompanhei <u>nela</u> toda minha vida.

Se tirarmos o pronome, tanto em Inglês como em Português, a S fica agramatical.

Com outras duas que Ross apresenta, a situação não é tão clara:

(22) a. "My father, I hardly ever see him and my mother when they're not glaring at each other".
b. "Poor Jonesy, it had started to rain and he had no umbrella".

Em Português, é interessante que (23) é gramatical se o pronome objeto for <u>ele</u>, mas não se for <u>o</u>:

(23) a. Meu pai, eu dificilmente vejo ele e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.
b.?Meu pai, eu dificilmente <u>o</u> vejo e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.

Em (24), pode haver elisão do pronome <u>ele</u>:

(24) Pobre Jonesy, começou a chover e ele não tinha guarda-chuva.

Que conclusão podemos tirar desses exemplos? Que há distinção entre Top. e D.E.? Creio que o mais prudente é concluir apenas que a elisão do pronome em Português não é possível em certos casos e que há restrições sobre o uso do pronome (como a que se vê em 23 b), que precisam ser estudadas.

Vejamos a terceira restrição, sobre sujeito sentencial: "Nenhum constituinte pode ser movido para fora de uma S que seja ela mesma sujeito de uma S." (Culicover, 1976:283)

Compare-se (17c) com (25):

(25) *Este chapéu que ele estava usando é verdade.

Realmente, com topicalização esta frase não é gramatical em Português, apenas (26) o é:

(26) Este chapéu é verdade que ele estava usando.

Isso, porém, não leva a uma prova conclusiva, porque (27) não parece muito melhor do que (25):

(27)? Este chapéu, que ele estava usando ele é verdade.

Vejamos, por fim, a quarta condição, que segundo Ross (e seus seguidores) diferencia Top. de D.E.: "Nenhum SN que é o constituinte mais à esquerda de um SN maior pode ser reordenado para fora deste SN por uma regra transformacional" (Culicover, 1976:295) O exemplo dado por Ross não pode ser utilizado em Português para ilustrar

esse princípio, porque em Português o possessivo (a não ser o determinante) não fica à esquerda do SN. No entanto, é interessante que (28) é gramatical, se de João for objeto indireto, mas se for possessivo fica pelo menos estranha:

(28)? Do João eu roubei a bicicleta.

A agramaticalidade de (28) poderia a meu ver ilustrar a restrição do SNC, porque do João é um SN encaixado à direita do SN maior: "a bicicleta do João".

Veja-se que (29), com o pronome, é gramatical:

(29) O joão, eu roubei a bicicleta dele.

No entanto, há inúmeros exemplos de ocorrência de Ss sem pronome em que um SN encaixado à direita de outro maior foi transportado para a posição de tópico:

(30) Esse negócio o prazo acaba.
(31) Isso eu tenho uma porção de exemplos.
(32) O tópico é fácil de identificar o referente.
(33) Uma delas (doenças) eu não sei citar números.
(34) A bicicleta quebrou o pedal.

Nesse caso, o mais estranho é ocorrer o pronome. Se (35) não tivesse ocorrido, eu pensaria que é agramatical:

(35) Mas essa (=dessa) você já tem várias delas.

Que conclusão se pode tirar dos fatos arrolados? A situação em Português não é a mesma do Inglês e querer distinguir duas

construções tópicas na base da presença ou ausência do pronome não é fácil, porque não se encontra uma diferença nítida entre as Ss com pronome e as Ss sem pronome. A opcionalidade do pronome faz com que as duas construções (se é que são duas) se confundam em nossa língua. Além disso, as restrições de Ross ou não se aplicam, ou quando se aplicam, não fica claro se podem ser explicadas como restrições à elipse de pronome, (como é o caso da restrição sobre E.C.). A única coisa que encontrei é que às vezes parece menos ruim a S com pronome. Mas em pelo menos um caso (SNC) a S sem pronome parece melhor.

3. Transformações radicais

Outra constatação que reforça a idéia de que o que é válido para o inglês não é válido para o Português, no caso das construções de tópico, é no tocante ao "status" das transformações de Top. e D.E.

Segundo Ross, a regra de D.E. só coloca constituintes no núcleo de orações principais. Para ele, são agramaticais:

(36) a. "*That my father, he's lived here all his life is well known to those cops."

b. "*If my father, he comes home late, my mother always grills him."

c. "*It started to rain after Jackie and me, we had finally gotten to our seats."

O mesmo ele aponta para Top.. São agramaticais:

(37) a. "*That beans he likes is now obvious."

b. "*I'm going to write to the Game Garden if more than one deer my neighbour brings back."

c. "*I don't know the boy {who the flowers Mary gave to / the flowers who Mary gave to}

Para ele, Top. é possível às vezes em oração-objeto,mas não em oração-sujeito:

(38) a. " ? The Revencoers claim that informers they never use."

b. "*That informers they never use is claimed by the Revencoers."

Emonds (1976) concorda com Ross e afirma que tanto D.E. quanto Top. movem "NP's para a frente da sentença 'ligando-as' à S mais alta". Daí ele conclui que estas transformações são transformações radicais (p.30-32). É interessante notar, de passagem, que Emonds descreve D.E. como uma transformação que "remove SN's de sua posição usual nas sentenças, separa-os por vírgula (sic) e substitui-os por pronomes" (p.32). Ele "conclui que D.E.é uma transformação radical, se não é uma construção de base. Nesse último caso, ela seria gerada sob o símbolo inicial E" (p.33). Essa possibilidade de D.E. não ser uma transformação, mas uma construção gerada na base, ele diz que lhe foi sugerida por Chomsky. Aqui não pretendo discutir esse ponto, mas apenas o "status" das construções de tópico. Isso independe de se tratar de transformação ou não. O que eu quero discutir é a afirmação de que o SN tópico se liga à S mais alta, ou seja, se só existe tópico em orações principais.

Em Português, a situação não é a mesma que em Inglês. Encontra-se tópico em orações subordinadas causais, relativas,com-

pletivas nominais, condicional, além de objetivas diretas e mesmo subjetiva:

(39) a. ... porque de amor para entender, é preciso amar (canção popular)

b. ... porque às vezes tem uma língua em que sujeito e objeto não dá pra saber bem o que que é...

c. ... temerosa de que alma a quem tanto quer se haja de perder... (Sta. Teresa, 423)

d. Já estão de maneira que - contentamentos - ainda mesmo que os queiram, a modo de dizer - não os podem ter. (id.,421)

e. Estes pensamentos se vierem, é mister atalhá-los com presteza. (id.,441)

f. Mas acontece que as portas e janelas, a tinta tinha saído.

g. O problema é que quem afirma isso, eu não tenho certeza se eles estão separando as duas noções.

Veja-se que 39 a., b,c. e f. ocorreram sem pronome: seriam candidatos a Top.. Os outros apresentam o pronome e pausa,o que os caracterizaria como D.E. Todos, porém, apresentam tópico em oração subordinada. Em trabalhos anteriores (1980, 1981) arrolei outros exemplos de tópico em orações subordinadas. São muito comuns exemplos de tópico em oração-objeto, de tipo: "Eu acho que essa brincadeira, ela vai revelar..." e do tipo causal: "porque esse professor, eu não confio muito nele".

Os exemplos 39 b., d., e g. são os que mais põem em cheque a crença de Ross e Emonds de que D.E. e Top. só transportam elementos para orações principais, porque numa perspectiva trans-

formacional, eles teriam que ser analisados como tendo um SN transportado de uma oração para outra, que é subordinada.Nas outras Ss, encontra-se tópico em oração subordinada, com o transporte dentro da mesma oração. Mas os exemplos que Ross dá como agramaticais em inglês (cf. 36 e 37) são também desse tipo.

Estes exemplos mostram que em Português não é verdade que o tópico deva ser considerado um constituinte só da sentença mais alta. E isso também põe em cheque a afirmação de Emonds, de que D.E. e Top. são transformações "de raiz".

Essas observações são válidas para as construções de tópico, sem diferença, ao que parece, entre Top. e D.E.

4. Função no discurso

Diante das dificuldades de resolver o problema pela análise das orações isoladas, vamos procurar uma perspectiva mais abrangente, e buscar uma solução ao nível do discurso.

Veremos se essas construções exercem funções diferentes no discurso.

Creider (1979:4-6) afirma que Top. se distingue de D.E. porque "um constituinte topicalizado pode servir como tópico de um enunciado subseqüente". Veja-se a diferença:

(40) Top.: "English muffins I can eat every morning. They're just the right thing."

(41) D.E.: "Griselda, I hope to meat her husband someday.
= She's a very interesting person.
He's a very interesting person."

Vê-se que em (40) espera-se que se continue a falar de "English muffins". Já em (41) espera-se que se continue a falar do marido e não de Griselda.

O mesmo parece válido para o Português no caso de Top. Vejamos a seqüência (42).

(42) Eu não gosto de arroz. Feijão eu como todo dia.
É mais gostoso.

Nessa seqüência, a 3a. frase se refere a feijão, não a arroz. Como Creider nota, se quisermos continuar a falar do SN que ocorreu antes, arroz, será necessário repeti-lo: "Arroz é muito sem graça".

Até aí, tem-se a mesma situação em Português e Inglês. Este exemplo se encaixa na teoria de Creider, bem como este outro:

(43) a. Já tem o extrato?
b. Só 2a. feira.
c. Mas o saldo o Sr. pode ver?

Nesse caso, se houvesse continuação do diálogo, creio que a tendência seria para não se falar mais no extrato e seria possível se falar no saldo. Mas a conversa (real) parou por aí.

Já outra seqüência recolhida parece desconfirmar a teoria de Creider, porque é possível continuar falando de outro SN que não o do tópico:

(44) a. Alguém está com meu livro.
b. Not me!
a. Você eu acho que não está.

Parece perfeitamente possível continuar da seguinte maneira: "Mas acho que está com alguém daqui". É natural continuar falando do livro: "Ele é difícil demais pra você".

Parece-me também que não dá para distinguir Top. de D.E. na base de que o constituinte topicalizado pode servir de tópico de um enunciado subseqüente, porque em português encontra-se o que Ross chamaria de D.E. (porque tem pronome) e é possível continuar falando do constituinte topicalizado. Veja-se (45).

(45) O Mardônio o carro dele furou o pneu e ele foi levar na oficina. Mas ele já vem.

Nesse exemplo, vê-se que é possível continuar falando de Mardônio. Se a teoria de Creider se aplicasse, só seria possível falar do carro. O mesmo se vê em (46).

(46) Aqueles livros da coleção SS, eu comprei um deles por 40 dólares. Estão muito caros.

Outra afirmação de Creider é que na Top. em Inglês tem que haver contraste. Esse caráter contrastivo é apontado já por Chafe (1976) e reconhecido por Prince (1981). Esta, porém, aponta para o fato de que contraste não é um efeito necessário de Top., mas acontece em certos casos (por exemplo, quando se alistam elementos).

É um fato que muitos casos de Top. são contrastivos. Quando se diz "Essa cerveja eu não bebo", está-se contrastando essa cerveja com todas as outras, está-se deixando claro que outras podem ser bebidas. Nesse caso, está-se individualizando essa cerveja, separando-a do conjunto de cervejas.

Essa função contrastiva aparece claramente nas enumerações:

(47) a. Por que você está pedindo carona?
b. A Belina o Hélio levou prá oficina. O Volks tá quebrado.
(48) O meu banheiro o Sr. pode pintar. O outro deixa prá depois.

Mas como Prince (1981) nota, o contraste não é essencial em Top. Nem todos os exemplos sem pronome são contrastivos:

(49) a. A fulana não se deve confiar.
b. Tudo isso tem estudo a respeito.
c. Um potro em evolução a gente nunca sabe onde vai chegar.
d. O Eduardo parece que vai ter que operar.

É claro que alguém pode objetar que esses exemplos não são de Top. mas de D.E. com pronome elidido. Estou consciente de que em todos esses casos pode ser colocado o pronome. Mas considere-se o exemplo seguinte, que foi falado sem nenhuma intenção contrastiva:

(50) Esse projeto da Medicina é o BM. que financia.

- conforme a entonação, essa frase pode virar contrastiva. Acredito, por isso, que talvez seja a entonação que torne contrastivas as frases topicalizadas. Tenho observado que mesmo orações sem topicalização podem ser contrastivas:

(51) Essa eleição é prá valer!

Por outro lado, é possível encontrar S com pronome pleonástico em enumeração e com sentido contrastivo:

(52) "Referia-me às duas mães: à do criminoso e à da vítima. A mãe de Doca eu a conheci quando ambas éramos meninas. (...) A mãe de Ângela, eu a vi, chorando, num telejornal, inconformada". (Folha de São Paulo, 7-11-81, p.30)

Logo, creio que o contraste pode ser função de outros fatores, entre os quais o contexto em que a frase é colocada. Por exemplo, a frase "O Eduardo parece que vai ter que operar", foi dita após a seguinte: "A Sônia esteve aqui ontem". Como a Sônia é mãe do Eduardo, a ligação (coesão) entre uma S e a outra se faz naturalmente (semanticamente). Se esta S tivesse ocorrido em outro contexto, ela seria contrastiva: "O Sérgio está com saúde. O Eduardo parece que vai ter que operar". Como o Sérgio é irmão de Eduardo, essas duas Ss se opõem, da mesma forma que na S (47), em que se fala de dois carros, ou de (42), em que se opõe arroz a feijão.

Creider afirma também que uma S topicalizada não pode estar no escopo da negação. No entanto, acho perfeitamente possível:

(53) Não é verdade que de feijão eu não gosto.

Concluo que ou Top. é diferente em Português ou a teoria de Creider é errada.

Givón diz que D.E. é usada para mudança de tópico:

> *... in equi-topic chains only the anaphoric pronoun [or 'subject agreement', its function equivalent] is used. When the topic is less obvious the definite full - NP subject is used, while when the subject is switched unexpectedly [or 'contrastively', which is a subcase of 'unexpectedly'] a topic shift construction is used.* (1979:p.65)

Convêm esclarecer que ele considera D.E.como uma construção "topic-shifted".

Ora, eu tenho observado que tanto a construção com pronome como sem pronome são usadas repetindo um SN que já ocorreu. Vejam-se os seguintes diálogos:

(54) a. Tô procurando a Vanda.

b. A Vanda eu acho que tá dando aula.

(55) a. E a Rosa?

b. A Rosa eu encontrei ela ontem.

(56) A lanterna... A lanterna, já comprou as pilhas?

(57) a. Lá vem o atrasado Maciel.

b. O Maciel você acha que ele é atrasado?

(58) a. Quede o Mardônio?

b. O Mardônio o carro dele furou o pneu e ele...

Parece-me que a construção de tópico está sendo usada aí depois que o novo tópico foi introduzido na conversação.

5. Os dados: o que eles nos indicam?

O problema com esses autores é que eles (com exceção de Prince) teorizam a partir de poucos dados. Eles não fizeram uma pesquisa sistemática de Ss de tópico, comparando-as com outras

Ss. Quando se estuda o fenômeno a partir de dados, verifica-se que as teorias são falhas. Constatamos que "na prática a teoria é outra", conforme o título de um livro recente.

Indo aos dados, verificamos o seguinte:

5.1. Construções com pronome-cópia. Examinamos as Ss que ocorreram com pronome-cópia, em primeiro lugar, porque se existe distinção entre Top. e D.E. estas são indiscutivelmente D.E., porque o pronome está presente; aquelas que ocorreram sem pronome tanto poderiam ser Top. como D.E. com elisão do pronome. Descobrimos que a totalidade dos exemplos apresenta o tópico como elemento dado. Ou já foi mencionado antes no discurso, ou então é "saliente" no contexto pragmático, como diz Prince (1981). Aliás, o que Prince afirma a respeito de Top. em seu último artigo é válido para as construções com pronome-cópia em Português, o que reforça as minhas constatações. Todos os SNs apresentam ou pronome demonstrativo ou artigo definido, o que mostra o caráter definido (anafórico) da construção. Podem-se examinar todos os exemplos já citados e mais estes, em que os dois primeiros são dados pelo discurso e os outros dois pelo contexto da situação:

(59) a. Ele, o livro dele não é lá essas coisas.
b. Eu acho que esses dois casos do Português,eles...
c. Esse buraco, menina, taparam ele outro dia.
d. E aquele lá, não dá prá colar ele?

É digno de nota que não se encontrou nem um exemplo em que o SN fosse indefinido ou genérico, como aconteceu em (8), (11), (12), (13), (14). Isso, porém, como eu disse antes, pode ser uma restrição à pronominalização.

Como já disse, o SN inicial nas Ss com pronome-cópia cos-

tuma ser um SN dado, em geral repetido. Nisto ele funciona como um elemento coesivo (cf. Halliday, 1977) no discurso. Há um exemplo, porém, que poderia suscitar dúvidas, porque o SN topicalizado não havia sido mencionado antes:

(60) E o Flávio, que será que ele fez com a flauta dele?

No entanto, Flávio é um membro da família em que se estava desenrolando a conversa. Como tal, ele não é um elemento novo no contexto. Ele pertence a um conjunto, família, que está presente na consciência dos falantes. Ellen Prince (1981:p. 3),estudando Top. registra exemplos semelhantes e afirma: "The NP in TOP must represent either an entity that is already evoked in the discourse or else one that is in a salient set-relation to something already in the discourse". Esta entidade pode ser "saliente no contexto extratextual" (ou seja, pragmático) ou o que ela chama de "evocado situacionalmente". Ela observa que os exemplos de Top. envolvem "co-elementos de um conjunto" e podem ter "o sabor de uma lista". E "para entender itens como pertencentes a uma lista, deve-se inferir que eles são co-elementos de algum conjunto único, independentemente nomeável". Estas observações, embora feitas para caracterizar Top, são válidas para todas as construções de tópico que estou examinando. Um caso típico é quando a gente se encontra com alguém na rua, começa a conversar e pergunta por algum seu familiar que ainda não foi nomeado no discurso, mas que se assume como presente na cabeça da pessoa, por ser seu familiar:

(61) E o João, como vai ele?

Considero que a construção tópica aí é possível por causa

da relação íntima que existe entre o interlocutor e a pessoa nomeada. Uma relação íntima é que propicia (62) também:

(62) Ô Luís André, e o seu pé, como é que vai aquele machucado?

Aí, no lugar de pé (que é um elemento dado no contexto da situação, também) poderia estar também irmão, mãe, etc. Mas não poderia estar um elemento sem relação nenhuma com a pessoa. Note-se, também, de passagem, a presença do elemento coesivo e, ligando a S ao resto do discurso, mas também marcando a introdução de algo diferente do que se estava falando antes. De certo modo, parece que há uma mudança de tópico aí (ou sub-tópico?). Creider diz que D.E. serve de ponte no discurso. Nesse caso, parece que sim. Mas não é sua função mais freqüente, pelo contrário.

Resumindo as observações sobre as Ss com pronome, os exemplos referem-se a algum elemento dado no discurso ou no contexto pragmático. Têm uma função coesiva no discurso, por isso. A função contrastiva é pouco freqüente. O significado dessa construção parece ser sempre: "falando de SN...","quanto a SN... ". Conforme Ellen Prince afirma a respeito de Top., o SN dessas construções deve se referir a uma entidade, deve ser referencial.Não se encontra frase com SNs indefinidos ou genéricos. Quanto à entonação, a pausa ou quebra entonacional é freqüente, mas não obrigatória. É potencial.

5.2. Quanto às construções que ocorreram sem pronome no corpus, verifica-se o seguinte: de um modo geral não há pausa entre o SN topicalizado e o resto da sentença, mas pode haver:

(63) a. Eu diria que esse último, há uma gradação mais forte...

b. Aquela casa ali, é engraçado, o jardim.

c. A minha pesquisa, pelo menos, entra pronome, né?

d. Ô Hélio, a carne, como aumentou, hein?

Em termos de freqüência, a maioria das Ss sem pronome foi falada sem pausa. Há casos mesmo, em que a pausa parece bem improvável:

(64) a. Repelex precisa, né?

b. Um rato eu matei.

Há, portanto, uma tendência nítida para não haver pausa, nas construções sem pronome. Parece haver uma correlação entre a presença da pausa e a do pronome, em termos de freqüência de ocorrência. Isso talvez se explique porque a pausa causa uma rutura, e então surge a necessidade de reconstituição da estrutura da S, através do pronome.

Houve uma maior incidência de Ss sem pronome (do que com) com verbos impessoais, tipo: "Se o pimentão não der prá guardar...", "O tópico é fácil de identificar o referente...". Mas também se encontra essa construção com pronome: "Esse homem parece que ele é da Colômbia".

Também se encontram mais exemplos de Ss sem pronome (do que com) em que foram topicalizados adjuntos adverbiais.

(65) a. Qualquer elemento você pode fazer isso

b. Wasbington a neve é pouca.

Mas também ocorreu (66), em que o advérbio funciona anaforicamente:

(66) Caracas, estive lá, uma semana.

Por outro lado, as mesmas observações que fiz sobre as Ss com pronome são válidas para as sem pronome: nelas também o SN topicalizado é dado pelo contexto lingüístico ou pragmático.

Os SNs são definidos. A mesma relação de conjunto pode ser apontada. A única diferença é que, quando é contrastivo, há algo de novo no SN topicalizado, que é contraposto aos outros membros de um conjunto. Mas está relacionado:

(67) Você tem uma caneta azul prá me emprestar? A minha acabou a tinta.

7. Casos problemáticos

Além dos casos examinados na 2a. seção deste artigo (exemplos 15 e 16) há outros que colocam dúvida a respeito de se se tratar de pronome-cópia ou não. Veja-se a S (68).

(68) Eu quero lembrar que a argumentação, eu restringi o sentido <u>dessa palavra</u> quando ...

Não se trata de pronome-cópia, mas de uma expressão anafórica, em que se usa um nome mais geral, cujo significado abrange o do nome anterior, mais específico. Halliday (1977) estuda esse tipo de anáfora, sob o título de coesão léxica. Mas o problema se põe: essa construção é de tópico - seria Top. ou D.E.?

Outro problema para essa distinção são os seguintes exemplos:

(69) a. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

b. Shampoo-Johnson's, esse eu posso usar.

Como classificar o pronome demonstrativo aí? Seria pronome-cópia e essa construção é D.E.? Esses está numa situação especial, porque não se pode dizer que ele funciona como os demonstrativos costumam funcionar, determinando um nome, mesmo elidido. Não se pode dizer que houve elisão de fiscais depois de esses, em (69a),nem de shampoo depois de esse em (69b). Note-se que essas Ss têm sentido contrastivo, o que as candidataria a ser Top., de preferência a D.E.. Mas apresentam uma pausa depois do SN topicalizado, além desse pronome anafórico, o que as aproxima das outras Ss de D.E..

Por último, há a S (70):

(70) Eu, café eu gosto tanto sem açúcar como com.

Esta S apresenta dois tópicos, um depois do outro. Se considerássemos que Top. e D.E. são distintas em Português, haveria uma explicação interessante para esta S: ela teria tanto Top. quanto D.E.: eu foi deslocado à esquerda e repetido em seguida, pelo pronome-cópia. Café foi topicalizado: não há pronome-cópia, nem pausa, e tem sentido contrastivo, além de ser indefinido.Sentenças como estas, bem como outras (ver (71)), deixam dúvida se na verdade não há a distinção entre D.E.e Top. em Português. Haveria casos claros, como o de (71), e casos marginais, como os que arrolei anteriormente.

(71) Leite eu não vou comprar.

8. Conclusão

Examinei a distinção que é feita, na literatura lingüística de língua inglesa, entre Top. e D.E.. Demonstrei que não é fácil distinguir duas construções em Português, porque o pronome é opcional, a pausa é opcional, as funções no discurso são, na maior parte, as mesmas. Por outro lado, há uma correlação em termos de freqüência entre pausa e pronome-cópia. Há também uma tendência para Ss sem pronome não terem pausa, e serem contrastivas. Também quanto aos SNs encontra-se uma diferença: as Ss com pronome só têm SNs definidos. SNs genéricos e indefinidos não co-ocorrem com pronome. É tentador, então, concluir pela distinção entre as duas construções. Elas se distinguiriam, nos casos claros, da seguinte maneira (em termos de tendências):

a) Top. - sem pausa, sem pronome, contrastivo, com SNs tanto definidos como não.
b) D.E. - com pausa, com pronome, não-contrastivo, com SNs definidos, dados.

Em termos de discurso, Top. é que poderia ser considerada como de mudança de tópico. Usa-se Top. para mudar de um tópico para outro, contrastando com o anterior, mas relacionado com ele. D.E. é usado para dar continuidade ao discurso, sua função é eminentemente coesiva. É necessário, porém, estudar mais ocorrências de tópico em discurso para se estabelecer melhor essa distinção.

Aceita essa distinção, que não é de maneira nenhuma evidente, nem nítida, considerar-se-iam os casos duvidosos como limítrofes, como aliás costuma acontecer em qualquer distinção que se estabelece na língua.

Em virtude, porém, da nebulosidade do fenômeno, minha conclusão, prudente, é que é prematuro decidir pela distinção até que se estudem as condições de pronominalização em Português bem como as de elisão de pronome. Um estudo maior das construções de tópico no discurso também contribuiria para aclarar o fenômeno.

9. Anacolutos

Deixei para examinar à parte sentenças que os nossos gramáticos classificam de anacoluto e que se distinguem das que acabamos de examinar por apresentarem uma rutura da sintaxe "normal". Said Ali define o anacoluto como uma construção em que "se interrompe uma parte da oração e, em lugar do seguimento pedido pela sintaxe, se passa a uma construção nova" (1965, 220). Nessas construções, não é possível identificar um elemento da oração que foi deslocado ou topicalizado, como acontece nas outras que examinei antes. Ou seja, não seria possível explicá-las por transformação, ou mesmo por qualquer critério sintático.Elas têm que ser entendidas ao nível do discurso. Para interpretá-las,temos que recorrer muitas vezes ao que foi dito antes. Vejamos algumas que ocorrem na linguagem coloquial.

(72) a. Eu agora, cabô desculpa de concurso, nê?
b. Já o JB, você viu a crônica do Drummond?
c. Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira.
d. As cadeiras optativas, cê precisa ter um conheci-

mento bom primeiro (para cursá-las).

e. Tina, você pode deixar a louça prá botar na máquina, viu? E o almoço, eu volto mais cedo.

f. Essa minha barriga, só jejum.

g. Cê fuma, também? Eu, é só café.

h. Esse negócio desse pássaro preto ficar aqui, eu nunca vou poder botar a rede.

i. Cê precisa comprar outra pasta prá mim, porque aquela pasta, ó, meu relógio caiu e quebrou o vidro.

Em todos esses exemplos, falta alguma coisa que ligue explicitamente o tópico ao resto da frase. Não é possível colocar nenhum pronome-cópia no lugar de onde o tópico foi retirado,pois não há esse lugar. A relação entre o tópico e o comentário que se segue é estabelecida pela simples colocação de um em seguida ao outro, pelo conhecimento do mundo, ou pelo que foi dito anteriormente. Em geral, elas têm o sentido de "falando de...","quanto a...". Correspondem ao que Li & Thompson chamam de Ss com "duplo sujeito" nas línguas de tópico como o Chinês.

Proponho distinguir esse tipo de sentença de tópico das outras que estudei anteriormente, e reservar a designação de anacoluto só para esses casos, em que não ocorre pronome anafórico nem pode ocorrer, porque não se trata de deslocamento de um SN da S comentário.

Os nossos gramáticos não restringem dessa maneira esta designação porque eles dão, como exemplo de anacoluto, sentenças em que aparece o pronome-cópia e portanto é possível dizer-se que houve deslocamento. Veja-se (73), que aparece em Epiphanio Dias (1959:336) e (74) que aparece em Said Ali (1965,220):

(73) "As outras, que as azas do anjo Azrael se estendam sobre os seus cadáveres"

(74) "O furacão que devasta, o raio que fulmina, não há pincéis nem cores que possam estampá-los na tela".

Não me parece que estes exemplos se encaixem na definição que Said Ali dá de anacoluto, nem na de Epiphanio Dias: "... consiste em uma ou mais palavras do princípio de uma or. não se ligarem ao que vem depois, segundo as regras de syntaxe" (Dias, id.ib.)

Acredito que estas sentenças devem ser consideradas como exemplos de pleonasmo e não de anacoluto, porque a ocorrência do pronome indica que elas têm relação com o resto da sentença. Se não, qual será a distinção entre pleonasmo e anacoluto?

NOTAS

1. Este trabalho foi apresentado no VI Encontro Nacional de Lingüística, realizado na PUC - R.J., em novembro de 1981, e entregue aos organizadores para publicação. Como até esta data os Anais do Encontro não saíram, resolvi publicá-lo nesta Revista.

2. Os exemplos citados, com poucas exceções, fáceis de identificar, foram ou gravados ou surpreendidos de conversa espontânea, informal, na hora em que foram falados. Na medida do possível, foi registrado, além da construção de tópico, o contexto imediato, ou seja, o que foi dito imediatamente antes e depois. Os informantes involuntários de modo geral foram professores (a maioria da Faculdade de Letras da U.F.M.G.).

REFERÊNCIAS

CHAFE, W. Giveness, constrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, C., ed. Subject and topic. New York, Academic Press, 1976.

CREIDER, Chet A. On the explanation of transformations. In: GIVÓN, Talmy, ed. Syntax and Semantics. New York, Academic Press, 1979. vol. 12.

DIAS, E. S. Syntaxe histórica portuguesa. 4a. ed. Lisboa,Clássica, 1959.

EMONDS, J. A transformational approach to English syntax. New York, Academic Press, 1976.

GIVÓN, T. On understanding grammar. New York, Academic Press, 1979.

HALLYDAY; M. A. K. & HASAN, R. Cohesion in English. 2a.ed. imp. London, Longman, 1977.

JESUS, Sta. Teresa de. Obras completas. 2a. ed. Aveiro,Carmelo, 1978.

LI, C. & THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology for language. In: LI, C., ed. Subject and topic. New York, Academic Press, 1976.

PONTES, E. Da importância do tópico em português. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 5, Rio de Janeiro, 1981 (Comunicação)

PONTES, E. Construções de tópico em língua escrita. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura, Belo Horizonte, (5): 51-73, 1981.

PRINCE, Ellen. Topicalization, focus-movement, and Yidish-movement: a pragmatic differentiation. Papers from Berkeley Linguistic Society, Berkeley, 1981. (In print)

ROSS, J. Constraints on variables in syntax. Tese de doutoramento, MIT, 1967.

SAID ALI, M. Gramática secundária da língua portuguesa. 6a. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965.

Marlene Machado Zica Vianna

ADJUNTO NOMINAL E COMPLEMENTO NOMINAL: POR UMA SIMPLIFICAÇÃO DE ANÁLISE[1]

RESUMO

Nosso trabalho aborda tema dos mais controversos no campo da análise sintática na gramática da Língua Portuguesa: a oposição COMPLEMENTO NOMINAL/ADJUNTO ADNOMINAL. Inicialmente, confrontam-se exemplos que nos levam à conclusão da RELATIVIDADE da classificação das palavras enquanto termos de oração, sendo a DISPENSABILIDADE OU INDISPENSABILIDADE dos membros de uma estrutura de frase uma questão de CONTEXTO. A seguir, levantam-se outros critérios para identificação do COMPLEMENTO NOMINAL, e, finalmente, estudam-se casos de estruturas indevidamente analisadas na gramática tradicional, ADJUNTO ADNOMINAL. Chega-se à conclusão de que é necessário rever-se a questão, aproveitando-se, para isso, as lições, os esclarecimentos que vêm sendo ministrados pela literatura linguística.

RÉSUMÉ

Ce travail traite un des sujets les plus controversés dans le domaine de l'analyse syntactique de la grammaire de la langue portugaise: l'opposition COMPLEMENTO DE NOME/ADJUNTO ADNOMINAL.

Tout d'abord, nous confrontons des exemples qui nous font conclure à l'impossibilité de la classification syntaxique, sans faire appel à des informations fournies par le CONTEXTE. Ensuite, nous présentons d'autres critères pour l'identification du COMPLEMENTO DO NOME, et finalement, nous étudions des exemples de structures analysées incorrectement par la grammaire traditionnelle comme ADJUNTO ADNOMINAL. On finit donc par conclure qu'il faut une remise en question du problème, à la lumière des contributions apportées par la linguistique.

1. Difícil é a missão do professor de Língua Portuguesa quando, tentando conscientizar o aluno a respeito da língua de que ele é falante, o faz através da análise sintática. Difícil, primeiramente, porque, embora proclamem os autores de nossas gramáticas que analisar sintaticamente nada mais é que reduzir a expressão lingüística, quase sempre, ao esquema SUJEITO e PREDICADO, determinando-lhes, depois, os seus "pertences", tal simplicidade se vê substituída pela complexidade de termos que são essenciais, termos que são integrantes e termos que são acessórios; de sujeitos e predicados, complementos verbais e não-verbais; de complementos nominais e adjuntos adverbiais e adnominais e apostos e vocativos... Difícil, também, porque o dogmatismo de conceitos e classificações teóricas — somente na aparência — é indiscutível. As próprias ilustrações mostram a fragilidade das afirmações dos autores, como vêm demonstrando muitos estudos de lingüística. Assim, é intento nosso mostrar que há necessidade, se não de simplificar, pelo menos de se rever, e urgentemente, o tratamento que gramáticos e livros didáticos vêm dando ao assunto.

São essas as palavras iniciais de nossa DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, em que são discutidos problemas referentes à dicotomia COMPLEMENTO NOMINAL/ADJUNTO ADNOMINAL, terreno para o qual converge a atenção dos estudiosos de gramática, matéria de freqüente e acirrada disputa, causa até de reprovação de aluno, visto que há professores que lhe propõem problemas embaraçosos ou de impossível solução.

Como assinalamos em nosso trabalho, da leitura de gramáticas anteriores à NGB fica a idéia de que era necessária, realmente, e irreversível, a unificação e simplificação da teoria da análise sintática. Instalada a reforma — esquecidas algumas boas lições dos antigos — os autores modernos apresentam uma doutrina gramatical — naquilo que se refere ao nosso tema — bastante

uniforme. À rigidez da postulação teórica seguem-se ilustrações em estruturas isoladas, que se ressentem, principalmente, de uma falta: não se levam em consideração os VALORES CONTEXTUAIS, que são, no entanto, básicos para qualquer tipo de análise. Os livros didáticos — examinados no terceiro capítulo da dissertação — aplicando tal esquema teórico — levam mais longe seus erros porque concretizam, através de exercícios nem sempre bem formulados, as deficiências da teoria.

2. Nessa seção, discutiremos o que nos pareceu fosse mais relevante no nosso trabalho: o critério da INDISPENSABILIDADE DO COMPLEMENTO NOMINAL e da DISPENSABILIDADE DO ADJUNTO ADNOMINAL.

2.1. Fundamentam os autores o seu conceito de COMPLEMENTO NOMINAL em duas assertivas:

A - há PALAVRAS que, por não se bastarem a si mesmas, NECESSITAM DE UM TERMO que lhes integre o sentido;

B - o nome cujo sentido o COMPLEMENTO NOMINAL integra corresponde, geralmente, a um verbo transitivo de radical semelhante.

Em relação à primeira das afirmações, não se pode esquecer de que as palavras, geralmente, possuem um valor ABSOLUTO e um valor RELATIVO, classificação que surgirá a partir de um CONTEXTO.

Assim, uma mesma palavra pode ser usada em sua significação ABSOLUTA, como em:

"Os meus CIÚMES eram intensos, mas curtos (...)"
A ESPERANÇA é a última que morre.
Tentou-se um produto sem IMITAÇÃO.

ou em sua significação RELATIVA:

"... a vaidade de professor me fez padecer com a desatenção de Capitu e ter CIÚMES DO MAR".

A ESPERANÇA DE DIAS MELHORES serve-nos de alento.

A IMITAÇÃO DO RUÍDO saiu perfeita.

Pelos exemplos, vê-se que o COMPLEMENTO NOMINAL, dado como elemento INDISPENSÁVEL, pode ser omitido, sendo possível retirá-lo, sem prejuízo da gramaticalidade da frase.

A segunda assertiva, que trata o COMPLEMENTO NOMINAL como termo sintaticamente nessário — os nomes são TRANSITIVOS na medida em que se ligam a verbos TRANSITIVOS — leva-nos a colocar, também, a importância do CONTEXTO do qual depende a noção de TRANSITIVIDADE.

Serão, assim, COMPLEMENTOS NOMINAIS os sintagmas preposicionados em:

Ele tem RESPEITO PELO MESTRE. (RESPEITAR O MESTRE)

AS NOTÍCIAS DOS FATOS são boas. (NOTICIAR OS FATOS)

Veja-se, entretanto, que os nomes, como os verbos, podem estar sendo usados TRANSITIVAMENTE em:

CONFIO EM VOCÊ.

Como INTRANSITIVAMENTE em:

Ele é pessoa DE CONFIANÇA.

Ele vê, ele CONFIA.

Aqui, um pequeno parêntese, para que se lembre do oportuno da palavra do mestre Cláudio Brandão no que diz respeito à não-necessidade de se declarar o complemento — seja verbal, seja nominal — já que o sentido da frase o indica facilmente.

Em exemplos como:

"Era tão estranho aquilo, que não achei RESPOSTA".

"Sucedeu, porém, que, como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes, tanto bastou para que ele interrompesse a LEITURA e metesse os verbos no bolso."

"Trabalhei em vão, BUSQUEI, CATEI, ESPEREI, não vieram os versos",

embora haja supressão do COMPLEMENTO, o sentido da frase o torna perfeitamente determinado.

2.2. Opondo-se ao caráter de termo INTEGRANTE, NECESSÁRIO, do COMPLEMENTO NOMINAL, o ADJUNTO ADNOMINAL é dado como termo ACESSÓRIO, DESNECESSÁRIO, que pode ser retirado sem prejuízo para a compreensão do enunciado.

Preconiza a literatura didática que, para se evitar a confusão entre o ADJUNTO ADNOMINAL e o COMPLEMENTO NOMINAL, basta verificar a DISPENSABILIDADE daquele e a INDIPENSABILIDADE deste em relação ao nome a que se refere.

Verifiquemos, então:

Um homem não deve ter MEDO DE FANTASMAS.
Um homem não deve ter MEDO.

Li o livro DE PEDRO, mas não li o livro DE JOÃO.
*Li o livro, mas não li o livro.

O ambiente URBANO contrasta com o ambiente RURAL.

*O ambiente contrasta com o ambiente.

Uma vida QUE É INÚTIL é morte prematura.

*Uma vida é morte prematura.

Pelas ilustrações , evidencia-se que, se a supressão do COMPLEMENTO, no primeiro exemplo, não gerou agramaticalidade, o mesmo não se deu quando da supressão do ADJUNTO. Evidencia-se, além disso, que é a correta a lição da gramática quando afirma que a ORAÇÃO ADJETIVA especifica o antecedente, com ele formando um todo significativo e que, em razão disso, não pode ser suprimida sob pena de o predicado da oração principal deixar de convir ao seu sujeito. Tem-se, a partir de tal colocação, uma análise paradoxal: a oração ADJETIVA

. porque ADJUNTO ADNOMINAL, TERMO ACESSÓRIO;
. porque forma com o antecedente um todo significativo, TERMO INTEGRANTE.

Esse pequeno confronto leva-nos à conclusão da RELATIVIDADE da classificação das palavras enquanto TERMOS DA ORAÇÃO, sendo a DISPENSABILIDADE/INDISPENSABILIDADE dos membros de uma estrutura da frase uma questão de CONTEXTO.

3. A seguir, levantaremos outros dados importantes relativos ao nosso estudo.

3.1. Nem sempre a COMPLEMENTAÇÃO estará associada à TRANSITIVIDADE, pois que devemos relacionar como COMPLEMENTO o GENITIVO SUBJETIVO. Além de ser contraditório analisar como acessório um

elemento essencial, a relação SUBJETIVA não é opcional em:

A morte DE UM ÉBRIO dá alívio a seus familiares.
*A morte dá alívio a seus familiares.

A invenção DE SANTOS DUMONT abriu caminho à era interplanetária.
*A invenção abriu caminho à era interplanetária.

Se em:

A defesa DO RÉU cansou o advogado,

o termo DO RÉU, ligado ao abstrato DEFESA, pode representar o ser que é ALVO da ação, pode, também, representar o ser que pratica a ação expressa pelo nome abstrato, evidenciando-se, daí, a ambigüidade sintática de um enunciado como:

A defesa DO RÉU foi difícil.

São exemplos de ocorrência de GENITIVO SUBJETIVO/OBJETIVO, formalizadas nessa mesma estrutura:

A conversão DOS JUSTOS: os justos convertem;
converter os justos.
A caça DO CRIMINOSO: O criminoso caça;
caçar o criminoso.
A procura DO DELEGADO: O delegado procura;
procurar o delegado.

3.2. Nem sempre, também a complementação estará associada ao critério, estabelecido pelos gramáticos, de que o COMPLEMENTO NO-

MINAL integra nomes ABSTRATOS. Tal critério deixa de vigorar, prevalecendo o da TRANSITIVIDADE, quando houver nomes de agente — portanto CONCRETOS — relacionados morfologicamente a verbos transitivos:

O inventor DO TELEFONE;
O defensor DOS HUMILDES;
O semeador DO TRIGO;
O analista DO SISTEMA;
O chefe DA PRODUÇÃO.

3.3. Porque prevalece o critério da TRANSITIVIDADE sobre o FORMAL, serão também COMPLEMENTOS os adjetivos que representam sintagmas preposicionados em função objetiva.

Nos sintagmas preposicionados abaixo relacionados, está contida relação objetiva:

Produção DE ENERGIA:	produzir ENERGIA
Conhecimento DE MATEMÁTICA	conhecimento MATEMÁTICO;
Alimentação DO HOMEM:	alimentar o HOMEM;
Poluição DA ATMOSFERA:	poluir A ATMOSFERA;
Abertura DOS PORTOS:	abrir OS PORTOS;
Ordenação DOS SACERDOTES:	ordenar OS SACERDOTES;

Tais sintagmas preposicionados podem ser, todos, transformados em ADJETIVO: ENERGÉTICA, MATEMÁTICA, HUMANA, ATMOSFÉRICA, PORTUÁRIA, SACERDOTAL que, embora

. precedidos de nome ABSTRATO;
. precedidos de nome ABSTRATO TRANSITIVO,

serão paradoxalmente analisados como ADJUNTOS ADNOMINAIS. Assim,

adjetivos que COMPLETAM nomes são ADJUNTOS; expressões que COMPLETAM substantivo são COMPLEMENTOS NOMINAIS...

3.4. A mesma observação pode ser feita em relação ao POSSESSIVO e ao RELATIVO CUJO, que vêm sendo sistematicamente analisados como ADJUNTOS ADNOMINAIS pela maioria dos gramáticos que seguem a NGB.

Exemplos de POSSESSIVOS como COMPLEMENTO NOMINAL:

Saí à SUA procura.
Ela saltou em MINHA defesa.
A destruição DA CIDADE; a destruição DELA; a SUA destruição.
"Nã achãdo hi ho arcebispo se partirã logo ao dia seguinte em SUA busca."

Exemplos de RELATIVO CUJO como COMPLEMENTO NOMINAL:

Não li o LIVRO. O resumo DO LIVRO foi pedido.
Não li o LIVRO CUJO resumo foi pedido.

O filme, CUJA aceitação foi incrível, recebeu o prêmio.
O filme, CUJA aceitação: aceitação DO FILME, aceitar o FILME.

3.5. Levanta-se, agora, o problema de palavras ou expressões que vêm sendo indevidamente analisados como ADJUNTOS ADNOMINAIS.
3.5.1. Palavras ou expressões que servem de COMPLEMENTO à significação relativa de nomes como pai, filho, irmão...

FILHO DE PAIS ILUSTRES

"Sete anos de pastor JACÕ servia,
Labão, pai DE RAQUEL, serrana bela..."

São igualmente relacionais as palavras FRENTE, LADO, FAVOR, CAUSA, CANTO, PONTA, CUME:

"em frente DE TI (em TUA frente);
ao lado DE MIM (ao MEU lado);
em favor DE NÓS (em NOSSO favor);
por causa DE VOCÊ (por SUA causa)."

3.5.2. Nomes inalienáveis exigem, sempre, modificador:

Ela tem olhos BONITOS.
Chegou com os pés FERIDOS.

3.5.3. A mesma idéia de relação, de dependência, própria do COMPLEMENTO NOMINAL, existe em:

braço DO RIO;
crista DA SERRA;
escudo DA FÉ,

em que os nomes substantivos estão usados figuradamente.

4. Embora nem todas as questões estudadas em nossa dissertação tenham sido aqui abordadas, dada a natureza do trabalho que ora se escreve, vamos a algumas conclusões.

Em primeiro lugar — e isso não é observação nossa, senão pensamento de todos os autores que têm-se dedicado ao assunto — é necessário que seja revista a terminologia 'termo acessório'para o ADJUNTO ADNOMINAL. Grande número de exemplos nos disseram da sua importância, equiparando-se ele, portanto, ao COMPLEMENTO NOMINAL, termo integrante da oração. Sugeriu-se mesmo que uma

outra denominação para o ADJUNTO ADNOMINAL fosse adotada.

Em seguida, gostaríamos de discutir se não seria salutar abolir-se a distinção ADJUNTO ADNOMINAL/COMPLEMENTO NOMINAL, de acordo, por exemplo, com o modelo das gramáticas espanhola, italiana e francesa.

Simplificação em excesso, diriam os mais apaixonados apologistas da dicotomia. Seria, porém, razoável em termos de metodologia didática, visto que ao iniciante bastaria SABER/RECONHECER que existem determinantes de nomes e determinantes de verbos. Seguir-se-ia um estudo gradativo, centralizado sempre em textos, dos determinantes opcionais e não-opcionais, seus valores semânticos. Isso levaria o estudante à conscientização de uma estrutura lingüística que ele, como falante, possui inconscientemente. O quadro atual das coisas é mais que sabido: o professor ministra ao aluno lições de ADJUNTOS/COMPLEMENTOS a partir da 5a. série, e o discente chega ao vestibular sem saber distingui-los. Como nós outros, muitas vezes.

De qualquer maneira, o conceito de COMPLEMETO NOMINAL necessita de reformulação. A definição que temos dele não nos serve, porque, em sua estreiteza, não atinge muitos tipos de estruturas que deixam transparecer a ocorrência de complemento. A lição do bom senso nos mostra que não se pode aceitar o complemento em função, somente, da transitividade.

Enfim, necessitam as gramáticas, os livros didáticos, e necessitamos nós, os professores de PORTUGUÊS, aproveitar as excelentes lições , os esclarecimentos fecundos que vêm sendo ministrados pela literatura lingüística.

NOTAS

1. Este artigo é um resumo de algumas observações apresentadas em nossa dissertação de Mestrado, intitulada "ADJUNTO NOMINAL/COMPLEMENTO NOMINAL: por uma simplificação de análise", defendida na FALE-UFMG, em 1983, sob a orientação da profa. Clara Grimaldi Eleazaro.

Ruth Monserrat

Marília Facó Soares

HIERARQUIA REFERENCIAL EM LÍNGUAS TUPI

RESUMO

Algumas línguas da família Tupi-Guarani apresentam uma Hierarquia Referencial que ocorre no nível morfo-sintático, na forma de prefixos verbais que especificam o sujeito ou objeto. É esta Hierarquia Referencial que determina a ocorrência de prefixos verbais de pessoa, nestas línguas.

Estudos recentes em universais lingüísticos [Hawkinson & Hyman (1974); Foley (1976); Silverstein (1977)] propõem a existência de uma hierarquia natural de tópico. Baseados nestes estudos tentamos encontrar evidências para o mecanismo da referida hierarquia em outras línguas da família Tupi-Guarani e em certas línguas que pertencem a outras famílias do ramo Tupi. Na conclusão do trabalho, formula-se a hipótese da existência de uma Hierarquia Referencial em estágios mais antigos das línguas discutidas — isto é, em Proto-Tupi —, o que fornece uma explicação para as mudanças que estão ocorrendo em seu estágio atual.

ABSTRACT

Certain languages of the Tupi-Guarani family present a Referential Hierarchy which occurs at the morphosyntactic level in the form of verbal prefixes that specify the subject or object It is this Referential Hierarchy that determines the occurrence of personal verbal prefixes in those languages.

Recent studies on linguistic universals [Hawkinson & Hyman (1974); Foley (1976); Silverstein (1977)], propose the existence of a natural topic hierarchy and provide evidence for the mechanism of the referred hierarchy in other languages of the Tupi-Guarani family and in certain languages which belong to other families of the Tupi stock. In the conclusion of the paper the hypothesis of the existence of a Referential Hierarchy in previous stages of the languages discussed — i.e., in Proto-Tupi-, is formulated which provides an explanation for the shifts taking place in their present stage.

1. A tese apresentada neste trabalho é a da existência no Proto-Tupi de uma HR (hierarquia referencial) sintático-semântica que condiciona a escolha dos prefixos marcadores de pessoa nas orações transitivas e que se expressa da seguinte maneira:se o agente é hierarquicamente superior ao paciente, ocorre o prefixo subjetivo; se o paciente é hierarquicamente superior ao agente, ocorre o prefixo objetivo.

Não encontramos na literatura lingüística disponível referência à existência de outro grupo de línguas com as mesmas características. Mas lingüistas que trabalham na linha da Gramática Relacional falam de "referencialidade inerente dos SN", e ainda de "uma hierarquia universal de topicalização", chamada de Hierarquia Tópica Natural (Hawkinson e Human 1974), de Hierarquia de Conteúdo Léxico Inerente (Silverstein, 1977) ou ainda Hierarquia Referencial (Foley, 1976), que é a seguinte, em termos universais:

falante > ouvinte > nome próprio (humano) > nome comum (humano) > animado> inanimado.

Em Foley (1976) se tem essencialmente a afirmação de que a estrutura referencial do nível oracional representa a organização básica da oração em termos da referencialidade inerente dos sintagmas nominais. Tal referencialidade pode se realizar, em uma dada língua, de diferentes maneiras; habitualmente se realiza pela ordem das palavras e, menos comumente, por morfemas de caso.

A forma particular de que se reveste a HR característica das línguas Tupi, manifestada por "morfemas de caso" (ao marcar, o verbo transitivo, a função correspondente ao referente mais alto

da oração na HR), insere esse grupo de línguas entre as menos comuns e seu estudo, por conseguinte, no âmbito dos menos triviais.

2. Baseamos nossa pesquisa nos dados referentes a 17 línguas[1], 15 delas pertencentes à família Tupi-Guarani (Tupinambá, Guarani paraguaio contemporâneo, Kaiwá, Guajajára, Tembé, Asurini, Tapirapé, Kamayurá, Parintintim, Kayabí, Urubu, Oyampi,Aweti,Satarê, Kokama), uma pertencente à família Munduruku (Munduruku do Cururu) e uma à família Arikém (Karitiana). Três dessas línguas parecem não apresentar evidências atuais da HR postulada:o Urubu e o Kokama, da família Tupi-Guarani, e o Karitiana, da família Arikém. No Karitiana ocorrem unicamente os prefixos objetivos, no Urubu, unicamente os subjetivos, e no Kokama ocorrem simultaneamente prefixos subjetivos e sufixos objetivos.

3. No que diz respeito ao funcionamento da HR na família Tupi-Guarani, constatamos que a maior parte das línguas apresenta uma HR nas formas verbais transitivas, que recebem quase sempre o prefixo referente ao papel desempenhado pelo referente hierarquicamente superior; constatamos ainda que o funcionamento de tal hierarquia é integral ou parcial conforme seja resolvida nessas línguas a relação sujeito 'eu'/ objeto 'você'. Em outras palavras, na maior parte das línguas a HR se mantém em todas as relações exceto naquelas em que se tem sujeito 'eu'/objeto 'você(s)' e sujeito 'nós'/objeto 'vocês', constituindo-se em possível situação de quebra da mencionada HR o fato de o verbo apresentar um prefixo cuja forma não corresponde à esperada, ou seja, não aparece o prefixo correspondente ao sujeito de 1a. pessoa do sin-

gular ou do plural. Assim sendo, torna-se possível agrupar a maioria das línguas da família Tupi-Guarani da seguinte maneira (cf. quadro 1):

I) *o prefixo tomado pelo verbo, em todas as relações transitivas, é o correspondente à função desempenhada pelo referente hierarquicamente superior, o que é dizer, a HR funciona integralmente. Estão neste caso as línguas Kayabi e Aweti;*

II) *nas relações sujeito 'eu'/objeto 'você' e sujeito 'eu'/objeto 'vocês', o prefixo tomado pelo verbo é uma aglutinação do prefixo subjetivo de 1a. pessoa e do objetivo de 2a. pessoa. O Satarê representa tal situação;*

III) *nas relações sujeito 'eu'/objeto 'você' e sujeito 'eu'/objeto 'vocês', o prefixo tomado pelo verbo coincide formalmente com o de sujeito da primeira pessoa do plural, rompendo-se aparentemente a HR, que, no entanto, mantêm-se nas demais relações. Estão nessa situação o Asurini e o Oyampi;*

IV) *na relação sujeito 'eu'/objeto 'você', o prefixo que ocorre junto ao verbo possui a forma do subjetivo de primeira pessoa do plural e, na relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês', o prefixo apresentado pela forma verbal é opo-, sem relação formal transparente com os demais prefixos da série relativos à primeira e segunda pessoas. Está nesse caso o Kamayurá*[2]*;*

V) *na relação sujeito 'eu'/objeto 'você', o prefixo tomado pelo verbo coincide com o do subjetivo de primeira pessoa do plural e, na relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês', o prefixo apresentado é ãpa - ou apo-, aparecendo também este último prefixo quando se trata da relação sujeito 'nós'/ objeto 'vocês'. Desse caso constituem exemplos as línguas Tapirapé (ãpa-) e Parintintim e Tupinambá (opo-);*

VI) *na relação sujeito 'eu'/objeto 'você', aparece junto ao verbo o prefixo com forma de sujeito de primeira pessoa do plural; na relação sujeito 'eu'/objeto 'vo-*

cês', ocorre o prefixo apo- ou apu-; e quando se trata da relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês', ocorre oropo- ou urupu-. Nessa situação se encontram o Guajajára, o Tembé e o Kaiwá.

4. A par dessa quebra da HR nas relações entre os referentes de primeira e de segunda pessoa, uma das línguas Tupi-Guarani, o Tupinambá, manifesta uma segunda quebra, agora na relação sujeito 'eu' ou 'você'/objeto 'ele', ao expressar o verbo simultaneamente o prefixo subjetivo e objetivo correspondente. A HR mantém-se, no entanto, quando se trata de terceira pessoa como sujeito, caso em que ocorrem os prefixos objetivos de primeira ou segunda pessoa.

5. Ao lado das línguas que apresentam HR, há, na família Tupi-Guarani, línguas em que tal HR aparentemente é inexistente. Nestas, ora agrega-se ao verbo exclusivamente o prefixo subjetivo, como no Urubu, ora usa-se simultaneamente um prefixo subjetivo e um sufixo objetivo, como no Kokama.

6. Por outro lado, as línguas não-pertencentes à família Tupi-Guarani apresentam comportamento distinto em relação à HR. Em uma delas, o Munduruku, essa HR é vigente quando se trata da primeira ou segunda pessoa em relação à terceira, mas inexiste entre a primeira e segunda pessoas, quando ocorrem exclusivamente os prefixos objetivos. O Karitiana, por sua vez, ao apresentar em todas as relações unicamente os prefixos objetivos, aparentemente não manifesta em absoluto nenhuma HR. Porém, se considerarmos que os prefixos que deveriam ocorrer no caso de terceira pessoa como sujeito e primeira ou segunda pessoa como ob-

jeto, são os objetivos, essa ocorrência no Karitiana poderia ser encarada como vestígio da HR.

7. A coexistência, na família Tupi-Guarani, de línguas com e sem HR, faz-nos levantar duas hipóteses a respeito desta.

Consideremos, inicialmente, a hipótese da aquisição da HR por parte de línguas da família Tupi-Guarani.

Em primeiro lugar, poder-se-ia supor estarem em fase final de aquisição da HR as línguas em que esta não funciona integralmente. Em outros termos, a HR já teria sido adquirida em todas as relações, faltando, para ser completado o processo, que a HR passasse a atuar na relação sujeito 'eu'/objeto 'você'. Entretanto, tal suposição torna-se pouco plausível, ao considerar-se que, na relação sujeito 'você(s)'/objeto 'eu', ou sujeito 'você(s)' / objeto 'nós', o fato de a forma verbal tomar o prefixo referente à primeira pessoa, e não à segunda, indica estar a HR em questão adquirida, no sentido de que aquela já tem prioridade semântica sobre esta. Reforço a este argumento pode ser encontrado na relação sujeito 'nós'/objeto 'você', em que, em todas as línguas examinadas,o verbo toma o prefixo de primeira pessoa (sujeito) e não o de segunda pessoa (objeto).

Em segundo lugar, supor que línguas da família Tupi-Guarani adquiriram a HR implica a necessidade de explicar, por um lado, a homogeneidade que os prefixos pessoais verbais apresentam nas línguas que têm a HR, e, por outro, a não-homogeneidade desses mesmos prefixos nas línguas que não apresentam HR. Tais fatos tornam difícil estabelecer, a partir das línguas sem HR, as proto-formas dos sufixos verbais e das relações semânticas entre essas formas e os referentes do discurso.

A outra hipótese que pode ser levantada é a de que a HR teria existido em toda a família Tupi-Guarani. Tem ela a seu favor o fato de que a maioria das línguas da família apresenta a HR. Além disso, certos fatores, como o funcionamento integral da HR em algumas línguas e as características bastante homogêneas do afastamento parcial da HR revelado pelas outras línguas da família (no caso da relação primeira pessoa como sujeito e segunda pessoa como objeto), permitem formular explicações razoáveis sobre uma quebra gradual e direcionada, num sentido muito definido, de uma HR vigente no proto-Tupi-Guarani[3].

8. Quanto à existência da HR no proto-Tupi, esta hipótese teria a seu favor as seguintes circunstâncias: o fato de línguas pertencentes a outra família que não o Tupi-Guarani, apresentarem HR funcionando parcialmente, como é o caso do Munduruku e do Karitiana; o fato de que o afastamento encontrado nessas línguas, em relação à HR, apresenta as mesmas características do afastamento encontrado nas línguas Tupi-Guarani.

Pode surgir a objeção, aqui, de que, para sermos rigorosos, deveríamos postular a HR num recuo histórico que abrangesse apenas um estágio intermediário, digamos, proto-Tupi-Guarani/Munduruku/Karitiana (se aceita a hipótese de existir pelo menos parcialmente HR nessa última língua). Não vemos, entretanto, razões suficientes para isso. Em primeiro lugar, não há motivação independente para considerar a existência de um tal estágio intermediário. Por outro lado, da mesma forma que não se revela suficiente para defender a hipótese alternativa de aquisição da HR por parte de línguas Tupi-Guarani o fato de algumas delas aparentemente não apresentarem atualmente HR, também não revela suficiente força a hipótese de aquisição da HR por parte de lín-

guas Tupi de outras famílias, fundamentada no fato de pelo menos uma delas, o Karitiana, não apresentar HR (se aceita a hipótese de não haver HR no Karitiana). Não teria força esse argumento porque nessa língua os prefixos que ocorrem no verbo são sempre os objetivos, o que aumenta a heterogeneidade dos possíveis postulantes a representantes das proto-formas Tupi e a dificuldade de estabelecer entre eles o mais provável: em outras palavras, o proto-Tupi marcaria, no verbo, os afixos relativos ao sujeito, ao objeto, ou aos dois simultaneamente?

9. Em face das questões levantadas, às quais a hipótese de aquisição da HR por línguas Tupi não permite responder, optamos pela hipótese de que o proto-Tupi possuía uma HR nos moldes delineados. Obviamente, dados novos que porventura surjam sobre outros membros desse tronco lingüístico podem vir a modificar nossa posição atual sobre o assunto. Por enquanto, não vemos razões convincentes para alterá-la.

10. Voltar-nos-emos, agora, para a situação dos seis grupos de línguas referidos em 3, com o objetivo de explicar a estreita ligação existente entre a HR e o funcionamento da prefixação no caso da relação primeira pessoa sujeito/segunda pessoa objeto.

A situação apresentada por esses grupos de línguas permite situar o início da quebra da HR na competição semântica entre os referentes de primeira e segunda pessoas[4], na relação específica sujeito 'eu'/objeto 'você', refletida no plano sintático pelo uso simultâneo dos prefixos de primeira e segunda pessoas, nessa ordem. Assim, teríamos

objeto / sujeito	você	vocês
eu	*(e)ne-[5] *a- *(e)re-	*a-
nós	*oro-	*oro-

Tabela 1

A postulação desse estágio justifica-se pelos estágios seguintes, embora ele não esteja atestado em nenhuma língua examinada.

O obscurecimento do sentido dessa forma algutinada de primeira e segunda pessoa permitiria em momento ulterior sua expansão analógica para a relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês'. A forma tomada em línguas atuais por essa aglutinação de prefixos é aro- e não *are- (ane-), como seria de esperar, o que poderia ter como motivação razoável a pressão analógica da forma oro-, também indicando a primeira pessoa, só que do plural. É a situação do Satarê,vista na tabela abaixo:

aro-	waro-	Satarê
oro-	oro-	

Tabela 2

Nas demais línguas, o processo teria seguido outra direção, em face da extensão analógica do uso simultâneo de dois prefixos também para a relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês', repetindo-se, além disso, a mutação vocálica de *e para o,igualmente por uma possível pressão analógica exercida pela forma oro-.

Em outras palavras: *a- + *pe- > apo - e não *ape-.Tal estágio, expresso na tabela 3, não está atestado integralmente em nenhuma língua atual, mas só a partir dele se podem entender as derivações seguintes.

aro-	apo-
oro-	oro-

Tabela 3

A partir desse estágio, quatro direções distintas revelam-se nos diferentes grupos de línguas: ou a pressão analógica da forma oro- (sujeito de primeira pessoa do plural) continua provocando nova mutação vocálica nas formas aglutinadas correspondentes a sujeito 'eu'/objeto 'você' e sujeito 'eu'/ objeto 'vocês',

$$\left\{\begin{matrix}\text{aro-}\\\text{apo-}\end{matrix}\right\} \quad > \quad \left\{\begin{matrix}\text{oro-}\\\text{opo-}\end{matrix}\right\}$$

como revela a situação do Kamayurá[6], expressa pela tabela 4:

oro-	opo-	Kamayurá
oro-	oro-	

Tabela 4

ou a pressão mostra-se no sentido de igualar formalmente os quatro representantes do paradigma, situação do Asurini e Oyampi:

oro-	oro-	Asurini, Oyampi
oro-	oro-	

Tabela 5

ou ainda, além de dar-se a mutação da primeira vogal do novo prefixo que expressa a relação sujeito 'eu'/objeto 'você' (aro- > oro-), mantém-se a forma anterior do prefixo algutinado apo-, que por sua vez se estende analogicamente para a relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês', situação correspondente a estágio anterior do Tapirapé (cf. explicação mais adiante);

oro-	apo-	proto-Tapirapé
oro-	apo-	

Tabela 6

ou ainda, finalmente, dá-se a mutação de aro- em oro-, mantém-se a forma apo-, mas o uso simultâneo do prefixo subjetivo e objetivo expande-se para a relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês', situação atual da língua Kaiwá e de estágio anterior das línguas Guajajára e Tembé (cf. explicação mais adiante).

oro-	apo-	Kaiwá, proto-Guajajára, proto-Tembé
oro-	oropo-	

Tabela 7

Um estágio mais avançado que o revelado na tabela 4 é o representado na tabela 8, abaixo, em que a forma opo- correspondente à relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês' se expande para a relação

sujeito 'nós'/objeto 'vocês'. É a situação das línguas Parintintim e Tupinambá[7]:

oro-	opo-	Parintintim, Tupinambá
oro-	opo-	

Tabela 8

O Guarani constitui caso à parte dentro desse grupo de línguas, pelo fato de ter perdido a vogal inicial nos quatro prefixos da série em questão, o que impede de sabermos qual das formas possuía em estágio intermediário, na relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês': apo- ou opo-?

11. A língua Munduruku, por sua vez, completou o processo de destruição da HR no que se refere aos referentes de primeira e segunda pessoas, no sentido da nivelação hierárquica dos referentes, nivelação essa exibida no uso exclusivo dos prefixos verbais objetivos, embora a HR continue vigente no caso da terceira pessoa sujeito. No caso da terceira pessoa como objeto, em que ocorrem nessa língua simultaneamente os prefixos subjetivo e objetivo — como é o caso, igualmente, do Tupinambá —, revela-se nova etapa de quebra da HR, que envolve a competição entre todos os referentes, e não mais apenas entre os referentes de primeira e de segunda pessoas.

Coloca-se, no caso do Munduruku, a questão sobre a existência de um estágio intermediário, em que ainda se revelaria, de alguma forma, a precedência da primeira sobre a segunda pessoa (que é a situação de todas as demais línguas, em que essa precedência se manifesta inequívoca e unanimente pelo menos na re-

lação sujeito 'nós'/objeto'você': oro-). Não temos elementos suficientes para provar nem que o Munduruku tenha passado por tal estágio, nem que tenha seguido processo independente, de quebra simultânea da HR nas quatro relações envolvendo os referentes de primeira e segunda pessoas.

12. Quanto ao Karitiana, ao manifestar essa língua a precedência absoluta do objeto sobre o sujeito (marcando somente o primeiro no verbo), teria levado até o fim o processo atestado em estágio intermediário no Munduruku; ou seja, a competição hierárquica entre os referentes, que no Munduruku está resolvida inteiramente apenas entre a primeira e segunda pessoa, no Karitiana prosseguiu, englobando a terceira pessoa e aparentemente completando o processo de destruição da HR.

13. A situação atual do Urubu, por outro lado, apresenta a resolução da competição entre os referentes em sentido oposto, no da precedência do sujeito sobre o objeto. Tal competição, como nos demais casos, aqui também teria começado pelos referentes de primeira e segunda pessoas, estendendo-se, em estágio posterior, para a terceira pessoa. Note-se que, no caso do referente de terceira pessoa, o conflito só teria surgido quando ele fosse o sujeito, pois a terceira pessoa como objeto já exigia os prefixos subjetivos correspondentes à primeira e segunda pessoas. O mesmo raciocínio, em sentido oposto, é válido para o Karitiana: o conflito só surgiria quando o referente de terceira pessoa fosse o objeto, pois, no caso de ele ser sujeito, o prefixo obrigatório já seria o objetivo de primeira ou segunda pessoa.

14. O Kokama revela um caminho parcialmente independente na

resolução da competição semântica entre os referentes do discurso. Destruiu a HR pela nivelação hierárquica dos referentes,marcando com afixos ambas as funções, de sujeito e de objeto.Embora, ressalve-se, o prefixo subjetivo, face a um sufixo objetivo, possa estar a demonstrar a precedência do sujeito sobre o objeto. A única novidade, no caso do Kokama, para a qual não possuímos qualquer explicação plausível, é a superficialização do objeto precisamente como sufixo verbal, à diferença das demais línguas Tupi investigadas, em que o objeto é sempre manifestado por prefixos verbais.

15. Queremos aduzir agora algumas considerações sobre as soluções dadas neste trabalho a diversas questões.

Sobre nossa hipótese de competição entre os referentes de primeira e de segunda pessoas, examinemos o seguinte:seria aro- [arɔ -], em Satarẽ, indício de que houve, em um dado estado da língua, competição entre a forma do prefixo que expressa sujeito 'nós': /oro-/ [ɔrɔ-] ? Um fato nos inclina a dizer que sim: se [arɔ-] fosse uma forma resultante de uma alteração vocálica sofrida pela primeira vogal da forma originária [* ɔ rɔ -](isto é, arɔ < *ɔrɔ), esperar-se-ia encontrar essa mesma alteração vocálica em outras ocorrências do prefixo que significa 'nós'; tal não ocorre: 'nós' é expresso por uruj- — que, ao que tudo indica, provém de *ɔrɔ -.

Uma outra evidência a favor da hipótese de uma competição entre os prefixos de primeira e segunda pessoas na relação sujeito 'eu'/objeto 'você', pode ser indiretamente observada em Oyampi. Vê-se em Oyampi que, a exemplo do que ocorre com as demais línguas em que a HR funciona de modo parcial, oro- é o prefixo que aparece junto ao verbo quando 'eu' é o

sujeito e 'você' o objeto. Entretanto, à diferença das demais línguas, o prefixo que o verbo apresenta em Oyampi, na relação sujeito 'você'/objeto 'eu', não é o de primeira pessoa do singular, e sim o de primeira pessoa do plural. Em outras palavras, em Oyampi o prefixo oro- passou também a ser usado na relação em que 'você' é o sujeito e 'eu' o objeto, após competir e suplantar, ao que indica a comparação com outras línguas da família, o prefixo de primeira pessoa do singular. Tem-se, pois,aqui, uma prova indireta de que em línguas da família Tupi-Guarani um prefixo, cuja forma é de primeira pessoa do plural, competiu e suplantou um prefixo de primeira pessoa do singular — o que também muito provavelmente deve ter acontecido na relação sujeito 'eu'/objeto 'você'.

Sobre a combinação entre primeira pessoa do singular e segunda pessoa do plural, examinemos o caso das línguas que apresentam o prefixo apo- ou apu- na relação sujeito 'eu'/ objeto 'você', levando em consideração os dados do Kaiwá,Guajajára, Tembé e Tapirapé.

Em Kaiwá, no caso considerado, aparece o prefixo apo- e em Guajajára e Tembé, o prefixo apu-, resultantes, pelo visto, da combinação de a-, primeira pessoa do singular, e po-. Não passaria tal possibilidade do terreno das suposições, se não houvesse uma evidência de combinação desses dois prefixos. Em Tapirapé, o prefixo usado na relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês' é ãpa-. Sabemos, desde o trabalho de Leite (1977) a respeito da classificação do Tapirapé na família Tupi-Guarani[8], que,nessa língua, houve duas regras de mutação vocálica com a seguinte cronologia.

1. a → ã
2. o → a

Tais regras, que estão em uma relação de "bleeding", (ou seja, de não-transparência) dão conta do aparecimento, em Tapirapé, de /ã/e de/a/, que não provêm, respectivamente, de *ã e de *a. Levando-se em conta as mencionadas mutações, teríamos, no que diz respeito à forma atual ãpa-, uma forma anterior (*apo > ãpa), que terminou por se transformar naquela. Ora, nesta forma reconstruída, *apo, voltamos a encontrar o que seria o prefixo de primeira pessoa do singular agregado a po-, presumivelmente uma forma que indicaria a segunda pessoa do plural.

Quanto ao Guajajára[9], *o passou a /u/, exceto quando estava em final de palavra ou seguido de sílaba que contivesse *o (isto é, *o > u/exceto -- (Co) #). Considerando-se apo- a forma da qual se teria derivado a atual forma apu-, temos,conforme é previsto pela cronologia de regras estabelecida por Leite, /a/ que provêm de *a e /u/ que se derivou de *o (pois, sendo apo- forma prefixada, *o não estava em final de palavra). Para o Tembé, tal explicação também valeria, porque este é um dialeto Tenetehara, assim como o Guajajara e, da mesma forma que neste último, teria havido em Tembé uma regra que alteraria *o em /u/.

Sobre a orientação da pressão analógica no sentido de a forma sujeito 'eu'/objeto 'você' ter influenciado a forma sujeito 'eu'/objeto 'vocês', sirvamo-nos, mais uma vez, dos dados do Satarê. Nessa língua, observamos que a aro- corresponde waro-, prefixo verbal usado na relação sujeito 'eu' /objeto 'vocês'. Se a existência de waro- se devesse a uma expansão do prefixo verbal utilizado na relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês', este último seria também waro- ou ter-se-ia uru(i)- ao se tratar da relação sujeito 'eu'/objeto 'vocês'. Entretanto, como é uru(i)- o prefixo verbal que expressa a relação sujeito nós/objeto 'vo-

cês', e ẽ warɔ- que está presente ao se ter 'eu' como sujeito e 'vocês' como objeto, presumimos que o uso de warɔ- resultou de uma analogia com aro-, o prefixo utilizado na relação sujeito 'eu'/objeto 'você'.

Evidência de que a competição entre os referentes de primeira e segunda pessoa prossegue em línguas Tupi é a alternância de formas revelada no Kayabi falado atualmente, nos prefixos pessoais correspondentes às relações sujeito 'vocês'/objeto 'nós': respectivamente ye- ~ pe-, e ore-~pe. Tal fato ocorre exclusivamente nessa língua, e constitui-se em quebra da HR no sentido da precedência do sujeito sobre o objeto, e não mais da primeira sobre a segunda pessoa.

Outra evidência do mesmo processo é manifestada no Guarani. Nessa língua há alternância entre ro- e po-, na relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês'. Mas,apesar disso, em ambas as situações a consoante intermediária entre o prefixo pessoal e a raiz verbal iniciada por vogal é h- e não r-, e h- só ocorre quando os prefixos precedentes são os subjetivos. Isso mostra que, se continua o processo de pressão analógica no sentido de estender a forma do prefixo que expressa a relação sujeto 'eu'/objeto 'vocês' para a relação sujeito 'nós'/objeto 'vocês', a forma resultante, po-, é ainda interpretada como expressando sujeito de primeira pessoa plural e não objeto de segunda plural, mantendo-se assim a precedência hierárquica da primeira sobre a segunda pessoa. Fato análogo ocorre no Tupinambá, onde as consoantes de transição entre o prefixo e a raiz verbal evidenciam precedência da primeira sobre a segunda pessoa, apesar de a forma do prefixo, nas relações sujeito 'eu'/objeto 'você(s)' — oro- e opo-, respectivamente —, aparentemente estar indicando o paciente e não o agente.

Finalmente, a situação do Tembé pode servir indiretamente como evidência positiva para a hipótese de que apu- e urupu-, prefixos que marcam, nessa língua, respectivamente, as relações sujeito 'eu'/objeto 'vocês' e sujeito 'nós'/objeto 'vocês', sejam formas aglutinadas de a- e po-, oro- e po-. Nessa língua, para a relação sujeito 'ele'/objeto 'vocês', a forma usada junto ao verbo é upu-. Ora, sabemos que u- é a forma do prefixo subjetivo de terceira pessoa; logo, o que estaria ocorrendo aqui é uma nova nivelação paradigmática, no sentido de marcar simultaneamente o sujeito e o objeto, funcionando (por enquanto) exclusivamente quando o objeto é de segunda pessoa do plural. Assim, a destruição da HR prossegue, no caso pela nivelação hierárquica dos referentes de segunda e terceira pessoas nessa relação específica, pois, quando a terceira pessoa é objeto, a HR mantém-se plenamente, ocorrendo os prefixos subjetivos.

16. Tendo examinado todo o material Tupi existente no Arquivo do Setor Lingüístico do Museu Nacional, concluímos que:

1) há evidências de uma HR que pode ser postulada inclusive para o proto-Tupi;

2) o início da quebra da HR dá-se pela competição semântica entre os referentes de primeira e segunda pessoas, na relação específica sujeito 'eu'/objeto 'você';

3) essa competição é refletida, no plano sintático, pela aglutinação dos prefixos subjetivos e objetivo;

4) a partir da aglutinação de tais prefixos, em algumas línguas ocorreram, por pressão analógica, mudanças na forma dos prefixos que marcam as relações sujeito 'eu'/objeto 'você(s)',

sujeito 'nós'/objeto 'vocês';

5) em algumas línguas continua o processo de quebra da HR, englobando na competição todos os referentes do discurso;

6) em algumas línguas, a hierarquização dos referentes do discurso, que é refletida no plano sintático pela prioridade da primeira sobre a segunda pessoa e destas sobre a terceira pessoa, cede lugar a uma nova hierarquização semântica entre agente e paciente, que é expressa sintaticamente da seguinte maneira:

a) o uso exclusivo do prefixo que expressa o sujeito indica que o agente tem precedência sobre o paciente;

b) o uso exclusivo do prefixo que expressa o objeto indica que o paciente tem precedência sobre o agente.

Infelizmente, as lacunas nos dados de muitas das línguas Tupi, ou a inexistência pura e simples de dados sobre diversas outras, não nos possibilitaram o levantamento exaustivo de todas as línguas do tronco Tupi — faladas ainda ou já extintas. Acreditamos que isso não invalida nossa hipótese, embora comprometa a possibilidade de documentar cabalmente os diversos estágios do processo de perda parcial ou mesmo total da Hierarquia Referencial, evidenciados, entretanto, pela não- homogeneidade da situação atual das línguas examinadas.

NOTAS

1. Os dados referentes às dezessete línguas mencionadas foram retirados de trabalhos que constam do Arquivo do Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ. Embora também tenham sido examinadas as línguas Diarrói e Si-

rionõ, essas não integram o trabalho, dada a insuficiência de dados. No entanto, os poucos existentes nos permitem verificar que: no Diarrõi, a HR funciona, no sentido de que a primeira e segunda pessoa têm precedência sobre a terceira; no Sirionõ, além de haver tal precedência, aparecem o prefixo referente à primeira pessoa — quando o sujeito é de segunda pessoa e o objeto de primeira — e uma forma prefixada resultante da seqüência do prefixo de primeira pessoa mais o de segunda pessoa.

2. De acordo com Seki (1980), as relações eu/vocês e nós/vocês são expressas pelo mesmo marcador, opo-. De acordo com Collins (1962), a relação eu/vocês pode ser expressa por opo-. Por outro lado, o mesmo formulário preenchido por Saelzer e Clapper (1974) e Harrison (1969) apresenta as relações eu/vocês e nós/vocês como sendo expressas, respectivamente, pelos marcadores opo- e oro-. Optamos pela representação oro- para a relação nós/vocês e opo- para a relação eu/vocês devido à maior unanimidade no registro dos vários autores consultados.

3. A se levar em consideração a posição atual de Aryon D. Rodrigues (comunicação pessoal) sobre o Aweti e Satarê, essas duas línguas não pertenceriam à família Tupi-Guarani. Tal fato viria reforçar o argumento em causa, de uma HR no proto-Tupi, pois é nessas duas línguas, precisamente, que a HR se mostra funcionando integralmente.

4. No caso da terceira pessoa em relação a uma outra terceira pessoa, tem-se a utilização do prefixo referente ao agente; paralelamente à HR, aqui se revela latente uma possibilidade que

se concretizará em certas línguas: a hierarquia de papéis semânticos dos referentes, isto é, a hierarquia entre agente e paciente.

5. A postulação de duas formas hipotéticas exclusivas *ene- ou *ere- deve-se à impossibilidade de se comprovar a proto-forma do prefixo objetivo de segunda pessoa. Observe-se que a estipulação da forma *ene- não é desprovida de sentido, em que pesem as aparências, uma vez que, em Sirionó, tem-se edepara o prefixo subjetivo e de- para o prefixo objetivo de segunda pessoa do singular.

6. Cf. nota 2.

7. A se concretizar a tendência revelada pelos dados de Seki (1980), o Kamayurá estaria representando esse estágio, juntamente com as línguas Parintintim e Tupinambá.

8. Cf. Leite (1977).

9. Cf. Leite (1977)

QUADRO 1

Língua	suj_1 /obj_2 suj_{1p}/obj_2	suj_1 /obj_{2p} suj_{1p}/obj_{2p}	prefs.subjs.(trans) e objets. 1	2	3	1pi	1pe	2p
1. Tba	oro	opo	a	ere	o	ya	oro	pe
	oro	opo	xe	nde	i	yande	ore	pe
2. Gn	ro (h)	po (h)	a	are	o	ya	oro	pe
	ro (h)	ro-po (h)	xe	ne		yane	ore	pene
3. Kw	oro	apo	a	ere	o	ya	oro	pe
	oro	oropo	xe	ne		yane	ore	pene
4. Gj	uru	apu	a	ere	u	ci	uru	pe
	uru	urupu	he	ne		zane	ure	pe
5. Tbe	uru	apu	a	ere	u	chi	uru	
	uru	urupu	he	ne		zane	ure	pu
6. As	oro	oro-pe	a	ere	o	sa	oro	pe
	oro	oro	se	ne		sene	ore	pe
7. Tpe	ara	ãpa	ã	ere	a	yi	ara	pe
	ara	ãpa	ye	ne		yane	are	pe
8. Km	oro	opo	a	ere	o	ya	oro	pe
	oro	oro	ye	ne		yene	ore	pe
9. Pt	oro	opo	a	ere	o	ti	oro	pe
	oro	opo	ñi	ne		ñane	ore	pe
10.Kb	a	a	a	ere	a	si	oro	pe
	oro	oro	ye	ene		yane	ore	pẽ
11.Ub	a	a	a	re	u	ya	ya	pe
	re	re						
12.Oy	oro	oro	a	ere	o	si	oro	pe
	oro	oro	e	ne		yane	ore	pe
13.Aw	a	a	a	e	wey	ti	ozoi	e'i
	ozoi	ozoi	i	e		kay	ozo	e'i
14.St	aro	waro	ati	eti	ti	wato	urui	ewei
	urui	urui	ui	e		ai	uru	ei
15.Ko			t	na	ay	pũnu		
			ta	n	y	ini		
16.Mu	e	ey	o	e	o	a	oce	epe
	e	ey	o	e	i	wɨy	oce	ey
17.Kt	a	ay						
	a	ay	ɨ	a		ɨy		ay

Observações

1. (Tba) - Obj_3 sempre ocorre, após qualquer pref. subjetivo antes da raiz.
2. (Gn) - na relação suj_{1p}/obj_{2p} há alternância ro~po
5. (Tbe) - em fonte de 1934, referência a upu para a rel. suj_3/obj_{2p}
10. (Kb) - rel. suj_{2p}/obj_1: ye-pe; rel. suj_{2p}/obj_{1p}: ore-pe
12. (Oy) - no voc. padrão, na rel. suj_2/obj_1, há a forma oro

Chave das abreviações usadas no QUADRO 1

1. Tba	Tupinambá
2. Gn	Guarani
3. Kw	Kaiwá
4. Gj	Guajajára
5. Tbe	Tembé
6. As	Asurini
7. Tpe	Tapirapé
8. Km	Kamayurá
9. Pt	Parintintim
10. Kb	Kayabi
11. Ub	Urubu
12. Oy	Oyampi
13. Aw	Aweti
14. St	Sataré
15. Ko	Kokama
16. Mu	Munduruku
17. Kt	Karitiana
pref.	prefixo
subj.	subjetivo
objet.	objetivo
trans.	transitivo
1	primeira pessoa singular
2	segunda pessoa singular
3	terceira pessoa
1pi	primeira pessoa plural inclusivo
1pe	primeira pessoa plural exclusivo
2p	segunda pessoa plural

REFERÊNCIAS

COLLINS, V. Formulário padrão. Arquivo de inéditos do setor de lingüística do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1962.

FOLEY, W. Inherent referentiality and language typology. Camberra, Australian National University, 1976. (Seminar)

HARRISON, E. Formulário padrão. Arquivo de inéditos do setor de lingüística do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1965.

HAWKINSON, A. & HYMAN, L. Hierarchies of natural topic in Shona. Studies in African languages, (5): 147-170, 1974.

LEITE, Y. A classificação do tapirapé na família tupi-guaraní. In: ROSSI, N., org. Línguas minoritárias do Brasil. (no prelo)

SAELZER, M. & CLAPPER, C. Formulário padrão. Arquivo de inéditos do setor de lingüística do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1974.

SEKI, L. Marcadores de pessoa do verbo kamayurá. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 12, 1980.

SILVERSTEIN, M. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W., ed. Grammatical categories in Australian languages. Camberra, Australian Institute of Aborigenous Studies, 1976.

Tânia Conceição C. de Souza

DAS MUDANÇAS MORFOFONÊMICAS EM PORTUGUÊS

RESUMO

Neste artigo, examino o fenômeno de sândi externo que afeta vogais iniciais e finais em fronteira de palavras em português. Os dados considerados foram coletados da fala de informantes do Rio de Janeiro.

Tais dados são usados para conferir as soluções propostas por Liberato (1978) e Simões (1981), em dois trabalhos dedicados ao mesmo problema. Argumenta-se aqui que as regras a serem formuladas devem ser restritas, em termos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Chega-se também à conclusão de que o sândi externo poderia ser melhor explicado se se levasse em consideração a análise espectrográfica.

ABSTRACT

In this article I examine the external sandhi phenomenon, which affects initial and final vowels at word boundary in Portuguese. The data I consider were collected in the speech of informants from Rio de Janeiro.

These data are used to check out the solutions presented by Liberato (1978) and Simões (1981) in two papers dedicated to the same problem. It is argued here that the rules to be formulated have to be restricted in phonetic, morphological and syntactic terms. It is also argued that external sandhi could be better explained if spectrographic analysis were taken into account.

O sândi externo em português foi objeto de dois trabalhos publicados na Revista Cadernos de lingüística e teoria da literatura - Alterações vocálicas em final de palavra e a regra de palatalização (Liberato, 1978) e Some sandhi rules in Portuguese (Simões, 1981).

Liberato faz uma análise gerativa de alguns processos fonológicos em limites de palavra, questionando se é possível se abrir mão da ordenação das regras em favor da simplificação da gramática. A regra de palatalização das consoantes "/t/ e /d/ diante de /i/ e /y/" também é estudada a fim de ser discutida a ordenação desta regra em relação às regras de supressão e semivocalização já ordenadas previamente.

Em linhas gerais, o trabalho de Simões se divide em duas etapas:

a. Aquela em que procura verificar se a teoria de Rotenberg[1] (1978) sobre a influência da sintaxe na fonologia funciona para o português; essa influência seria direta, não levando em conta as fronteiras de palavras, e isso explicaria a ocorrência de certos fenômenos fonológicos, tomando-se por base contextos sintáticos de vários tipos em diferentes níveis de estrutura.

b. Outra em que estabelece as "regras do sândi nas seqüências 'V # V' " que se aplicam a nível da sílaba, regras essas que vão evitar a seqüência $\left[\begin{smallmatrix} V \\ -acento \end{smallmatrix}\right] \left[\begin{smallmatrix} V \\ -acento \end{smallmatrix}\right]$ que não ocorre em português.

Uma regra de palatalização é estudada.

Ambos os trabalhos referidos acima apresentam conclusões das quais discordamos em face de conclusões por nós oferecidas anteriormente num estudo sobre o sândi externo no dialeto carioca[2] (Souza, 1979).

Ao estudarmos o sândi em português descrevemos o fenômeno e procuramos também explicar o porquê de sua ocorrência. Os dados e as soluções apresentadas diferem das de Liberato e Simões. É interessante, pois, compararmos esses trabalhos com os nossos, a fim de se discutir qual das soluções até agora oferecidas melhor explica o fenômeno do sândi externo em português.

A primeira observação que se pode fazer sobre os dados de Liberato e Simões é quanto ao tipo de seqüência vocálica estabelecida, na qual as regras do sândi operarão. Tanto para Liberato, quanto para Simões, o sândi só ocorre quando se tem a seqüência de duas vogais átonas em juntura vocabular, pois, quando uma das vogais é acentuada, "não ocorre nenhum fenômeno".

Observando-se, porém, os seguintes dados[3]

(1) V + Det
Sirva isso frio
sirvĩsu

(2) Det + V
Esse é teu, o outro é meu.
esɛ́ otrɛ́

verificamos que a ocorrência do sândi não se restringe apenas à seqüência de duas vogais átonas, pois nos exemplos (1) e (2) as seqüências são constituídas de vogal átona seguida por tôni-

ca, o que não bloqueou a ação do sândi.

Num outro grupo de exemplos

(3) Prep. + Pron.

pra ela é tudo igual

prɑɛ̄lɑ

(4) Det. + Nome

Este Edson me acaba.

eščyɛ̄ǰisō

(5) Adj. + Nome

Ele é o novo astro do cinema.

novwāštru

onde também se constata a seqüência V̆#V̄, não se registrou a queda da vogal átona, como acontecera nos exemplos (1) - (2).

Os dois grupos de dados acima mostram duas situações para vogal átona seguida por vogal tônica em fronteira vocabular: uma em que se dá a queda da vogal átona (ex. (1)-(2)) e outra em que a vogal se mantém (ex. (3)-(5)).

Um outro dado de Liberato e Simões que difere dos nossos se refere ao comportamento da vogal átona final ĭ quando seguido pela vogal átona inicial ĕ. No entanto, pudemos verificar essa queda em

(6) Sinto uma fome eterna.

fometɛ̄rnɑ

(7) Confere elemento por elemento
kõfɛrelemẽntu

Sendo assim, uma regra que descreva a queda da vogal átona i̯, apenas quando esta vem seguida de vogal idêntica (cf.: Liberato: 83 e Simões: 157), não daria conta dos nossos dados em (6) e (7).

Como dissemos no início, um dos objetivos de Simões é verificar se as regras do sândi em português se aplicam a nível de sentença, como propõe Rotenberg, isto é, se a sintaxe exerceria influência sobre a fonologia. Segundo Simões, as regras do sândi em português não estão sujeitas a nenhuma condição léxico-sintática, sendo condicionadas por traços prosódicos. O sândi ocorre através de vestígios, parênteses e fronteiras entre sentenças, o que contraria as proposições de Rotenberg, pois esses tipos de juntura bloqueariam a atuação das regras sob condicionamento sintático.

Segundo Simões, a única condição que faz com que a vogal se mantenha em qualquer contexto em juntura vocabular é a pausa entre os vocábulos, isto é, os enunciados devem ser pronunciados numa só emissão de voz, a fim de que possam se realizar as alterações fonológicas previstas.

Se de fato o sândi ocorresse apenas na seqüência V̆#V̆, seria correta a conclusão de Simões de que as regras do sândi em português dependeriam apenas de traços prosódicos.

Na nossa pesquisa (Souza, 1979), comparamos o tipo de sintagma onde a vogal se mantém, com o tipo de sintagma onde a vogal sofre queda e verificamos que essa alternância tem a ver com a estrutura de constituintes de cada um dos sintagmas. Portanto, era forçoso aventar a possibilidade de que o sândi ocorresse ou não na seqüência V̆#V́ sob condicionamento morfológico, dependendo da categoria lexical dos vocábulos envolvidos. Essa possibilidade estaria, assim, ao mesmo tempo contradizendo o que propõe Simões a respeito do nível de aplicação das regras do sândi, isto é, de que as mesmas não estariam sujeitas a nenhuma condição léxico-sintática, e favorecendo o proposto por Rotenberg: a sintaxe teria influência na fonologia.

Por outro lado, o comportamento verificado em relação à vogal i̯ nos evidencia que, também na seqüência V = V, teríamos que ter regras formuladas em termos de traços dos segmentos, pois observamos que:

(A) a vogal i̯ se mantém, passando a glide, diante das vogais tônicas ā, ō, ɔ̄, e ɯ̄, como se pode constatar nos exemplos abaixo:

(8) Ele teve Aldo nas mãos.
tevyāwdu

(9) Este ōtimo rapaz foi enganado.
eščyɔ̄čimu

(10) Come ovo todo dia.
komyōvu

(11) Ele escreve ūmido com "h".
iskrevyūmidu

(B) a vogal i̯ ora sofre queda, ora se mantém, diante das vogais í, ē e ɛ́, como se verificou respectivamente em (2) e em (4). Alternância essa também condicionada à constituição dos sintagmas.

Resumindo-se, então, o que mostramos até aqui, poderíamos prever que a ocorrência do sândi nas seqüências V̆ # V̆ e V̆ # V́ se verificaria sob dois tipos de condicionamento.

- fonológico segmental, para a seqüência constituída de vogal átona seguida por vogal átona;
- morfofonológico, para a seqüência vogal átona seguida por vogal tônica.

Entretanto, há certas evidências que nos levam a buscar um outro caminho para compreender a situação.

Se analisarmos o grupo de exemplos a seguir

(12) V + Nome

a. Paulo adora uva doce.

adɔrũvα onde a → Ø

b. Paulo adora uva.

adɔraũvα onde a se mantém

verificamos que a vogal átona cai ou se mantém em sintagmas semelhantes, portanto num mesmo ambiente gramatical. Note-se, porém, que, se os sintagmas estiverem em fim de enunciado, seguidos de pausa, o sândi não ocorre, mantendo-se a vogal na juntura. Logo, não é a natureza do sintagma que determinará a ocorrência do sândi.

Cabe notar aqui que o tipo de condicionamento, no caso a pausa, que estamos propondo para o bloqueio do sândi, é diferente do proposto por Simões anteriormente. Para nós, a pausa impede a queda da vogal, quando todo o sintagma vem seguido de silêncio; para Simões, a pausa bloqueia a queda quando esta ocorre entre os dois vocábulos que formam o sintagma.

A natureza do nosso tipo de condicionamento está relacionada à colocação do sintagma na frase e a fatores estilísticos, como a ênfase, a entoação e outros. A natureza do condicionamento oferecido por Simões está ligada a um fator de velocidade de fala, isto é, se os enunciados são pronunciados de forma mais lenta, as vogais se mantêm em todo e qualquer contexto em que se apresentem e independente da posição do sintagma na frase.

Sendo assim, estamos diante de uma condição primordial para a ocorrência ou não do sândi - a velocidade da fala.

Nossos dados foram, sempre que possível, gravados em duas

velocidades de fala - o andante e o allegretto[4]. Com esse tipo de gravação, a primeira constatação que fizemos foi que,na velocidade lenta, o andante, as vogais envolvidas na juntura não sofriam queda, ao contrário da velocidade mais rápida, o allegretto, na qual,dependendo dos traços dos segmentos, as vogais poderiam ou não ser elididas.

Baseando-nos nessa constatação, isto é, de que a velocidade de fala é condição básica para a queda de vogal, observamos que as regras que Liberato e Simões estabelecem em termos de "obrigatórias" ou "não-obrigatórias" para darem conta de fatos como

(13) Prefiro a cama azul.

a. kãmɑazũw (ANDANTE)

b. kãmazũw (ALLEGRO)

(14) Este é um filme importante

a. fiwmiĩportáči (ANDANTE)

b. fiwmĩportáči (ALLEGRO)

(15) Este é um povo unido.

a.povwunĩdu (ANDANTE)

b.povunĩdu (ALLEGRO)

(16) No quarto havia uma cama escura.

a. kãmɑiškũrɑ (ANDANTE)

b. kãmiškũrɑ (ALLEGRO)

(17) Preciso do cálculo exato.

a. kawkulwezãtu (ANDANTE)

b. kawkulezãtu (ALLEGRO)

não procedem, porque o problema aí não é questão de se optar ou não pela regra de queda de vogal, como no caso do encontro de vogais diferentes, ou de, obrigatoriamente, se ter que optar pela regra de queda no caso do encontro de vogais idênticas. O que temos aí são diferentes registros descritos em termos de diferentes emissões de fala. Portanto, formas como as apresentadas em (13)a, (14)a e (15)a não devem ser consideradas agramaticais - segundo a análise de Liberato e Simões -, pois elas ocorrem na modalidade andante.

Uma outra evidência contra a delimitação da ocorrência do sândi, tendo-se por base o ambiente gramatical dos sintagmas, são os exemplos (3) e (18), a seguir, analisados sob o ponto de vista de Lemle (1982), a respeito de duas categorias gramaticais - as preposições e as conjunções.

Segundo Lemle, as chamadas conjunções subordinativas ou conjunções conjuntivas podem ser analisadas como "sintagmas preposicionais nos quais a preposição rege sentença". Da mesma forma, podemos analisar "as chamadas conjunções subordinativas",incluindo-as na lista das preposições complementadas por sentenças[5].

Assim, diante do que propõe Lemle, isto é, o de abrir mão da categoria das conjunções, uma vez que as funções das conjunções e das preposições são análogas, tendo que se observar apenas o tipo de complemento (nomes ou sentenças) aos quais as referidas categorias estejam regendo, nos exemplos.

(3) Prep. + Pron.

Pra ela é tudo igual.

praɛ́lɑ onde a se mantém

(18) Prep. + Pron.

pra ela passar de ano tem que estudar.

prɛ̃lɑ onde a → Ø

seria mais uma vez constatada alternância entre queda e manutenção de vogal num mesmo ambiente gramatical, sem que os sintagmas venham seguidos de pausa, como acontecera nos exemplos (12)a. e (12)b.

Quanto ao objetivo de Liberato ao qual já nos referimos anteriormente - ordenação da regra da palatalização do /t/ e /d/ em relação às regras ordenadas de supressão e semivocalização — ficou estabelecido que a melhor solução seria também ordenar a regra de palatalização, uma vez que, desse modo, não ocorreriam seqüências agramaticais e que as regras ordenadas seriam em menor número e mais simples do que as não-ordenadas.

A observação que gostaríamos de fazer aqui não é quanto ao fato de se poder ou não prescindir de ordenação das regras e sim, quanto ao fato de ser a regra de palatalização considerada, no caso, uma regra do mesmo nível de aplicação das regras de supressão e semivocalização, uma vez que o que se tem aí são duas modalidades diferentes do fenômeno sândi.

As regras de supressão e semivocalização ilustram o sândi externo, ao contrário da regra de palatalização, que é um caso de sândi interno, já que o seu domínio de aplicação é a palavra, como observa Simões (cf.: p. 160).

Em face de todas essas mudanças morfofonêmicas resultantes da ação do sândi focalizadas até aqui, constatamos que o fenômeno em português é por demais complexo, refletindo que fatores de diferentes ordens se interrelacionam; daí a necessidade de

se buscar uma solução que possa satisfazer, de modo abrangente, a toda essa gama de implicações.

Se buscássemos uma solução no nível segmental, ou seja, tentássemos traduzir a ocorrência do sândi em termos de regras gerativas, tal solução não nos pareceria adequada. Essas regras seriam por demais complicadas: seria preciso que se criasse um grande número de reajustes para explicar que a alternância entre a queda e a manutenção de vogal está condicionada a diferentes fatores, segundo o tipo de seqüência que se esteja focalizado.

Essas regras teriam que dar conta dos seguintes fatos:

1. Na seqüência V̆#V̆ a alternância entre a queda e a manutenção teria que obedecer a dois tipos de condicionamento:
   (a) segmental: Essa alternância se verifica em função dos traços dos segmentos, isto é, a̲ e u̲ caem diante de qualquer vogal átona inicial de vocábulo e a vogal i̲ cai diante das vogais iniciais i̲ e e̲, e se mantêm diante das demais.

   (b) não-segmental: as alterações descritas em (a) só se verificam em determinada velocidade de fala.

2. Na seqüência V̆#V́ a alternância também estaria regida por dois tipos de condicionamento:
   (a) segmental: a natureza dos traços dos segmentos e o ambiente gramatical em que as vogais estão inseridas.

(b) <u>não-segmental</u>: a velocidade de fala e a pausa que, quando ocorre logo a seguir do sintagma em questão, bloqueia o sândi.

Do ponto de vista lingüístico, um conjunto de regras que se prestasse para descrever o sândi em português, atendendo àquela complexidade mostrada acima, não seria nem prático, nem econômico, mas, certamente, tais regras estariam sendo fiéis ao corpus.

Portanto, chegamos à conclusão de que o sândi não pode ser explicado através de um conjunto de regras circulares e <u>ad hoc</u> e procuramos um outro caminhao para solucioná-lo.

A outra possibilidade de abordar o problema é o de tentar determinar a ocorrência do sândi pelo contorno entoacional.

Uma locução, ou uma frase, apresenta diferentes graus de acento, sendo uns mais fortes do que os outros. Segundo Lemle (1968) uma frase com entoação neutra afirmativa tem acento mais forte no último constituinte da frase. Nos exemplos que estudaremos seguiu-se também o princípio de aplicação em ciclos de Chomsky & Halle (1968).

Focalizaremos então os exemplos apresentados anteriormente, procurando-se estabelecer relações entre a alternância da manutenção e queda de vogal e os diferentes graus de tonicidade da frase.

Aplicando-se a abordagem referida acima nos exemplos (3)-(5), onde a vogal se mantém, temos a seguinte distribuição dos graus de acento:

(3) $$\left[\left[\overset{2}{\text{pra}}\ \overset{2}{\text{ela}}\right]_{\text{praéla}}\left[\overset{3}{\text{é}}\ \left[\overset{4}{\text{tudo}}\ \overset{1}{\text{igual}}\right]\right]\right]$$

(4) $\left[\left[\overset{3}{\text{Este}}\ \overset{3}{\text{Edson}}\right]\left[\overset{3}{\text{me}}\ \overset{4}{\text{acaba}}\right]\right]$

eščyɛ̄ǰisõ

(5) $\left[\overset{2}{\text{Ele}}\ \left[\overset{3}{\text{ẽ}}\ \left[\text{o}\ \overset{5}{\text{novo}}\ \overset{4}{\text{astro}}\right]\left[\text{do}\ \overset{1}{\text{cinema}}\right]\right]\right]$

nowuāštru

Analisando-se os graus de tonicidade de cada um dos exemplos acima, constatamos que, quando a vogal se mantém, a tonicidade do vocábulo no qual a mesma está inserida é igual ou maior do que a tonicidade do vocábulo iniciado por vogal tônica[6].

Aplicando-se a mesma abordagem aos exemplos (1)-(2) que ilustram a queda de vogal, temos:

(1) $\left[\overset{2}{\text{Sirva}}\ \left[\overset{3}{\text{isso}}\ \overset{1}{\text{frio}}\right]\right]$

sirvísu

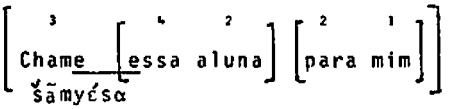
(2) $\left[\left[\overset{3}{\text{Esse}}\ \left[\overset{4}{\text{ẽ}}\ \overset{2}{\text{teu}}\right]\right]\left[\text{o}\ \overset{3}{\text{outro}}\ \left[\overset{4}{\text{ẽ}}\ \overset{1}{\text{meu}}\right]\right]\right]$

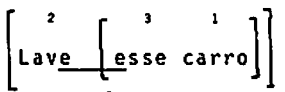
esɛ́ otrɛ́

Analisando-se os graus de tonicidade de cada um dos exemplos acima, constatamos que, quando a vogal sofre queda, a tonicidade do vocábulo onde a mesma está inserida é menor do que a tonicidade do vocábulo iniciado por vogal tônica.

O tipo de análise que propomos vem demonstrar que não é um número de regras ordenadas que resolve o sândi em português. Contudo, esse tipo de análise não nos faz abandonar totalmente a hipótese proposta por Rotenberg, como será mostrado a seguir.

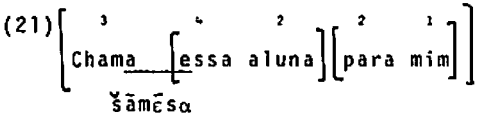
Se analisarmos os seguintes exemplos

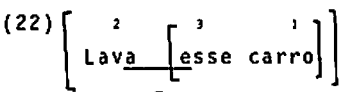
(19) 

(20) 

veremos que a vogal y̆ se manteve diante de vogal tônica, apesar de o contexto ser o de queda: a vogal átona está inserida num sintagma com tonicidade menor do que a do sintagma onde está inserida a vogal tônica.

Observemos a seguir alguns exemplos onde a vogal y̆ sofre queda em construções idênticas às dos exemplos (19)-(20):

(21) 

(22) 

Comparando-se as duas listas de exemplos, onde tanto o y̆, em (19)-(20), como o y̆, em (21)-(22), são sufixos de imperativo, verificamos que somente a vogal y̆ se mantêm, mesmo estando inserida no contexto descrito para queda[7].

Assim, a regra de queda do y̆ atuará segundo os graus de tonicidade da frase, exceto em algumas formas verbais. Tais for-

mas correspondem às formas imperativas de 2a. pessoa do singular, com você ou tu como sujeito, dos verbos regulares de 1a. e 2a. conjugação.

A explicação para o bloqueamento da queda do Y nos casos acima já foi por nós apresentada anteriormente (Souza,1981).A não aplicação dessa regra é devida ao fato de que tanto a regra de formação do imperativo, quanto a regra de queda do Y, são opacas, respectivamente, morfológica e fonologicamente[8].

Embora nos casos de imperativo nos deparemos com dois tipos de opacidade - morfológica e fonológica - nos parece que a opção da língua foi pela opacidade fonológica, evitando, assim, a opacidade morfológica, isto é, a impossibilidade de se determinar o status morfológico da vogal elidida.

Logo, levando-se em conta o que apresentamos acima - o bloqueio do sândi sob restrição morfo-sintática -, não deixamos de estar, de certa forma, corroborando o proposto por Rotenberg: a interrelação dos diferentes componentes da gramática, interrelação essa que acaba por se refletir nas cadeias de superfície.

Uma vez que a explicação para a ocorrência do sândi no idioma não depende apenas de um conjunto de regras fonológicas,concluímos, então, que o sândi ocorre, como se procurou mostrar, atendendo a um fator não segmental. Para o português, esse fator se baseia na relação entre a acentuação frasal e a acentuação vocabular. Isto é compatível com a caracterização do português como uma língua marcada pelo acento.

O argumento de que o sândi é um fenômeno resultante de fatores não segmentais vem ao encontro da proposta de Harms(1972), que mostra que as convenções e restrições fonéticas universais

são consideradas inerentes à capacidade de falar do falante. Alguns processos e mudanças que se realizam na fala não constituem regras fonológicas, mas são antes resultantes naturais de modos de articulação explicáveis universalmente pelos movimentos do aparelho fonador. A Fonologia deveria, assim, se restringir à explicação das regras segmentais específicas de uma língua, enquanto que a descrição dos processos naturais universais controlados por mecanismos neurais e motores caberia à Fonética.

Assim, o fato de a soluçao por nós apresentada, baseada em graus de tonicidade, não resolver o problema do sândi em português em sua totalidade - pois, no caso do imperativo dos verbos regulares, o sândi atua sob restrição morfo-sintática - nos faz sugerir que o fenômeno deva ser pesquisado sob outro prisma: um prisma, através do qual, não só se possa descrever o fenômeno, como também buscar sua explicação em termos mais gerais. Cremos que a análise espectrográfica certamente seria um caminho a percorrer e que traria soluções comprovadas fisicamente.

NOTAS

1. ROTENBERG, J. The syntax of phonology. Tese de Doutorado. Inédito, 1978.
   Não foi possível consultar diretamente o trabalho de Rotenberg; as noções que depreendemos foram conseguidas através de Simões (1981).

2. SOUZA, T. C. Clemente de. O sândi externo no dialeto carioca. Dissertação de Mestrado. Inédito. UFRJ, 1979.
   Nossa dissertação se resume em descrever e explicar o porquê da ocorrência do sândi no dialeto carioca. Foram foca-

lizados quatro grupos de seqüências vocálicas possíveis em juntura vocabular - V̆ # V̆; V̆ # V́; V́ # V̆; V́ # V́ - segundo a classificação das vogais em átonas (V) e tônicas (V). Tais seqüências vinham inseridas nos mais diversos contextos, contextos estes descritos em termos de diferentes faixas etárias, diferentes níveis de escolaridade, diferentes velocidades de fala e diferentes assuntos. Procuramos gravar nossos dados, sempre que possível, em duas velocidades de fala - o andante e o allegretto (Harris, 1969), sem medi-las instrumentalmente. Nossas gravações perfizeram um total de 8 horas.

3. O texto das frases não será totalmente transcrito. Para maior clareza transcreveremos apenas os vocábulos onde haja o contexto correspondente ao grupo de encontro vocabular estudado. As transcrições foram simplificadas, não se marcando acento primário, entoação, etc; as barras e colchetes foram abolidos.

4. Essa é uma redução da classificação quadripartite de modalidade de fala adotada por Harris (1969): largo (muito lento), andante (moderadamente lento), allegretto (moderadamente rápido) e presto (muito rápido)

5. Cf.: Lemle, 1982:245-249.

6. A decisão sobre a relação entre a alternância de queda e manutenção de vogal e os graus de tonicidade da frase está diferente da que foi apresentada em 1979.

7. A regra de queda do i̯ nas formas imperativas só deixa de

atuar no caso dos verbos regulares. No caso dos verbos irregulares, a regra se aplica normalmente:

(23) Ouve essa música.
ovĩsɑ

Sendo assim, a forma mãcikõmɑ ' mate e coma' apresentada por Liberato (cf.: p. 88) é para nós agramatical: por se ter aí a forma verbal imperativa de um verbo regular, a regra de queda do Ĭ não se aplica.

8. Para a definição de opacidade morfológica, vide Basílio, 1977:

> Uma regra é opaca se as cadeias de superfície em cuja produção ela está envolvida são analisadas como sendo produzidas por um tipo de derivação diferente que não envolve a aplicação daquela regra e quando as duas derivações estão em relação semântica de vínculo.

Para a definição de opacidade fonológica, vide Kiparsky, 1971:

Uma regra é opaca quando A → B / C — D se:

a) existir A em C —— D

b) existir B em ambientes outros que não sejam C —— D.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, M. Syntactic opacity: personal infinitive and future subjunctive in Portuguese. Texas Linguistic Forum. Austin, Texas, (6):84-221, 1977

CHOMSKY, N. & HALLE, M. A sketch of English phonology and phonological theories. In: ———. The sound patterns of English. New York, Harper & Row, 1968.

HARMS, R. T. Some nonrules of English. The University of Texas at Austin, 1972. (Inédito).

HARRIS, J. Some consonantal phenomena. In: ———. Spanish phonology. Boston, The M. I. T. Press, 1969.

KIPARSKY, P. A survey of linguistic science. In: DINGWALL, W.O., ed. Historical linguistics. Boston, University of Maryland Linguistics Program, 1971. p. 577-649.

LEMLE, M. Análise sintática: teoria e ensino. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, 1982. (Inédito).

———. Phonemic system of the Portuguese of Rio de Janeiro. Universidade da Pensilvânia, Dissertação de Mestrado, 1968. (Inédito)

LIBERATO, Y. G. Alterações vocálicas em final de palavra e a regra de palatalização. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (1):80-95, 1978.

SIMÕES, A. M. Some sandhi rules in Portuguese. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (5): 148-164,1981.

SOUZA, Tânia C. C. de. O sândi vocálico externo no dialeto carioca. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Lingüística, 1979. (Inédito).

———. Sândi vocálico em português - Homonímia e Opacidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 4, Rio de Janeiro, 1981.

Rosa Maria Assis Veado

REDUÇÃO DE DITONGO - UMA VARIÁVEL SOCIOLINGÜÍSTICA[1]

RESUMO

Este artigo trata das alternâncias ou~o e ei~e na fala casual e formal da região metropolitana de Belo Horizonte. Argumenta-se que tais alternâncias têm status de variável lingüística, não podendo, pois, ser explicitadas por regras estruturais categoriais. A tendência para a redução de tais ditongos está comprometida tanto com fatores internos, quanto com fatores externos ou sociais.

ABSTRACT

This paper dicusses the ou o and ei e alternations in the colloquial and formal registers of the Belo Horizonte metropolitan region. It argues that the above alternations have the status of linguistic variable and so can not be described by categorial rules. The tendency to reduce these diphthongs depends on internal as well as external or social factors.

1. Introdução

Analisando as alternâncias lingüísticas 'ou' - 'o' e 'ei' - 'e', em dados de diferentes situações de fala da região metropolitana de Belo Horizonte, pudemos observar que tais alternâncias têm status de variáveis lingüísticas, não podendo ser explicitadas por regras estruturais categoriais. A tendência para a redução de tais ditongos decrescentes está intrinsicamente comprometida tanto com fatores internos, quanto externos.

Em termos estruturais, são reduções que têm que ser explicitadas separadamente. A redução de 'ei' > 'e', por exemplo, é menos geral em termos de contexto fonético e, paradoxalmente ao 'ou', nem todas as suas ocorrências são passíveis de redução. Tanto há ambientes estruturais favorecedores, quanto há ambientes bloqueadores.

Já em termos não-estruturais, os dados coletados demonstram que a redução não é marcador de classe social, nem de idade, nem de sexo, mas índice de maior interação social na comunidade. Uma situação de fala marcada por traços [+ coloquial], [+ casual], tem peso decisivo na produção das variáveis (o) e (e). Segundo Lemle (1978), a supressão das referidas semi-vogais 'i' e 'u' avançou tanto que já deixou de ser percebida como marca lingüística de fala não- padrão no Rio de Janeiro. Realmente, os dados coletados em Belo Horizonte também demonstram que só mesmo num registro muito formal de fala é que os ditongos 'ei' e 'ou' ainda se mantêm sem redução, embora nunca categoricamente mantidos.

Para as análises apresentadas nas seções que se seguem, tomaremos como referencial uma amostra dividida em três blocos. Cada bloco apresenta uma situação de fala específica e cada situação de fala tem resultados e implicações diferentes:

BLOCO 01

	Classe Média (o)	(e)	Classe Alta (o)	(e)
Jovens Masc.	64/64	18/18	82/82	28/28
Jovens Fem.	16/16	22/22	22/22	16/16
Adultos Masc.	22/22	20/20	38/39	46/46
Adultos Fem.	12/12	36/38	14/14	18/18
Velhos	40/42	20/21	44/45	21/21
Velhas	44/44	24/24	40/40	23/23
	198/200 = 99%	140/143 = 97.9%	240/242 =99.1%	152/152 =100%

OVER ALL:
(o) 438/442=99%
(e) 292/295=98.9%

Tabela 01 = (o) e (e) na fala casual e do ponto de vista da estratificação social: classe, sexo e idade.

BLOCO 02

	Noticiários
ou > o	78/122 = 63.9%
ei > e	56/120 = 46.6%

Tabela 02 = (o) e (e) em noticiários.

BLOCO 03

	Leitura de Texto	Leitura de Palavras	
(o)	59/108 = 54.6%	30/126 = 23.8%	89/234 = 38.3%
(e)	40/96 = 41.6%	22/120 = 18.3%	62/216 = 28.7%

Tabela 03 = (o) e (e) em testes de leitura.

2. Contexto fonético

Em termos de contexto fonético, a redução de 'ei' a 'e' é bem menos geral que a redução de 'ou' a 'o', sempre passível de ocorrer. Não encontramos qualquer ocorrência de 'ou' que fosse bloqueada, por gerar uma realização gramatical. Já em relação ao ditongo 'ei', a situação é bastante diferente. Há segmentos consonantais que parecem bloquear a produção da variável (e), como é o caso das apicais em posição posterior:

(1) /t/ = feito, azeite, enfeita, seita, leite
*fẽto, *azẽte, *enfẽta, *sẽta, *lête

/d/ = peido
*pẽdo

/s/ = beiço
*bẽço

/l/ = leilão, Sheila
*lelão, *Shẽla

/n/ = reina, reino
*rena, *reno

O segmento consonantal /g/ (dorsal oclusiva) nos traz uma dificuldade. Há palavras como 'meigo', 'leigo', 'meiga', 'leiga', 'Veiga' que não são passíveis de redução:

(2) *mêgo (a), *lêgo (a), *Vêga,

mas há palavras como 'manteiga' que são, na fala coloquial, categorialmente reduzidas: 'mantêga'. Curiosamente, inclusive, encontramos numa propaganda da Casa Sears o registro de 'manteigueira', escrito de forma reduzida no primeiro ditongo (não-acentuado); o que não deixa de evidenciar a consistência da redução em um nível bem subjacente. [2]

Um segundo ambiente que bloqueia a produção de (e) é relativo à posição que ocupa no item léxico. Quando o ditongo 'ei' ocorre em final de palavra, a redução é categorialmente bloqueada. E, aí, a questão também não é morfológica. O bloqueio se dá independentemente da classe gramatical, de número e gênero. Quer dizer que ser nome ou verbo, ser masculino ou feminino, ter marca de pluralidade ou não, não tem qualquer influência na supressão da semi-vogal 'i'; o bloqueio se dá categorialmente. Como exemplos temos:

(3)

NOME		VERBO	
rei (s)	*rê (s)	falei	*falê
lei (s)	*lê (s)	sei	*sê
seis	*sês	amei	*amê
fôsseis	*fôssês	cheguei	*cheguê

Lemle (1978:69), considerando o /z/ e o /s/ como os segmentos consonantais (ambos, +alto) que mais favorecem a redução de 'ei' para 'e', argumenta que tal fenômeno pode ser caracterizado como uma crase [3]: "... o traço fonético que compartilham o /z/ e o /s/, à exclusão dos demais segmentos consonantais, é + alto e, assaz interessantemente, esse traço caracteriza também o segmento vocálico /i/". Lemle ainda vai mais adiante, dizendo que, se for constatado um relativo índice de simplificação diante do /r/ ([- alto]), tal redução poderia ser explicada como um processo de espraiamento de supressão para contextos consonantais não contendo o traço [+ alto]. Ora, tal justificativa não encontra respaldo em nossos dados. Excetuando dados do bloco 03, ou seja, dados de leitura, obtivemos um resultado de 415 ocorrências com 'ei' e, destes 415 dados, 66.5% possuem o segmento /r/. Dos 66.5% da amostra, ou seja, 276 dados contendo o segmento consonantal /r/, 83.6% foram reduzidos. Isto significa, então, que o maior contingente vocabular, bem como o maior percentual de redução, ocorrem com um segmento consonantal [- alto], que é o /r/.
Alguns exemplos:

(4) fêra, bêra, brasilêro, Figuerêdo, Ribêro, banderante, chêro, Perêra, minêra, financêra, quarterão, barrêro, primêro, intêro, cartêra, verdadêro, sujêra, bandêra, soltêra, companhêra, penêra, bananêra, pedrêro, manêra, etc.

Tal resultado afasta, de alguma maneira, a possibilidade de se considerar a simplificação de ditongo como um fenômeno de crase. Outro fator que desfavorece a hipótese do espraiamento no caso do /r/, é o fato de encontrarmos, na literatura especializada e em compêndios mais antigos, tal ambiente como pertencente ao rol dos mais favorecedores à simplificação do 'ei':

- "ei (dit.) - reduz a ê quando vem seguido de 'r,x,j': isquêro, chêro, pêxe, dêxe, quêjo, bêjo, berada" (Amaral, 1976 [1920]: 50)

- "a redução do ditongo 'ei' antes de palatal e até mesmo de /r/, normal no Brasil /.../ também se dá em Portugal" (Mello, 1981 [1917]: 127)

- Leite de Vasconcellos (1928) dá conta que ouviu de um deputado alentejano 'ribêra' por 'ribeira' (apud. Mello, 1981: 127).

- Leite de Vasconcellos (1928:347) atesta também que o ditongo 'ei', quer tônico, quer átono, condensa-se a 'ê' antes de consoante no falar popular, mas não faz nenhum realce aos segmentos consonantais /z/ e /s/ como mais favorecedores à redução do que qualquer outro segmento consonantal.

Assim, se tomarmos dados de fala contemporânea (em termos quantitativos ou percentuais de ocorrência) e referências ao tempo real (Cf. Labov, 1972), poderemos é suspeitar que o fenômeno da simplificação do 'ei' tenha se originado diante do segmento /r/, o que contraria toda a proposta de Lemle (1978). Aliás, conforme interessante observação do colega César Augusto Reis, o fato do /r/ ser a consoante mais próxima das vogais em termos acústicos também é um forte argumento (talvez o mais forte argumento) em

favor de que a simplificação tenha realmente se originado aí.

No caso da redução de 'ou', parece que também podemos descartar a hipótese da crase. Em relação a outros ambientes consonantais, o /r/ de modo algum desfavorece a produção da variável (o). E, da mesma maneira como ocorre com o ditongo 'ei', o ambiente consonantal /r/ é sempre mencionado como exemplicação do fenômeno de redução a (o). Por exemplo:

- "ou (dit.) - acentuado ou não, contrai-se em ô: pôço,tôro, locura. (Amaral, 1976 [1920]: 50)

- "o ditongo 'ou' absorve o 'u': ôro, tesôro" (Coutinho, 1971 [1938]: 333)

3. Fala coloquial

3.1. Ambientes estruturais

Isolados os casos não-passíveis de gerar (e), encontramos um alto índice percentual de redução: 99% tanto para gerar (e), quanto para gerar (o). De um total de 737 dados registrados de fala coloquial, apenas 07 ítens não foram reduzidos e, mesmo assim, podem ser justificados como mudança de código dentro do discurso. É o caso de 'tesouro', usado todas as vezes no sentido metafórico e de 'lareira', também usada enfaticamente, pois o falante teve a intenção de ironizar o requinte e o formalismo de uma determinada situação.

Com tal resultado, podemos observar que a fala casual favorece sobremaneira a redução de 'ei' e de 'ou' (o que, aliás, não nos causa surpresa alguma). Uma vez passível de redução e sendo fala casual, a simplificação ocorre 99% dos casos, independentemente de fatores estruturais como:

(5) (a) posição que ocupa no item lexico:

(o) ôro, tôro, amô

(e) êra, bêra

(b) traços [± acento] :

(o) ôro, popança

(e) fêra, dexar

(c) segmentos consonantais:

(o) Pôco, ôtras, ôve, Pôso, poquinho,popança dotor, ôço, rôpa, rôba, ôro, etc.

(e) fêra, dexei, banderante, mantêga, ribêro, quêjo, quêxo, pêxe, fejão, têma, trenamento,etc.

Na fala casual, traços morfológicos, como singular vs. plural, masculino vs. feminino, nome vs. verbo, também não têm qualquer peso no maior ou menor favorecimento da redução. Sendo fala casual, a probabilidade de redução é de 99%, independentemente de qualquer traço morfológico:

(6) (o) pôco, pôcos, pôca, pôcas.
ôtro, ôtra, ôtras, ôtros//popar,popança

(e) intêro, interar
brasilero, brasilera, brasileros(as)

3.2. Fatores não-estruturais: classe social,idade e sexo.

Conforme podemos observar na tabela 01 e nas figuras 01-03 a seguir, fatores sociais como idade, sexo, classe social não têm qualquer influência no favorecimento ou desfavorecimento da redução. Um falante jovem (19 anos) ou adulto (40 anos) ou velho (70 anos) tem a mesma produção percentual de monotongação na fala casual:

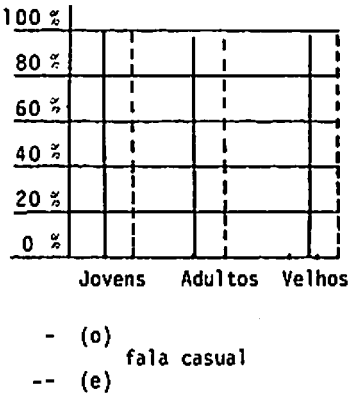


Figura 01

Da mesma maneira que ocorre com a idade, a redução se dá quantitativamente em falantes da classe alta e da classe média baixa e em falantes do sexo masculino e feminino (Cf. figuras 01, 02 e 03). Nenhum destes fatores, ou seja, classe social e sexo, influencia a mais ou a menos a produção de (e) e de (o):

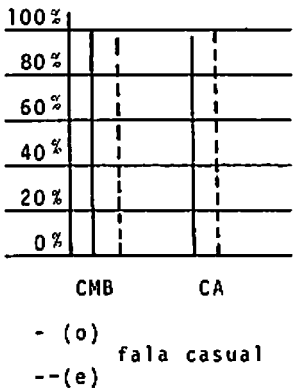


Figura 02

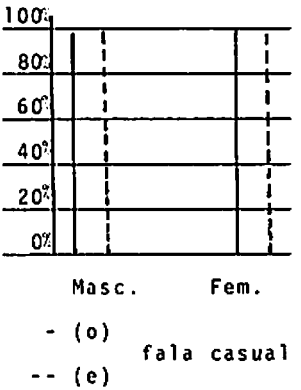


Figura 03

Assim, podemos levantar, por agora, a hipótese de que a redução de ditongo não é marcador nem de idade, nem de sexo, nem de classe social, mas, possivelmente, de um estilo. No caso, es-

tilo casual, cotidiano e/ou solidário.

4. Fala cuidada

No uso mais formal de fala, a redução não se realiza da mesma maneira registrada no casual. Há ambientes estruturais mais favorecedores que outros, os quais não são coincidentes para a produção de (e) e de (o). Tomando os noticiários como amostra de fala cuidada, obtivemos um resultado de 64% (78/122) de (o) e 46.6% (56/120) de (e), o que significa que a variante (o) tem maior percentual de ocorrência que (e), na fala mais formal.

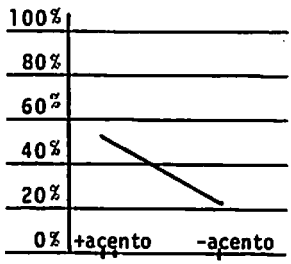
4.1. Ambientes estruturais

4.1.1. Os ambientes estruturais detectados com relação ao 'ei > e', foram os seguintes:

(7) Quanto à acentuação:

a. + acento = 52/101 = 51.48%

b. - acento = 4/19 = 21%



(e) fala cuidada

Figura 04

O ambiente + acento atua como mais favorecedor que - acento. Proporcionalmente, o ambiente -acento chega a atuar como desfavorecedor da redução de 'ei'.

(8) Quanto à posição que ocupa no item léxico

a. final: bloqueia-se a redução a (e)
b. interna: 54/118 = 45.7%
c. inicial: 2/2 = 100%

Como já dissemos, o ambiente final de palavra bloqueia a produção de (e) e, conforme podemos observar nos resultados acima, não temos dados suficientes para avaliar a questão de grau de favorecimento em relação à posição do 'ei' na palavra. O número de dados em posição inicial é reduzido (02); é reduzido até mesmo no dicionário e, por vezes, não são palavras que façam parte da fala cotidiana.

(9) Quanto ao segmento consonantal

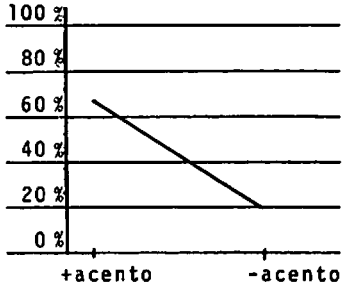
O maior contingente vocabular e o maior percentual de redução a (e) se dá com o segmento posterior - alto /r/, sobre o qual já nos referimos. Restam-nos, pois, poucos dados, os quais podemos agrupar nos seguintes itens léxicos:

. deixar, beijar, peixe, queixo

4.1.2. Já com relação a 'ou > o', encontramos os seguintes ambientes:

(10) Quanto à acentuação:

a. [+ acentuado]: 76/112=67.8%
b. [- acentuado]: 2/10 =20 %

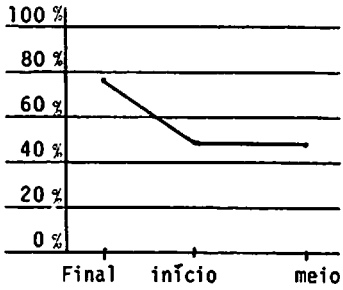


(o) na fala cuidada

Figura 05

Em graus diferentes, o ambiente +acento favorece consideravelmente a redução. Proporcionalmente, podemos dizer que o ambiente -acento atua como ambiente desfavorecedor, o que também ocorre com a redução de 'ei > e'.

(11)Quanto à posição que ocupa no item lexico



(o) na fala cuidada

Figura 06

a. final: 52/66 = 78.7%

b. interna: 10/22 = 45.4%

c. inicial: 16/34 = 47%

Em termos posicionais, o ambiente que mais favorece a redução é final de palavra, embora não se possa dizer que as ou-

tras posições a desfavoreçam. A questão é só de grau.

(12)Quanto ao segmento consonantal

Exluindo o ambiente +final de palavra , que ocupa o maior espaço quantitativo dos dados -(66/122 = 54%) -,só nos restam 56 dados. Destes, 44 foram ocupados pela alta freqüência dos seguintes itens lexicos:

. outro = 10/18 = 55.5%
. pouco = 8/12 = 66.6%
. ouvi = 4/14 = 28.5%

Os demais 12 casos apareceram uma ou duas vezes, não contendo ambientes que pudessem ser comparados uns aos outros. Por exemplo: poupança, Pouso, roubo, etc. Portanto, não temos dados suficientes para dizer se o segmento consonantal tem ou não influência na maior ou menor produção da variável (o).

4.2. Casos de redução e ditongação não incluídos na contagem

4.2.1. 'ei > e'

Foram registrados casos invertidos, ou seja, monotongo sendo ditongado (o que já foi mencionado por vários gramáticos), como é o caso de 'geinte' e 'meis'. Também registramos dois casos de alçamento do (e), quando vem de 'ei': 'carririnha' e 'manirice'[4].

4.2.2. 'ou > o'

Foram registrados casos de redução a 'o' (alguns

alçados a 'u'), quando este 'o' vem de 'ol': pouvilho ~ povilho; resouvi ~ resovi ~ resuvi; poutrona ~ potrona.
Invertidamente, foi coletado, na fala diária e em noticiários, o monotongo 'o' ditongado. São casos claramente usados em situações de ênfase ou prestígio: telefoune, alou, professoura, Countagem, etc. Houve um caso de 'ou' reduzido, mas com tom aberto: rôba

5. Leitura de palavras e de textos[5]

Na leitura de texto, ou melhor, de sentenças, o falante demonstrou um comportamento bem semelhante ao que foi registrado na fala de noticiários e entrevistas, tanto na produção de (o), quanto na produção de (e). Já na leitura de palavras soltas, o percentual de redução baixa significativamente.A liderança é sempre da variável (o), embora na leitura de palavras a diferença não seja nem um pouco significativa, conforme pode-se ver na figura 07, abaixo.

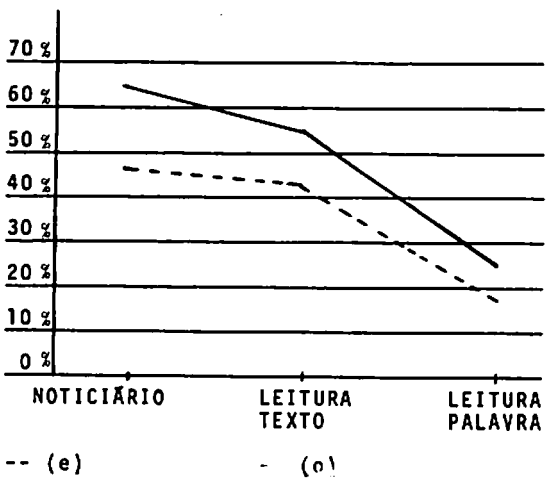


Figura 07

É interessante observar que o ambiente final de palavra continua mantendo um alto e consistente índice de redução a (o), seja na leitura de sentenças, seja na leitura de palavras avulsas:

(13) (a) Leitura de texto. 49/60 = 81.6% (contra 19/48 = 39.5%, nos demais ambientes).

(b) Leitura de palavra: 20/42= 47.6% (contra 10/82 = 12 %, nos demais ambientes).

(c) Fala cuidada : 52/66=78.7% (contra 26/56 = 46.4%, nos demais ambientes).

(d) Fala coloquial: 100%

6. Variável estável ou mudança em progresso?

Os dados que temos do tempo aparente (Cf. Labov,1972, para maiores explicações) não nos oferecem pistas ou argumentos em favor da hipótese de considerar as variáveis (e) e (o) em processo de mudança progressiva. Jovens, adultos e velhos reduzem semi-categorialmente, ou seja, 99% na fala coloquial. Isso significa que a geração mais nova está manifestando um comportamento idêntico à geração mais velha. Se os mais jovens reduzissem mais que os velhos e adultos, começaríamos a suspeitar de uma mudança em progresso, o que não é o caso.

Do ponto de vista do tempo real (Cf. Labov, 1972) o que se pode dizer é que o fenômeno da redução é muito antigo na língua portuguesa. Tanto no Brasil, quanto em Portugal, temos

notícias de casos de redução na literatura especializada e em gramáticas mais antigas:

Gladstone Chaves de Melo (1981 [1917]: 127) diz que a redução de ditongos é um fenômeno muito antigo na língua, o que se pode ver através de textos de outras eras como por exemplo, Vieira, onde se encontra: lôco por louco; trôxe por trouxe e onde se lê:

(14) "Era alejado de um braço" (Sermões, XIII)

(15) "O mar com os pexes ouvintes" (Sermões, II)

Gladstone (1981:126-7) faz também referência a Gonçalves Viana (1892), que, na transcrição das três primeiras estâncias de Os Lusíadas, registra, segundo pronúncia de 1892, o uso de 'ôtro' para 'outro' no verso:

(16) "Que ôtro valor mais alto se alevanta"

Gonçalves Viana (1892:56) também diz o seguinte: "o 'ei' antes de X e j pode, quando tônico, proferir-se simplesmente 'e'" . Registra também a pronúncia 'tirô' para 'tirou' e 'trôxe' para 'trouxe'.

Amadeu Amaral (1976 [1920]: 50) dá-nos os seguintes registros:

— ei (dit) - reduz-se a ẽ quando seguido de r,x,j: isquẽro, arquero, chẽro, pẽxe

— ou (dit)- a) acentuado ou não,contrai-se em õ: põco, tôro, locura,rõpa,etc.

b) nas formas verbais em que o acento tônico recai em 'ou', este, às vezes, se contrai em Õ: rõba, afrõxe, estõre.

Leite de Vasconcelos (1928:280) diz: o ditongo 'ou' da língua literária está representado de 3 maneiras:

a) õ ou ô = pôco, rôco, ôtro
b) oi
c) ôu

Ismael Coutinho (1971 1938 :332-3) diz que na pronúncia brasileira os ditongos 'ei' absorvem o 'i' na língua vulgar antes de palatal: quêxo, bêjo e o ditongo 'ou' absorve o 'u': ôro, tesôro

Apesar de termos alguns dados do tempo real comprovando a progressão das variáveis (e) e (o), o mesmo não ocorre com dados do tempo aparente. Por isso, não podemos conjugar estes dois componentes básicos propostos por Labov (1972) na caracterização de uma mudança em progresso. Já a estabilidade ou a sedimentação da redução pode ser evidenciada pelo relativo alto índice de redução nas leituras, onde o falante é estimulado a reproduzir a forma escrita (no caso, ditongada) e, mesmo assim, faz uso da simplificação (Cf. tabela 03). Da mesma maneira, se na fala de noticiários, ou seja, no uso de fala mais padrão, o resultado da redução alcança um percentual médio de 50%, isto significa que a redução já deixou de ser marca de fala casual, expandiu-se para estilos de fala mais cuidada, como atesta Lemle (1978) para a fala do Rio de Janeiro, e vem-se mantendo como uma variável estável.

7. Conclusão

7.1. Do ponto de vista da estratificação social

Pudemos observar que as variáveis (o) e (e) não são marcadores de classe social, nem de sexo ou idade. Falantes de classe social alta ou baixa, adultos e jovens, homens e mu-

lheres reduzem quase que categorialmente quando a fala é casual. Nas realizações de fala mais cuidada, a simplificação é liderada pelo (o), mas tanto o (o), quanto o (e), apresentam um alto índice de redução, o que nos impede de dizer que esta seja marcadora de fala casual em oposição à ditongação que seria marcadora de fala cuidada. O que podemos dizer é que os contextos de fala casual favorecem em 99% (semi-categorialmente) a redução e os contextos mais formais favorecem menos. A questão parece ser apenas de grau. Percentuais de 64% para (o) e 46% para (e), em noticiários, constituem-se em fortes argumentos em favor de não se afirmar que a fala cuidada desfavorece a redução, que já deixou, pois, de ser marca de fala coloquial, atingindo níveis de fala mais elaborado. Exatamente por atingir níveis de fala mais elaborado, como a LEITURA, é que evidenciamos a estabilidade e a consistência da redução na língua portuguesa, em oposição à hipótese de uma mudança em progresso que não teve qualquer respaldo nos dados coletados.

7.2. Do ponto de vista da estruturação interna

Pudemos observar que:

(17)(a) o traço + acento favorece consideravelmente a produção das duas variáveis (e) e (o);

(b) o contexto fonético permitido para (e) é bem menos geral que para (o), que não possui ambientes bloqueadores;

(c) o 'ou' em final de palavra é o ambiente que tem maior percentual de redução em todos os estilos de fala, em oposição ao 'ei' em final de palavra, que tem a redução bloqueada;

(d) traços morfológicos como nome e verbo, singular e plural, masculino e feminino não influem no maior ou menor uso das variáveis (o) e (e).

Finalmente, pudemos constatar que a questão é complexa, merece um estudo minucioso e que somente uma abordagem do ponto de vista sociolingüístico dará conta de explicá-la, já que tanto há ambientes estruturais determinados, quanto há fatores sociais bem definidos que têm que fazer parte do corpo da(s) regra(s) responsáveis pela redução dos ditongos 'ei' a 'e' e 'ou' a 'o'.

NOTAS

1. Este trabalho é, na verdade, um estudo piloto, que servirá como ponto de partida para um estudo mais aprofundado sobre a questão da redução de ditongos em Português, sobre o ponto de vista sociolingüístico.

2. Num mesmo item léxico, a pronúncia duplamente ditongada causa estranheza aos falantes nativos que, em geral, ficaram em dúvida quanto a forma dicionarizada: manteigueira ou mantegueira?
   Nos testes de leitura, a pronúncia de duplo ditongo é percentualmente muito baixa e a tendência do falante é reduzir o primeiro ditongo e manter o segundo (+ acentuado),isto quando não se reduzem ambos os ditongos de um mesmo item. Exemplos testados:

   madeireira = madereira
   Teixeira = texeira

   (não foi registrado nenhum uso de 'madeirera')

3. Com intuito de sugerir linhas de pesquisa, Lemle apresenta algumas observações sobre certos traços característicos do Por-

tuguês falado no Rio de Janeiro por falantes de baixa escolaridade.

4. Cf. Viegas, M. C. e Veado, R. M. (1982), a respeito dos ambientes que favorecem o alçamento de o > u e de i > i.

5. O que estamos rotulando de leitura de textos constitui-se de sentenças compostas, extraídas de jornais e revistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. O dialeto caipira. 3a. ed. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática histórica. 6a. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971.

LABOV, W. Sociolinguistic patterns. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

———. On the use of the present to explain the past. In: PROCEEDINGS OF THE ELEVENTH INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTICS, Bologna, 1974.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L. M. P., org. Lingüística e ensino do vernáculo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

MELO, Gladstone Chaves de. A língua do Brasil. 4a. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1981

TRUDGILL, Peter. Sociolinguistics: an introduction. New York, Penguin, 1979.

VASCONCELLOS, Leite de. Opúsculos-dialetologia. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928. Vol. II

VIANA, A. Gonçalves. Exposição da pronúncia normal portuguesa. Lisboa, 1982.

VIEGAS, M. C. & VEADO, R. M. Alçamento de vogais pretônicas. Cadernos de lingüística e teoria da literatura, Belo Horizonte, (7): 53-70, 1982.

Marco Antônio de Oliveira

RESÍDUOS HISTÓRICOS COMO UM CASO DE VARIAÇÃO SINCRÔNICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de se mostrar como o presente pode ser usado para se explicar o passado. Os dados sincrônicos utilizados aqui se referem à regra variável de concordância entre sujeito e verbo no português coloquial moderno do Brasil. Conforme já foi notado na literatura sobre este problema, algumas classes verbais apresentam uma freqüência maior de neutralização entre a 3a Pessoa do Plural e a 3a Pessoa do Singular do que outras classes. Este fenômeno foi explicado tanto em termos do princípio da saliência fônica, quanto em termos de uma interação entre regras fonológicas e sintáticas. A questão diacrônica, por outro lado, se refere à origem da terminação verbal -ão na terceira pessoa do plural do Perfeito do Indicativo. Para esta questão podemos encontrar também mais de uma resposta na literatura. Procuro mostrar aqui que a terminação -ão em questão é uma criação analógica, e que a maioria dos casos de neutralização entre a 3a PP e a 3a PS no português coloquial brasileiro é herdada, ou seja, estes casos constituem resíduos históricos refletidos no português de hoje.

ABSTRACT

This paper is an attempt to show how the present can be used to explain the past. The synchronic data that I use have to do with the variable subject-verb agreement rule in Modern Colloquial Brazilian Portuguese. It has been noted in the literature on this question that some verbal classes present a larger frequency of neutralization between 3rd Person Plural and 3rd Person Singular verbal forms than other classes. This has been explained either in terms of the principle of phonic salience or in terms of an interaction between phonological and syntactic rules. The diachronic question has to do with the origin of the verbal ending -ão in the 3rd Person Plural of the Perfect of the Indicative, for which more than one answer is found in the literature. It is argued here that the verbal ending -ão of the 3rd PP of the Perfect of the indicative is an analogical creation and that most of the cases of neutralization between 3rd PP and 3rd PS in Modern Colloquial Brazilian Portuguese are inherited, i.e., they constitute historical residues reflected in present day Portuguese.

1. Apresentação do problema

Embora o português seja uma língua cuja história é bem documentada, ainda há numerosos pontos de controvérsia envolvendo a explicação de alguns fatos históricos. Um destes pontos se refere ao desenvolvimento das formas verbais de Terceira Pessoa do Plural (daqui em diante 3PP) do Perfeito do Indicativo, a partir de suas fontes latinas. Tomemos como exemplo a forma amaram. Esta forma, que termina num ditongo nasal não-acentuado [-ẽw̃], tem como seu correspondente latino a forma ama(ve)runt. De acordo com os desenvolvimentos fonéticos ocorridos do latim vulgar para o português, a forma ama(ve)runt se desenvolve em amarom que é, na verdade, a forma do português antigo:

(1) *ama(ve)runt* > *amarun* > *amarom* [ɐ'marõ]

Contudo, no português moderno encontramos um [-ẽw̃] final, e não um [-õ] final.

A questão que podemos levantar aqui é: qual é a origem do ditongo nasal final não-acentuado na 3PP do Perfeito do Indicativo no português padrão moderno?

Se examinarmos a literatura sobre esta questão, encontramos pelo menos duas análises diferentes para o problema:

A- *Alguns estudiosos, como Bourciez (1946) e Meyer-Lübke (1923), afirmam que formas como amaram, em vez de amarom, são criações analógicas, cujo modelo é a 3PP do Imperfeito do Indicativo:*

(2) *amabant* > *amavam* [ɐ'mavɐ̃w̃]

B- *Outros estudiosos, como Nascentes (1960) e Coutinho (1969), afirmam que as terminações verbais -am e -om fundiram-se em português, no século XV.*

No caso da análise B, nós podemos pensar em dois desenvolvimentos alternativos. No primeiro, poderemos dizer que -am e -om eram ambos pronunciados como [-ɐ̃] que, mais tarde, ditongou-se em [-ɐ̃w̃] . No segundo, podemos dizer que [-ɐ̃] e [-õ] fundiram-se em [-ɐ̃w̃] , por ditongação, sem um estágio anterior de fusão em [-ɐ̃].

Fato é que, em textos portugueses do século XV, nós podemos encontrar a mesma forma verbal grafada de duas maneiras diferentes, ora com um -om final, ora com um -am final. Por exemplo, na Crônica do Condestabre (apud Leite de Vasconcelos (1970 81 - 83) encontramos:

> *E este Arcebispo dom Gonçallo Pereyra ouue huum filho a que chamarom dom frey Aluaro Gonçallez Pereyra...*

e também:

> *... dõ Nuno Alurez Pereyra, do qual he a estoria, filho de outra madre, a qual chamaram Eyrea Gonçalvez do Carualhal...*

Exemplos como estes poderiam ser multiplicados 'ad nauseam". Mas a questão fundamental ainda é a mesma: isto prova que -am e -om finais não-acentuados fundiram-se no português do século XV?

Aqueles que preferem a análise β certamente gostarão de saber que, mais ou menos na mesma época (ou talvez um pouco mais tarde), os am's finais acentuados, independentemente de sua origem, rimavam entre si. Ou seja:

(a) -am (ou -ão), do latim -anu- e -adunt, rima com -am (ou -om), do latim -one-, on, un-, etc.

Exemplos:

vilaão - coraçam; vilão - nam ; vaão - coraçam; vam - nam

b) -am (ou -ão), do latim -anu- e -adunt, rima com -am (ou -ã), do latim -ane- , -ant, etc.

Exemplos:

veram - capitam ; mão - Joham

c) -am (ou -om), do latim -one-, -on, -un, etc., rima com com -am (ou -ã), do latim -ane-, -ant, etc.

Exemplos:

rrazam - Joham ; rrepartiçam - dam

Estes exemplos mostram,de maneira irrefutável, que os -am's finais acentuados, juntamente com suas variantes gráficas, eram pronunciados como [-'ɐ̃w̃]. Estes fatos poderiam sugerir algo parecido no caso de -am e -om finais não-acentuados, ou seja, eles apontariam na direção da análise B. Contudo, conforme procurarei demonstrar neste artigo, se levarmos em conta alguns fatos do português coloquial brasileiro, somente a análise A permanece.

2. Concordância Sujeito-Verbo: um fenômeno variável no Português Coloquial Brasileiro

Na modalidade padrão do português, um verbo deve concordar com seu sujeito em Pessoa e Número. Mas no português coloquial brasileiro esta concordância é variável. O que acontece é que sujeitos no plural são freqüentemente seguidos de formas verbais na Terceira Pessoa do Singular (3PS). Por exemplo, ao lado de (3) e (4):

(3) Nós falamos

(4) Eles falam

encontramos também construções não-padrão como (5) e (6):

(5) Nós fala

(6) Eles fala

Neste texto vou limitar a discussão às formas de 3PP.

Muito já se escreveu sobre este processo variável do português brasileiro. Uma das análises mais importantes foi apresentada por Naro & Lemle (1976), onde a regra de concordância é tratada como uma regra sintática variável que, por vezes, deixa de ser aplicada. Naro & Lemle mostram também que esta regra variável é condicionada por fatores estruturais e não-estruturais.

Há um ponto, na análise de Naro & Lemle, que merece ser destacado aqui. Conforme estes autores mostram em sua análise quantitativa, a Concordância Sujeito-Verbo (daqui em diante CSV) tem menos probabilidade de se aplicar, na 3PP, exatamente naquelas formas verbais cujas diferenças com a 3PS são mínimas. Ou seja, Naro & Lemle mostram que a freqüência de ocorrência de formas como eles fala, em lugar da forma padrão eles falam, é maior do que a freqüência de ocorrência de formas como eles fez, em lugar da forma padrão eles fizeram. De fato, oposições como fala/falam que constituem sua classe morfológica R, apresentam uma freqüência substancialmente maior de neutralização entre o singular e o plural do que as outras classes morfológicas. Na classe morfológica R, a oposição entre a 3PS e a 3PP se faz em termos de uma vogal final oral não-acentuada versus um ditongo nasal final não-acentuado, enquanto que, nas outras classes morfológicas, encontramos diferenças adicionais entre as formas do singular e as

do plural. Em (7), podemos ver a gradação das diferenças entre singular e plural nas várias classes morfológicas propostas por Naro & Lemle:

(7) Classe Morfológica	Oposição Singular/Plural
R	fala/falam: acentuação na raiz; nasalização da vogal final não-acentuada (=ditongação)
V	faz/fazem: acentuação na raiz; presença ou ausência de vogal final nasal não-acentuada:
E	falou/falaram: acentuação na terminação; desinências completamente distintas.
F	fez/fizeram: como na classe E, mas incluindo alguma irregularidade.
W	é/são: monossílabos; formas completamente diferentes.
L	dá/dão: monossílabos como em W; mas regulares como em R.

Para dar conta das diferenças na freqüência de neutralizações entre o singular e o plural nas várias classes morfológicas, Naro & Lemle (1976:225) apresentam um princípio explicativo, que é chamado princípio da saliência fônica. Segundo este princípio "agreement is less probable precisely in those forms where its absence would be least salient". Portanto, caso a CSV deixe de se aplicar, o verbo fica na forma não-marcada, i.e.,3PS.

Embora este princípio pareça funcionar, ele tem, em minha

opinião, uma implicação algo estranha. Ele é altamente anti-funcional e é difícil imaginar que as pessoas obliterem oposições exatamente nos casos em que aquilo que está sendo omitido é a única marca para a diferença entre formas do singular e formas do plural.

Guy (1978) oferece uma abordagem diferente para este problema, onde não se utiliza nenhum princípio anti-funcional. Guy pretende analisar não só o problema da CSV, como também a concordância de número, que concorda os elementos de uma frase nominal em português. Na verdade, o que Guy deseja é uma análise geral da regra variável de concordância de número, tanto na frase nominal quanto entre o sujeito e o verbo.

Conforme Guy demonstra em seu artigo, há pelo menos dois modos possíveis de se analisar a neutralização da oposição entre 3PP e 3PS nas formas verbais. Consideremos alguns de seus exemplos:

(8)a-Ela fala português. (Exemplo (3) de Guy)
b-Elas falam português (Exemplo (4) de Guy)

A primeira alternativa mencionada por Guy é postular-se uma regra fonológica 'low level', que elimine os traços que marcam a pluralidade. No caso dos verbos, isto poderia ser representado pela regra (9) (regra (8) de Guy):

$$(9)\quad [+nas] \rightarrow [-nas] \;/\; \underset{[-acento]}{\_\_\_\_\_}\; \#\,\#$$

A aplicação da regra (9) numa forma como falam ['falɐ̃w] produziria fala ['falɐ]. E, de acordo com o texto de Guy, a re-

gra (9) pode ser motivada independentemente no português do Brasil: além das pronúncias-padrão em (10)a, encontramos também as pronúncias coloquiais não-padrão em (10)b:

(10)	a		b	
homem	['õmẽỹ]	'homi'	['õmi]
bênção	['bẽsɐ̃w̃]	'bença'	['bẽsɐ̃]

e muitos outros casos.

A segunda alternativa oferecida por Guy é em termos de uma regra sintática variável de concordância. Neste caso, uma forma como elas fala seria resultante da não-aplicação da regra variável de CSV, ficando o verbo, pois, na forma não-marcada. E, conforme afirma Guy, temos que postular a existência de tal regra, uma vez que nenhuma regra fonológica seria capaz de produzir as formas não-padrão em (11)a, como sendo derivadas das formas padrão em (11)b:

(11)	a		b	
Elas diz	[ǰis]	Elas dizem	['ǰizẽỹ]
Elas fez	[fes]	Elas fizeram	[fi'zɛrɐ̃w̃]

A aplicação da regra fonológica variável nas formas de (11)b teria produzido as formas desnasalizadas não-padrão de (11)c, que são, não obstante, reconhecidas como formas de plural, uma vez que elas são diferentes das formas do singular:

(11)c - Elas dize ['ǰizi]
- Elas fizeru [fi'zɛru]

Uma vez que as formas de (11)a, (11)b e (11)c são formas

que ocorrem no português brasileiro falado, Guy (1978:5) propõe que "both a variable syntactic and a variable phonological rule will be required, even though this may necessitate using more symbols in our grammar".

Convém notar aqui que, em termos da análise de Guy, torna-se possível mostrar o motivo pelo qual a classe morfológica R, de Naro & Lemle, apresenta uma freqüência maior de neutralização entre a 3PP e a 3PS: nas formas verbais da classe R, tanto a não-aplicação da regra sintática variável de CSV quanto a aplicação da regra fonológica variável da desnasalização às formas da 3PP irão produzir a mesma forma de superfície. Por exemplo:

(12)a- Plural Padrão — Elas falam [ˈfalɐ̃w̃]

b- Não-aplicação da regra de CSV — Elas fala [ˈfalɐ]

c- Aplicação da regra de desnasalização à forma de (12) a — Elas fala [ˈfalɐ]

Ou seja, uma forma de superfície como 'elas fala' tem duas derivações diferentes. E, de acordo com esta análise, poder-se-ia avançar um pouco mais e dizer que há no português brasileiro uma mudança sintática (a regra de CSV), implementada por uma regra fonológica variável (a desnasalização).

Embora a análise de Guy pareça bastante convincente, ela apresenta problemas. O problema principal desta análise é a regra de desnasalização. Esta regra, de acordo com o texto de Guy, se aplica tanto a falam [ˈfalɐ̃w̃], produzindo fala [ˈfalɐ],

quanto a fizeram [fi'zɛrɐ̃w̃] , produzindo 'fizeru' [fi'zɛru] (cf. exemplos (11) e (12) do texto de Guy). Mas há dois problemas aqui: em primeiro lugar, não há nenhum modo de se derivar a forma 'fizerũ' [fi'zɛrũ] , que também ocorre como forma plural não-padrão; além disto, às vezes o [-ɐ̃w̃] final passa a [-ɐ] , como em falam/fala e às vezes passa a [-u] , como em fizeram/ 'fizeru'. O segundo problema é do conhecimento de Guy (1978:6) que escreve o seguinte em sua nota 4:

> *The actual phonetic realization of these vowels depends on a number of phonological processes besides nasalization. Hence differences in vowel quality accompany denasalization. However this is immaterial to the issues raised here.*

Contudo, não penso que isso seja "immaterial". Pelo contrário, este é um problema que deve ser enfrentado. Convém notar que não se podem atribuir as diferenças de qualidade vocálica a segmentos precedentes. Por exemplo, não se pode dizer que o [-ɐ̃w̃] final passa à [-u] , quando precedido por /r/. É bem verdade que a regra de desnasalização de Guy levaria eles fizeram a eles 'fizeru', mas eles choram não passaria a eles choru e sim a eles chora.

Na verdade, a situação é bastante simples: na 3PP do Perfeito do Indicativo encontramos, além da forma padrão que termina em [-ɐ̃w̃] , duas outras variantes, uma em [-ũ] e outra em [-u] , mas nenhuma variante que termine em [-ɐ]:

(13)	Padrão	Não-Padrão		Não-ocorrente
Eles	fizeram	'fizerũ'	'fizeru'	fizera
	[ɐ̃w̃]	[ũ]	[u]	[ɐ]

enquanto que, no Presente e no Imperfeito do Indicativo, encon-

tramos, além da forma padrão terminada em [-ɐ̃w̃] , uma variante terminada em [-ɐ̃], mas nenhuma variante terminada em [-ũ] ou [-u]:

(14)	Padrão	Não-Padrão	Não-ocorrente	
Eles	falam	fala	'falũ'	'falu'
	falavam	falava	'falavũ'	'falavu'
	[ɐ̃w̃]	[ɐ̃]	[ũ]	[u]

Aparentemente, em vez de resolvermos nosso problema inicial, temos agora dois problemas. Procurarei mostrar, na próxima seção, que os dois problemas estão interligados e que a solução de ambos é, basicamente, a mesma.

3. Os problemas sincrônico e diacrônico reconsiderados

Suponhamos que a regra de desnasalização proposta por Guy atinja as formas de 3PP do Presente e Imperfeito do Indicativo, mas não as formas de 3PP do Perfeito do Indicativo. Isto nos garantiria a derivação das formas 'substandard' em [-ɐ̃], do Presente e Imperfeito do Indicativo, a partir de [-ɐ̃w̃] , bloqueando a derivação de formas 'substandard' em [-u] ~ [-ũ], a partir de [-ɐ̃w̃] . Evidentemente esta regra não poderia ser uma regra estritamente fonológica, uma vez que não há nenhuma diferença fonológica entre [-ɐ̃w̃]'s do Perfeito e [-ɐ̃w̃]'s do Presente e Imperfeito. Teríamos, pois, uma regra morfofonêmica, que teria que fazer referência ao tempo/aspecto verbal. Isto, por si só, já seria bastante suspeito: não há nenhum motivo para que um processo fonético ordinário seja controlado por categorias verbais. Do ponto de vista descritivo, não há, é claro, nenhum problema com esta 'solução'. Contudo ela é ad hoc. Além do mais,

teríamos que postular uma segunda regra de desnasalização, para derivar as formas 'substandard' em [-u] do Perfeito a partir de [-ɛ̃w̃] . E, mesmo assim, como derivar as formas 'substandard' em [- ũ] da 3PP do Perfeito do Indicativo?

Em resumo, uma análise destes fatos, que faça uso de uma (ou mais de uma) regra de desnasalização, é bastante problemática. Ela só não será problemática se preferirmos entender as regras como colchas de retalho descritivas, onde podemos colocar remendos a qualquer momento, sempre que for conveniente. Se, contudo, entendermos as regras como representações de processos estruturalmente motivados, que contenham uma base explanatória lógica, então continuo afirmando que a solução baseada na regra de desnasalização de [-ɛ̃w̃] é problemática. Minha hipótese aqui é a de que não há nenhuma regra sincrônica de desnasalização operando sobre [-ɛ̃w̃] . Assim sendo, passo a apresentar uma outra análise para a variação sincrônica encontrada no português do Brasil.

Parece claro que o que foi discutido até agora invalida totalmente a proposta B, apresentada na seção 1. Se [-ɛ̃] e [-õ] tivessem se fundido em [-ɛ̃w̃] , então todos os [-ɛ̃w̃]s, independentemente de sua origem, deveriam estar em variação ou com [-ɛ̃] ou com [-u], mas não com ambos. Mas, como vimos, não é isso o que acontece e há variação em ambas as direções. Assim sendo, parece plausível supor-se que algo deva ter ocorrido com as formas em [-õ] da 3PP do Perfeito do Indicativo, <u>antes</u> do surgimento das formas correspondentes em [-ɛ̃w̃] .

Minha proposta é a seguinte: as vogais nasais finais não-acentuadas do português antigo, [-õ] (< -unt), [-ẽ] (< -ent) e [-ɐ̃] (< -(b)ant), sofreram um processo de desnasalização, representado por (15):

$$(15)\quad \begin{bmatrix} +\ \text{silábico} \\ \pm\ \text{nasal} \end{bmatrix} \longrightarrow \langle \text{-nasal} \rangle \,/\, \underset{[\text{-acento}]}{\underline{\qquad\qquad}}\ \#\ \#$$

e que acabou criando a variação representada por (16):

$$(16)\quad [\text{-õ}] \sim [\pm \text{o}]$$
$$[\text{-ẽ}] \sim [\text{-e}]$$
$$[\text{-ɐ̃}] \sim [\text{-ɐ}]$$

No estágio representado por (16), ocorreu a ditongação, que podemos representar por (17):

$$(17)\quad \emptyset \longrightarrow \begin{bmatrix} \text{-silábico} \\ \text{-consonant.} \\ +\text{alto} \\ \alpha\text{arredond} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} \Big/ \begin{bmatrix} +\ \text{silábico} \\ +\ \text{nasal} \\ -\ \text{arredond.} \\ -\ \text{acento} \\ -\ \alpha\ \text{anterior} \end{bmatrix} \underline{\qquad} \ \#\ \#$$

e a situação representada em (16) foi alterada para (16)':

$$(16)'\quad [\text{-õ}] \sim [\text{-o}]$$
$$[\text{-ẽỹ}] \sim [\text{-e}]$$
$$[\text{-ɐ̃w̃}] \sim [\text{-ɐ}]$$

No estágio representado por (16)' ocorreu um processo bastante difundido no português, o alçamento de vogais médias pós-tônicas, que podemos representar por (18):

$$(18)\quad \begin{bmatrix} +\ \text{silábico} \\ -\ \text{alto} \\ -\ \text{baixo} \end{bmatrix} \longrightarrow [+\ \text{alto}] \,/\, \underset{[\text{-acento}]}{\underline{\qquad\qquad}}\ \#\ \#$$

alterando o quadro de (16)' para (16)'':

(16)'' [-ũ] ~ [-u]
[-ẽỹ] ~ [-i]
[-ɐ̃w̃] ~ [-ɐ]

Tudo isto deve ter ocorrido antes do século XV, quando formas em -am em vez de -om começam a ser registradas. Ou seja, o estágio de (16)'', que reflete parte da variação encontrada na 3PP das formas verbais (excetuando-se, é claro, as formas resultantes da não-aplicação da regra variável de CSV), é um resíduo histórico, refletido na variação sincrônica do português do Brasil. Em outras palavras, a variação entre [-ũ] e [-u] na 3PP do Perfeito do Indicativo, a variação entre [-ẽỹ] e [-i] na 3PP do Presente do Indicativo dos verbos de 2a. e 3a. conjugações, e alguns casos de variação entre [-ɐ̃w̃] e [-ɐ] na 3PP do Imperfeito do Indicativo e na 3PP do Presente do Indicativo dos verbos da 1a. conjugação, não devem ser atribuídos a uma regra sincrônica variável de desnasalização. Estes casos de variação estão presentes na língua há muitos séculos.

Em função disto devemos observar os seguintes pontos:

(a) O [-ɐ̃w̃] da 3PP do Perfeito do Indicativo é, pois, uma criação analógica, baseada nas formas padrão de 3PP do Presente e do Imperfeito do Indicativo. A evolução fonética histórica teria produzido uma forma em [-ũ] ou [-õ], como acontece em espanhol, onde temos amaron, vendieron, partieron.

(b) Não temos necessidade de postular nenhuma regra sincrônica problemática de desnasalização. Ou seja, não

temos que arranjar explicações ad hoc para o fato de algumas vezes o [-ɐ̃w̃] estar em variação com [-u] e outras vezes com [-ɐ̃]

(c) O fator fonológico precede o fator sintático. Ou seja, não temos aqui nada que evidencie que haja uma mudança sintática (a regra de CSV) implementada por uma regra fonológica posterior a ela. Grafias como rricome, para rico homem, encontradas em textos do português antigo, mostram que a desnasalização é um processo de muitos séculos atrás.

(d) Torna-se possível entender-se a razão pela qual a classe morfológica R de Naro & Lemle apresenta uma freqüência maior de neutralizações entre a 3PP e a 3PS, sem qualquer recurso a um princípio anti-funcional (saliência fônica), ou a uma regra fonológica problemática de desnasalização. O que esta análise prediz é que a classe morfológica R apresenta mais casos de neutralização entre a 3PP e a 3PS porque, além do efeito da não-aplicação da regra variável de CSV, formas não-padrão terminadas num monotongo oral não-acentuado coexistem com formas padrão terminadas em um ditongo nasal não-acentuado há muito tempo no português.

REFERÊNCIAS

BOURCIEZ, E. Élēments de linguistique romaine. Paris,Klincksieck, 1946.

COUTINHO, I. L. Gramática histórica. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960.

GUY, G. R. Locating variation in the grammar. Philadelphia, 1978. (Texto inédito)

VASCONCELOS, J. Leite de. Textos arcaicos. Lisboa, Clássica, 1970.

MEYER-LUBKE, W. Grammaire des langues romanes. New York, 1923. Apud: COUTINHO, I.L. Gramática histórica. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960.

NASCENTES; A. O idioma nacional. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960.

NARO, A. J. & LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: PARASESSION ON DYACHRONIC SYNTAX, Chicago, 1976. Papers from the parasession on dyachronic syntax. Chicago, CLS, 1976. p. 221-240.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
Caixa Postal 1.621 — 30.000 Belo Horizonte — Brasil